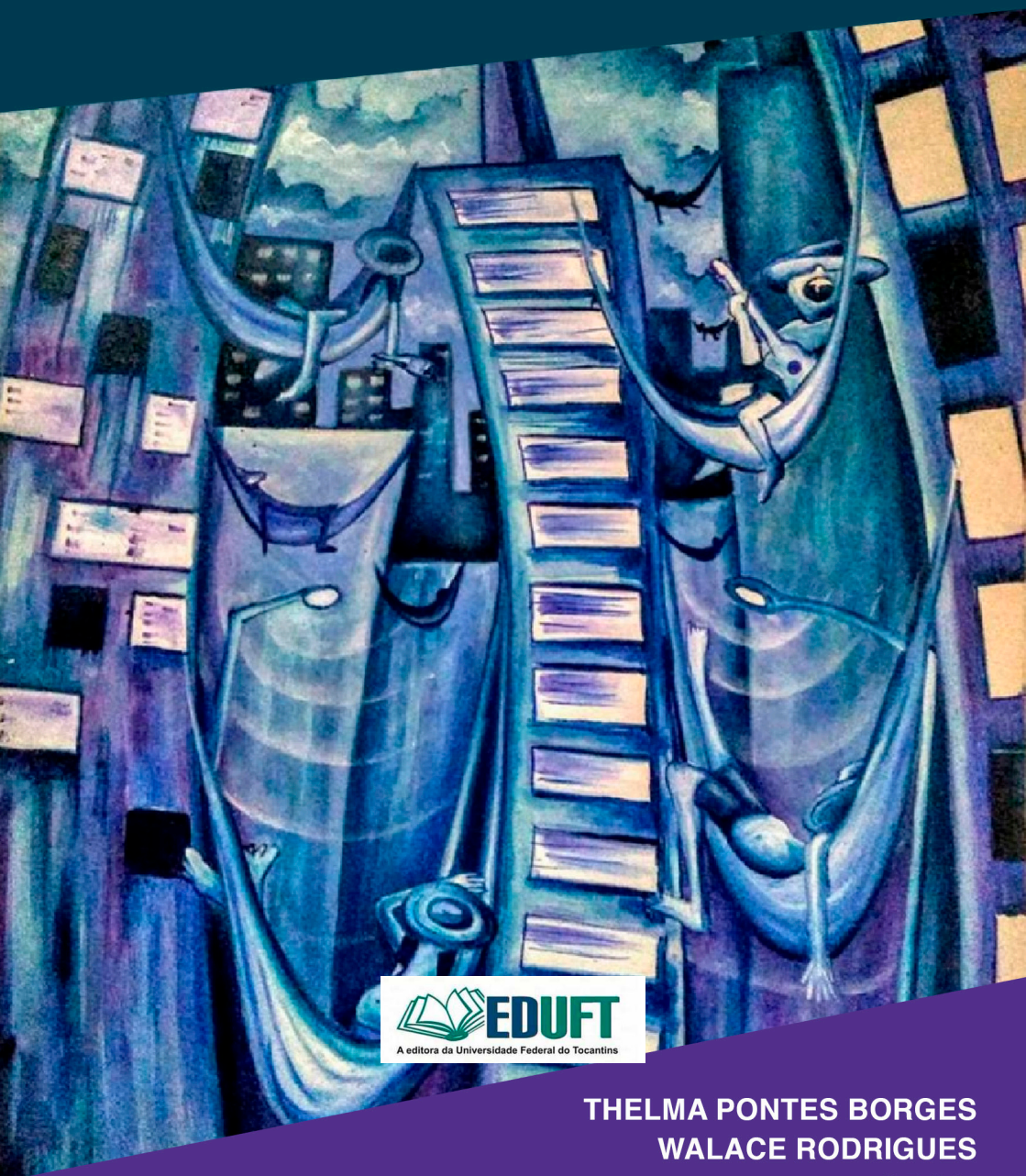


CIDADE PARA DIVERSIDADE



**THELMA PONTES BORGES
WALACE RODRIGUES
ORGS.**

CIDADE PARA DIVERSIDADE



EDUFT

A editora da Universidade Federal do Tocantins

**THELMA PONTES BORGES
WALACE RODRIGUES
ORGS.**

Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Conselho Editorial Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine

Marcela Antunes Paschoal Popolin

Marcio dos Santos Teixeira Pinho

Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos

George Leonardo Seabra Coelho

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Rosemeri Birck

Thiago Barbosa Soares Willian

Douglas Guilherme

Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho

Marcos André de Oliveira

Maria Cristina Bueno Coelho

Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Wilson Rogério dos Santos

Presidente do Selo Editorial PPGDir

Prof. Dr. João de Deus Leite – UFNT

Membros

Prof. Dr. João de Deus Leite
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Brasil

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Brasil

Prof. Dr. Jadson Luis Rebelo Porto
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil

Prof. Dr. José Rogério Lopes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Brasil

Prof. Dr. Júlio César Suzuki
Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Brasil

Profa. Dra. Renata Ovenhausen Albernaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil

Profa. Dra. Wania Maria Guimaraes Lacerda
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Diagramação: Vinícius Henrique Brandão

Capa: Luta pela moradia e as redes sociais na metrópole urbanoribeirinha (Bartoli, 2020)

Seção 1 - Mais sério e atento que cachorro em proa de canoa (Bartoli, 2020)

Seção 2 - Batelões como casas dos pescadores (Bartoli, 2019)

Revisão: João Victor Ferreira dos Santos Silva



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cidade para diversidade [livro eletrônico] /
organização Thelma Pontes Borges,
Wallace Rodrigues. -- Palmas, TO :
Editora Universitária - EdUFT, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5390-009-7

1. América Latina - Condições sociais
2. Cidades - Administração pública
3. COVID-19 - Pandemia
4. Crises - Aspectos sociais
5. Desenvolvimento urbano sustentável
6. Diversidade cultural
7. Planejamento urbano
8. Políticas públicas I. Borges, Thelma Pontes.
II. Rodrigues, Wallace.

22-132629

CDD-307.1216

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades : Planejamento : Sociologia 307.1216

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

CIDADE PARA DIVERSIDADE

SUMÁRIO

PREFÁCIO	08
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	17
SEÇÃO 1 - CIDADE E INFÂNCIA	30
Capítulo 1	32
LA REVOLUCIÓN PEATONAL: MIRADA DESDE LAS NIÑAS Y NIÑOS EN BOGOTÁ <i>Luisa Rubio</i> <i>Juliana Zambrano</i> <i>César Ávila</i>	
Capítulo 2	64
A INFÂNCIA E O PEDESTRIANISMO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE INDICADORES DE CAMINHABILIDADE <i>Ryane Moreira Barros</i> <i>Leandro Cardoso</i> <i>Agmar Bento Teodoro</i>	
Capítulo 3	103
CARTOGRAFIA AFETIVA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA: O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL <i>Thelma Pontes Borges</i> <i>Walace Rodrigues</i> <i>Luciana Ribeiro da Cruz</i>	

SEÇÃO 2 - CIDADE E DIVERSIDADE	138
Capítulo 4	140
USABILIDAD DE LOS DATOS: DOS DISEÑOS DE PRESUPUESTO PARTICIPATIVO EN MÉXICO	
<i>Rosa Ynés Alacio-García</i>	
Capítulo 5	171
TERRITORIALIDADES NEGRAS DA CIDADE DE SÃO PAULO: FORMAÇÃO, DESMANTELAMENTO E POTÊNCIA DOS TERRITÓRIOS NEGROS NA CIDADE SÃO PAULO	
<i>Claudia Rosalina Adão</i>	
Capítulo 6	188
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA SUJEITOS LGBTQIA+ NA EDUCAÇÃO: AVANÇOS, RECUOS E DESAFIOS	
<i>Luiz Aparecido Alves de Souza Gleybson de Assis e Silva</i>	
Capítulo 7	216
CIDADÃO INVISÍVEL: UM OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE ARAGUÁINA/TO	
<i>Eliana dos Santos Andrade Gecilane Ferreira (in memoria) Severina Alves de Almeida</i>	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES	274

PREFÁCIO

Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt¹

A obra *Cidades para a Diversidade* chega em um momento oportuno de debate. Momento este em que muitas cidades são profundamente marcadas por um conjunto de crises, de origem sanitária, econômica, política, social, institucional e ambiental e que demandam de pesquisadoras e pesquisadores uma reflexão profunda sobre os rumos do desenvolvimento urbano, visando construir um futuro mais justo e sustentável nas cidades, valorizando a sua diversidade.

As desigualdades que marcam as cidades na América Latina se fizeram notar nas últimas décadas. O contexto pandêmico evidenciou ainda mais essas desigualdades e os desafios urbanos no território latino-americano se exacerbaram. Precisamos vivenciar, enquanto sociedade urbana, uma pandemia com dramáticas consequências para ver o invisível. No cenário pós-pandemia a sociedade urbana no Brasil se constrói como uma realidade complexa, com seus dilemas, suas contradições e suas disputas, bem como com suas especificidades e possibilidades de (re) pensar a construção de uma nação que preserve a equidade e diversidade.

Nesse contexto, essa obra, que procura abraçar a diversidade nos espaços urbanos, palco da dinâmica da vida social, é imprescindível, pois tem o intuito de promover a construção de espaços mais acessíveis, inclusivos, seguros e atrativos para seus moradores. A obra mostra que a diversidade, longe de ser um problema, é uma enorme riqueza em países, regiões e cidades e, como tal, deve ser tratada e cuidada. Os autores e autoras, são brasileiros e estrangeiros, com distintas formações

¹ Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

disciplinares e com agendas de pesquisa complementares sobre o tema desse livro.

Os textos aqui publicados nos mostram que, nos dias de hoje, há nas cidades e em sua diversidade, a resiliência e a esperança necessárias para avançarmos na construção de espaços mais afetivos e inclusivos. Ao pensar nas cidades e na infância, as autoras e autores nos brindam com o olhar das crianças para a cidade, olhar esse capaz de caracterizar detalhadamente o local de intervenção na cidade, identificando usos atuais, locais de circulação e permanência, atrativos às atividades e conexão, e nos convida a refletir com atenção sobre esses “pequenos” residentes e suas demandas.

Na segunda parte da obra, os atores e autoras, nos motivam a pensar nos desafios e dificuldades enfrentados por aqueles que na cidade vivem. Nesse sentido, não há como pensar o desenvolvimento das cidades sem considerar as condições ambientais, sociais, políticas e econômicas existentes nos diferentes territórios que conformam suas regiões. Também acreditamos que o pensar das cidades para diversidade só poderá ser plenamente alcançado através da participação social no processo de decisão e construção das cidades, que resulte em proposição de ações autônomas, e em consonância com as demandas, prioridades e decisões definidas pelos atores sociais.

No seu conjunto, os textos apresentam elementos que evidenciam significativos avanços postos em ação para pensar as cidades. A obra é uma excelente oportunidade, com contribuições valiosas de pesquisa em diferentes territórios, especialmente no tocante a proposições para (re)conhecer as cidades em sua diversidade.

Desejo, pois, excelente leitura a todas e todos.

APRESENTAÇÃO

Abrimos o livro *Cidades para a Diversidade* com um painel acerca das muitas possibilidades de insurgências de ocupação dos espaços urbanos por grupos que historicamente tiveram/têm poucas oportunidades de manifestações quanto aos usos das urbes como lugares para o bem comum. Pensar o urbano pelas mulheres, crianças, negros, LGBTQI+, entre outras tantas possibilidades, é dialogar com as formas de planejamento urbano contra hegemônicas pautadas em visões centradas no capitalismo, elitistas, brancas e masculinas.

Nessa lógica, apresentar um livro que nasce do interior da Amazônia Legal, especificamente do programa de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (na área de Planejamento Urbano/Demografia da CAPES) em Araguaína/TO, faz reverberar a ideia de que se pode pensar as cidades para além das regiões mais abastadas do Brasil e produzindo diversos deslocamentos discursivos: pensar o urbano fora do eixo sudeste-sul e fora de capitais, desmistificar a Amazônia Legal como dotada exclusivamente de florestas, reverberar os múltiplos debates oriundos das Amazôniaas, visualizar o espaço social urbano a partir das populações urbanas que o compõem e propiciar camadas caleidoscópicas que extrapolam as visões cidade-capital, e ofertando conhecimentos acerca de populações vulneráveis, que, ainda que maioria, não participam das decisões urbanas.

As imagens que ilustram a capa e as duas seções do livro cuja autoria é do professor/artista da Universidade do Estado do Amazonas/ Campus Parintins, Estevan Bartoli, vêm cumprir essa missão de apresentar outras visões para o urbano, que incluam a diversidade e as perspectivas

de olhares para o futuro urbanismo e que igualmente consigam acoplar as dimensões do humano e dos modos de vida.

A obra está dividida em duas partes: a primeira é dedicada às discussões que envolvem **cidade e infância** e a segunda trata de **cidade e diversidade**.

Os debates que se apresentam acerca da **Cidade e Infância** consideram a relevância que a temática tem no mundo ao reconhecer os primeiros anos de vida do ser humano como crucial para o desenvolvimento e colocar em pauta, no planejamento urbano, a perspectiva dos cuidadores, dos bebês e das crianças na perspectiva de pensar mobilidade urbana, utilização de serviços, espaços públicos, natureza e a tomada de decisões com base em dados e ciência (URBAN95, 2019). Desemparedar as crianças e suas famílias, planejar a rede de serviços, os bairros e os municípios para construir espaços de socialização que acolham a todos de forma geral. Assim, temos os três primeiros textos dedicados à temática.

O capítulo que abre o livro, **La revolución peatonal: mirada desde las niñas y niños en Bogotá**, de autoria de Cesar Ávila, Juliana Zambrano e Luisa Rubio, apresenta um projeto revolucionário em Bogotá, Colômbia, premiado no mundo e que parte de uma transformação na forma de ver o urbano a partir dos usos do espaço pela criança-pedestre, com a promoção do caminhar na cidade através da mobilidade escolar. Há um duplo objetivo neste artigo: de discutir o urbano pela caminhada e de apresentar perspectivas de tal experiência para que cidades outras possam pensar em suas práticas também. O texto foca em três frentes: a primeira versa sobre a infância, pela importância para parametrizar a qualidade e os usos do espaço urbano a partir do protagonismo dos pequenos e por considerar que a educação das crianças na promoção de uma cidade mais humanizada garantirá bem estar a todas as demais pessoas da sociedade e a continuação do projeto no futuro; o segundo foco é a caminhada como fator de reapropriação das cidade pelo andar e sua adequação em termos de segurança, bem estar visual, auditivo etc; como terceira frente e de forma geral, pensar as cidades como ambientes melhores para se

viver. É a mudança do olhar, ao invés de rotas para carros cada vez mais rápidos volta-se para o planejamento das rotas escolares para caminhar, o que pode proporcionar proximidade, equidade e qualidade de vida. O último componente explorado pelos autores é a cidade, que é vista sobre os olhares das crianças para pensar e planejar espaços públicos com melhores condições de vida urbana. Assim, apresentam as diversas complexidades da cidade de Bogotá e como a experiência de produzir caminhos seguros, lúdicos e com vínculo comunitário foram construindo intervenções no planejamento urbano e na vida da cidade por meio da sensibilidade do projeto e de uma “revolução pedestre”.

O segundo capítulo intitulado **A infância e o pedestrianismo: um estudo exploratório da percepção de crianças sobre indicadores de caminhabilidade**, dos autores Ryane Moreira Barros, Leandro Cardoso e Agmar Bento Teodoro, apresenta-nos um debate acerca dos elementos que circunscrevem o índice de caminhabilidade a partir do olhar de crianças de 9 a 12 anos. Tais fatores permitem pensar, planejar e compreender o que qualifica um espaço como amigável à infância, a inclusão social e a vivência comunitária. Baseados nas premissas de que a mobilidade a pé deve ser o pilar prioritário e que se relaciona de forma embrionária com o planejamento urbano, meio ambiente, bem estar social, acesso à cidade, entre outros, a apresentação dos elementos que compõe uma cidade caminhante faz-se necessária para fins de subsidiar políticas públicas. A exploração de fatores que facilitam e convidam para o caminhar como segurança viária e pública, conforto ambiental, possibilidades de usos, presença, dimensão e qualidade das calçadas, tipo de pisos, fluxo de carros e pedestres, cruzamentos, entre tantos outros fatores, auxiliam na compreensão e visualização de cidades mais adequadas às premissas atuais, como a proposta da “cidade de 15 minutos”.

Fechando a primeira parte do livro temos **Cartografia afetiva do município de Araguaína: o olhar das crianças da educação municipal** pelos autores Thelma Pontes Borges, Wallace Rodrigues e Luciana Ribeiro da Cruz, inspirados na Urban95, os autores trabalham com a ideia de que o espaço público deve ser pensado e planejado a

partir da perspectiva das crianças e que as ruas, as praças e os espaços de coletividade colaboram com o desenvolvimento psicossocial. Eles pesquisam quais são os espaços de afeto na cidade de Araguaína/TO por meio do olhar das crianças da rede municipal de ensino. Utilizando-se de recursos lúdicos, as crianças foram provocadas a desenhar o local público que mais gostam no município, fornecendo elementos para se propor uma cartografia afetiva dos espaços comuns e o patrimônio sentimental da cidade. Os autores destacam a necessidade de se planejar os espaços sociais de pertencimento, de construção de memórias e de vínculos com a cidade, considerando esses como formativos da subjetividade, socialização e afetividade humana.

A segunda parte do livro, intitulada “**Cidade e Diversidade**”, aborda a necessidade tanto de se pensar os dados como instrumentos de planejamento participativo, quanto considerar aspectos de populações marginalizadas ao longo da história. Assim, temos que os espaços pensados para o ser humano e que abarcam a diversidade funcionam como campos formativos de contato com a alteridade e de construção de coletividades, enfatizando o caráter que o urbanismo tem de influenciar as relações sociais ora segregando ou ora aglutinando.

Abrindo os trabalhos desse segundo bloco, temos o artigo **Usabilidad de los datos: dos diseños de presupuesto participativo en México**, de autoria de Rosa Ynés Alacio-Garcia e que inaugura os debates deste bloco, apresentando uma discussão importante para o planejamento das cidades a partir dos recursos do desenho espacial, uso de dados e ferramenta digital para planejar o orçamento participativo. A partir de detalhamentos das especificidades da organização administrativa do México, da forma como os aspectos geográficos são utilizados no desenho participativo e da vinculação dos pagamentos de impostos com a participação digital da população nas decisões orçamentárias, a autora apresenta os diversos entraves e dificuldades do processo, especificamente em Guadalajara e Cidade do México. As análises apresentadas auxiliam na construção de balizamentos de políticas participativas, que, para além de aspectos econômicos, devem prezar por

elementos que permitam a inclusão social e a organização espacial a fim de atender os mais diversos grupos sociais que compõe uma sociedade. A participação efetiva da sociedade nas definições de suas políticas de forma clara, transparente, respeitando o interesse bem compreendido leva-nos aos debates dos próximos artigos que primam pelo acolhimento de populações historicamente marginalizadas na sociedade brasileira.

Temos, assim, as premissas apresentadas por Claudia Rosalina Adão com o texto **Territorialidades negras da cidade de São Paulo: formação, desmantelamento e potência dos territórios negros na cidade São Paulo**, que trata sobre a diáspora urbana em São Paulo como desmantelamento dos territórios negros pós-abolição e uma política urbana pautada na manutenção das assimetrias sociais, da homogeneização humana, com expulsão da diversidade, especificamente de negros e pobres para bairros afastados e sem estrutura adequada, ou, como citado pela autora, revelando uma “urbanidade frouxa”. Ela verifica que o aumento dos investimentos estatais históricos nas regiões mais “nobres” elevou de forma desproporcional o fosso social e de acesso à cidade, acentuando a periferização das populações pobres. O contexto de formação urbana de São Paulo permite compreender melhor o mapa da cidade e as suas diversas disparidades socioeconômicas que são explicitadas mais radicalmente durante a pandemia do coronavírus, na compreensão dos dados de mortalidade pela COVID-19 e de expectativa de vida. Em contraponto às políticas de segregação e expulsão, os territórios negros resistem em suas formas de se solidarizar e viver fazendo frente à negrogestão governamental.

Na esteira da diversidade, os autores Luiz Aparecido Alves de Souza e Gleybson de Assis e Silva, em seu texto **Políticas públicas sociais para sujeitos LGBTQIA+ na educação: avanços, recuos e desafios, debatem a importância do tema de diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras**, uma vez que lideramos rankings de mortes dessa população em função de intolerância e violências múltiplas. Utilizando-se de recursos históricos, o artigo apresenta-nos a constituição do neoconservadorismo brasileiro e sua repercussão social que culmina

na eleição de 2018 de um governo ultradireitista e que promove de vez o rompimento entre Estado e as lutas sociais desse público, resultando na implantação de um neoliberalismo que atua na condução das mentes e na implantação de uma política de segurança pela via da violência e das microfissuras sociais. A constituição de uma arena de disputas políticas e a tentativa de normatizar os corpos humanos pelo viés tradicional/religioso faz com que haja repercussão no plano da regulamentação oficial escolar acerca da temática, o que nos é apresentado com o debate acerca dos espaços pedagógicos escolares como constituintes de uma ética pela diversidade e inclusão humana. Os autores nos provocam no chamamento para a produção de espaços formativos escolares emancipatórios que façam frente aos retrocessos sociopolíticos, possibilitando constituição de novas frentes caleidoscópicas de viver social.

Fechando o livro, temos o texto **Cidadão invisível: um olhar sobre a população em situação de rua de Araguaína/TO**, de Eliana dos Santos Andrade, Severina Alves de Almeida (Sissi) e do nosso querido e saudoso professor Gecilane Ferreira, que partiu no último ano, deixando como exemplo sua leveza, solidariedade e cuidado com o outro. Tema extremamente relevante e que ganhou o cenário nacional há mais de uma década, quando o governo Lula instituiu política públicas específicas para a população em situação de rua, garantindo direitos e proteção. Na atualidade, em função da pandemia e de políticas desregradadas de saúde pública, economia e proteção social, vê-se a elevação da fome, o crescimento da pobreza e a produção de um aumento significativo de pessoas relegadas a viver nas ruas do Brasil. Ainda, temos como fator exemplar a atuação do Padre Júlio Lanceloti, que conseguiu visibilidade para as causas humanitárias dos moradores de rua em São Paulo e vem denunciando a aporofobia (medo ou aversão a pobre) como principal fator de movimento do fazer público com ações voltadas para afastar e dificultar a vida de pessoas altamente fragilizadas. Ações como recolher os pertences dos moradores de rua, colocar estacas em localidades para evitar que se abriguem etc são algumas ações do grupo do Padre Júlio Lanceloti. Os autores nos apresentam as políticas públicas voltadas para a

população de rua e como o poder municipal de Araguaína vem lidando de forma morosa com essa população, além disso, eles nos oferecem um perfil das pessoas em situação de rua numa cidade média localizada na Amazônia Legal, demonstrando que esse é um problema social da sociedade como um todo e demonstrando como as estratégias governamentais atuam num processo que se alimenta da exclusão social na produção de inúmeras violências simbólicas e, por fim, decreta a morte civil de cidadãos brasileiros.

Com a crescente urbanização brasileira, a cidade tornou-se o lócus das relações sociais, afetivas, de trabalho, de exploração, de lazer, de estudos, entre tantas outras atividades e possibilidades.

Sua estruturação foi, ao longo do tempo, pautada pela higienização e expulsão das populações mais pobres das áreas mais valorizadas para as menos cuidadas. Durante muito tempo, foi a expulsão da diversidade o mote disfarçado de organização do espaço social latinoamericano e esse livro auxilia e une-se às lutas que se estabeleceram após a redemocratização do Brasil por ambientes sociais plurais e comuns.

Nessa ótica proposta nada melhor para fechamento da apresentação do livro que o poema Militância, de Luiza Silva:

Amor que nasce no caos É caótico?
Na pandemia, É étílico?
Na luta,
É democrático?
De todo modo,
Será antifacista.¹

Por mais amor, mais luta e mais antifacismo nas cidades.
Boa leitura!

¹Poema de Luiza Silva no livro O que sobrou do tempo (2021).

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre o direito de todos à cidade

Thelma Pontes Borges

Wallace Rodrigues

Introdução

Este texto nasce a partir de nossos estudos no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Araguaína, sobre o direito de todos os grupos sociais aos diversos espaços das cidades. Compreendemos que o planejamento urbano e regional deve levar em conta a construção de cidades para a diversidade, incluindo grupos sociais os mais diversos e vulneráveis.

Neste sentido, colocou-se como necessário para nós tratar desta diversidade reunindo textos de pesquisadores distintos e importantes no pensar questões humanas atuais e aquelas relacionadas às cidades. Cada autor colocaria, portanto, em voga, cenários de populações diversas, dentre LGBTQI+, crianças, mulheres, estudantes etc.

Assim, este texto tenta, de forma analítica e qualitativa, abordar a relevância de se trabalhar com o tema da diversidade dentro dos projetos de planejamento urbano, principalmente numa perspectiva latino-americana, reunindo autores de alguns países da América Latina.

Nosso estudo para este texto foi de cunho bibliográfico e utilizamos, como base, autores como: Freire (1997), Harvey (2000, 2013), Rolnik (1995), Vainer (2013) e outros que nos levam a questionar o lugar central que o capital assume no controle das decisões de investimentos nas cidades em detrimento das pessoas, formando o que se chama de cidade-mercadoria, cidade-liberal, (re)produzindo mais desigualdades sociais.

Apresentamos ainda autores que nos permitem pensar a diversidade de públicos específicos e renegados às bordas da cidade e que, mais recentemente, vêm lutando por participação na polis social, são eles Kern (2021), Gomes e Mello (2021), Carvalho e Macedo Junior (2017).

Considerando a diversidade social no planejamento urbano e o direito à cidade

Vale aqui ressaltar que os termos cidade e urbano, apesar de serem comumente usados como sinônimos, designam elementos diferentes de espaços. Ainda, o urbano se diferencia do rural porque concentram atividades socioeconômicas distintas. O urbano detêm atividades ligadas aos setores secundários (indústrias) e terciários (comércio e serviços), enquanto o rural está ligado às áreas pouco ocupadas (como, em alguns casos, com ecossistemas nativos mais bem preservados) e mais agrárias, ligadas ao setor primário (agropecuária, mineração e as mais diversas formas de extrativismo).

A cidade coloca-se, portanto, como a materialização do que consideramos como urbano, com suas aglomerações populacionais e suas expressões espaciais (prédios, conjuntos de casas, prédios, aeroportos, shoppings, áreas de lazer etc).

Este texto trabalha, portanto, com a perspectiva da incorporação dos mais diversos grupos sociais no planejamento das cidades, principalmente na América Latina, onde sofremos com problemas crônicos e históricos de esgotamento, tratamento e distribuição de água, urbanização caótica e não planejada, dentre tantos outros, desde o período colonial.

Acreditamos que uma perspectiva humanista e inclusiva deve ser adotada na mudança de mentalidade em relação às diversidades sociais que ocupam os espaços urbanos, principalmente, pois nestes espaços problemas estruturais afetam grande quantitativo de pessoas, em sua maioria, os mais vulneráveis socialmente.

Neste caminho, compreendemos a educação como um elemento

fundamental para esta perspectiva de mudança de olhar em direção aos grupos sociais minoritários, como nos diz Paulo Freire:

Não pode existir uma teoria pedagógica, que implica em fins e meios da ação educativa, que esteja isenta de um conceito de homem e de mundo. Não há, nesse sentido, uma educação neutra. Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo (tomando-se o mundo não apenas em sentido natural, mas estrutural, histórico-cultural), sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos, adequar-se-ão a essa concepção. Se, para outros, **o homem é um ser de transformação do mundo**, seu que fazer educativo segue um outro caminho. Se o encaramos como uma “coisa”, nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encaramos como pessoa, nosso que fazer será cada vez mais libertador (FREIRE, 1997, p. 9, grifo nosso)

A partir desta compreensão freireana, onde “o homem é um ser de transformação do mundo”, compreendemos a importância de modificar formas de pensamento acerca da maneira como vivemos e como planejamos nossas cidades para o encontro com as necessidades de uma grande diversidade de pessoas. Tais modificações de pensamento em relação ao “diferente” devem tornar-se realidades em forma de ações efetivas que melhorem a qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis socialmente e que habitam os espaços urbanos.

Pelo viés mais econômico de compreensão das cidades no período pós-industrial, como o de hoje em dia, David Harvey nos fala dessa mercantilização de tudo no mundo capitalista que nos abarca e retira os menos privilegiados socialmente das tomadas de decisões, até mesmo das decisões sobre os espaços urbanos que habitam:

Mercantilizar tudo e submeter quase todas as transações (inclusive aquelas ligadas à produção de conhecimento) à lógica singular da lucratividade comercial e do cálculo do custo-benefício é uma forma de pensar dominante. A produção de nossas dificuldades ambientais, tanto para a classe trabalhadora, os marginalizados e os empobrecidos (muitos dos quais tiveram sua base de recursos despojada por um mercantilismo voraz), quanto para alguns segmentos do capital e até mesmo alguns elementos do rico e do afluente, é consequência desse projeto de classe hegemônico, sua filosofia baseada no mercado e modos de pensar que se ligam a ele. Isso convida como resposta à organização de um projeto de classe igualmente poderoso de prevenção e redução de riscos, recuperação e controle de recursos, no qual a classe trabalhadora, os desempoderados e os marginalizados assumam um papel de liderança. Ao desempenhar esse papel, pode-se colocar toda a questão da construção de um modo alternativo de produção, troca e consumo que reduza os riscos e seja ambientalmente e socialmente justo e sensível. (HARVEY, 2000, p. 110-111, grifo nosso)¹

1 Texto original: Commodifying everything and subjecting almost all transactions (including those connected to the production of knowledge) to the singular logic of commercial profitability and the cost-benefit calculus is a dominant way of thinking. The production of our environmental difficulties, both for the working class, the marginalised and the impoverished (many of whom have had their resource base stripped from under them by a rapacious commercialism) as well as for some segments of capital and even of some elements of the rich and the affluent, is consequential upon this hegemonic class project, its market-based philosophy and modes of thinking that attach thereto. This invites as response the organization of an equally powerful class project of risk prevention and reduction, resource recuperation and control, in which the working class, the disempowered and the marginalised take a leading role. In performing that role the whole question of

A partir deste pensamento de Harvey de incluir os mais vulneráveis (classe trabalhadora, marginalizados e empobrecidos) nas decisões e ações sobre as cidades e seus espaços, temos o ponto de vista defendido por ele:

Há muito defendo e continuo argumentando que a compreensão da urbanização é essencial para a compreensão dos processos e problemas político-econômicos, sociais e culturais. Mas isso só é verdade se considerarmos a urbanização como um processo (ou, mais precisamente, uma multiplicidade de processos) produzindo uma mistura distinta de permanências espacializadas em relação umas às outras. A ideia de que uma coisa chamada cidade tem poderes causais em relação à vida social é insustentável. No entanto, o enraizamento material das estruturas espaciais criadas no curso da urbanização está em persistente tensão com a fluidez dos processos sociais, como a acumulação de capital e a reprodução social. Instanciar as relações sociais por meio da transformação dos ambientes materiais também dificulta a mudança. (HARVEY, 2000, p. 30, grifo nosso)²

constructing an alternative mode of production, exchange and consumption that is risk reducing and environmentally as well as socially just and sensitive can be posed.

² Texto original: I have long argued and continue to argue that understanding urbanization is integral to understanding political-economic, social, and cultural processes and problems. But this is true only if we consider urbanization as a process (or, more accurately, a multiplicity of processes) producing a distinctive mix of spatialised permanences in relation to each other. The idea that a thing called the city has causal powers in relation to social life is untenable. Yet the material embeddedness of spatial structures created in the course of urbanization are in persistent tension with the fluidity of social processes, such as capital accumulation

A partir deste olhar de Harvey, compreendemos que as cidades são estruturadas espacialmente ligadas aos processos sociais, político-econômicos e culturais, revelando divisões sociais e marginalizando alguns grupos, geralmente os mais empobrecidos.

Assim, podemos verificar claramente que nossas cidades brasileiras, principalmente aquelas com os maiores conglomerados de habitantes, utilizam-se, ainda hoje, de uma “segregação” social a partir dos processos de urbanização. Não há uma mentalidade de inclusão e de aceitação das diferenças, mas, ao contrário, um pensamento baseado numa urbanização específica para grupos específicos, distanciando ainda mais os mais privilegiados dos mais vulneráveis socialmente. Vemos, ainda, que as relações sociais estão intimamente ligadas às transformações dos espaços urbanos nas cidades latino-americanas e que isto dificulta uma mudança de mentalidade em relação ao planejamento das cidades para os mais diversos grupos sociais que nela habitam.

Além disto, temos que pensar os espaços urbanos como espaços de acesso de todos que habitam numa cidade e que a visitam. O planejamento urbano que diferencie os pobres dos ricos acaba por segregar populações mais vulneráveis e dificultar a utilização de todos os espaços urbanos nas cidades. E é justamente, nos fluxos interativos que uma cidade emerge deflagrando subjetivações nos espaços coletivos.

Historicamente o planejamento urbano ocorreu de forma a garantir investimentos em regiões da cidade que atendessem ao capital. Logo, os grupos socialmente excluídos foram jogados para as bordas urbanas em movimentos que datam de séculos atrás e que se justificam pela necessidade higienista e modernizante das grandes metrópoles. Assim, as reformas no Rio de Janeiro por Pereira Passos, remodelando o antigo centro e zona portuária, por exemplo, levou a expulsão da população sobretudo pobre e negra para as formações das primeiras favelas (cf. ROLNIK, 1995).

O Estado em seu papel intervém na cidade valorizando regiões e negligenciando outras, determinando quem acessa ou não os equipamentos and social reproduction. Instancing social relations through the transformation of material environments makes it hard to change either.

urbanos e qual população tem direito aos investimentos públicos. O planejamento urbano define a priori quem pode ou não participar da pólis e em qual nível, estabelecendo o que é aceito e o que é marginal na sociedade “o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro” (ROLNIK, 1995, p. 74). Em outros termos, compreendemos que a segregação espacial é resultado de uma política pública que define quem tem ou não acesso ao espaço social.

É nessa toada histórica e de decisões urbanas fundamentadas no capital que hoje as cidades podem ser consideradas masculinas, heteronormativas e brancas, pois foram pensadas por e para esse público. Dessa forma, são planejadas para homens de meia idade e motoristas, com pouca valorização dos espaços de encontros e de cuidados. Uma mulher ou qualquer cuidador com um bebê terá dificuldades de encontrar um espaço para trocar ou alimentar uma criança, ou até um lugar para sentar, descansar ou socializar. As ruas, calçadas, prédios, foram feitas para passagem e não para convivência, pois seguem as regras do capital, onde tempo é dinheiro e o tempo não pode ser “desperdiçado”.

Também, Gomes e Mello (2021) identificam que o planejamento urbano ratificou a segregação espacial de raça, auxiliando a constituir um racismo estrutural, uma vez que quanto mais se afasta das regiões centrais das cidades, mais se encontra com a população negra. Vemos uma cidade racializada, na qual o que cabe ao negro são os espaços periféricos, precários e de difícil acesso aos equipamentos e serviços, relegando a esse público o mesmo lugar histórico da senzala/favela. Essa definição do espaço público remonta o período pós abolição e que se dedicou a fazer uma limpeza urbana, com o ideal de branqueamento da população. Tais reformas revelam “condições de segregação operadas através do Estado benevolente com o jogo de poder, que aprova legislações desiguais, afasta os pretos e mestiços das áreas centrais e os reprime através de polícia e vigilância” (GOMES; MELO, 2021 p. 48).

Além de **racializadas**, as cidades são **generificadas** e não atendem minimamente a uma mulher, mãe e cuidadora em seus espaços,

apresentando todos os tipos de barreiras simbólicas e físicas à população feminina.

As cidades ainda contêm barreiras múltiplas (...) a localização de áreas residenciais, locais de trabalho, redes de transporte e o layout das cidades em geral refletem a expectativa de uma sociedade capitalista patriarcal de quais tipos de atividades ocorrem, onde, quando e por quem. Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano “típico”: seus planos de viagem diários, necessidades, desejo e valores. Chocantemente, este cidadão é um homem. Um marido e pai provedor, fisicamente apto, heterossexual, branco e do gênero cis (KERN, 2021, p. 54-55, grifo nosso).

Conceitos como bairros caminháveis, acesso a equipamentos urbanos a distância adequada das moradias, espaços verdes e de descanso, lugares de encontros e de brincar, banheiros públicos limpos e adaptados a todos, rotas seguras de transportes, entre outros deveria compor um ambiente que acolhesse a todos.

Como exemplo de pensar as cidades de uma forma diferente daquela patriarcal a qual estamos acostumados, a URBAn 95 (2019) é uma iniciativa defende que as cidades deveriam ser planejadas para as crianças de 95 cm de tamanho, posto que se uma criança desse perfil se sente acolhida no ambiente, toda e qualquer pessoa se sentirá. O paradigma do planejamento nessa ótica é a partir do olhar da infância, na proposição de um ambiente urbano saudável e que acolhe toda a diversidade humana. Nessa esteira, os espaços públicos seriam pensados para atender todas as demandas num raio que permitisse frequentar postos de saúde, creches, escolas, parques e outros serviços a pé, deveria implementar pensando em ruas largas, sombreadas, com bancos para descanso, bebedouros com

água potável disponível, torneiras para lavar as mãos, bicos, mamadeiras, banheiros com trocador.

Ainda, na ótica de demonstrar que o planejamento urbano é focado num perfil específico de cidadão, que é o homem, cabe lembrarmos que a população LGBTQIA+ também não é considerada nessa perspectiva. No seu turno, esse grupo é altamente vulnerabilizado nos usos da urbes, visto que é justamente nos espaços públicos e coletivos que essas pessoas são mais hostilizadas. Uma cidade mais acolhedora e segura para os LGBTQIA+ também pode ser pensada nesta perspectiva humanista de planejamento urbano.

Neste mesmo caminho, Carvalho e Macedo Junior (2017, p. 103) chamam de cidade-armário aquela em que se configura como uma expansão do armário para o espaço social, uma vez que as subjetividades sexuais, diferentes da heteronormativa, ficam renegadas às prisões pessoais, não podendo se manifestar em lugares comuns “a cidade também se constitui enquanto um ambiente que mitiga subjetividades, rejeitando as sexualidades e identidades de gênero desviantes da norma sexual posta” (CARVALHO; MACEDO JUNIOR, 2017, p. 106). O paradigma por detrás da cidade-armário impõe a necessidade de parcelas da população esconderem-se e não manifestarem suas identidades, afetos e relacionamentos em público, limitando as possíveis sociabilidades que poderiam se formar a partir da multiplicidade de cores e subjetividades. “Através dos discursos sociojurídicos-urbanísticos, a cidade constitui-se a cidade do interdito para LGBTs, ou como preferimos aqui nomear, a cidade se ergue enquanto uma cidade-armário” (CARVALHO; MACEDO JUNIOR, 2017, p. 106).

Outro grupo social decididamente marginalizado pelas políticas urbanas são os de moradores ou moradoras de rua, que se configuram por um grupo heterogêneo em termos de perfil sociodemográfico, condições psíquicas, tempo de moradia, mas, que tem em comum “a pobreza extrema, a fragilidade dos vínculos familiares e a ausência de moradia convencional regular, utilizando áreas degradadas e logradouros públicos como espaço de moradia ou sustento” (BALIEIRO; SOARES; VIEIRA, 2017, p. 334). Como sua vida privada se confunde com o espaço público, essa é uma

população vítima de violência extrema, brutalidade, xingamentos, como se os corpos na rua fossem objetos do sadismo alheio e da cegueira moral do cidadão de bem. Como vivem à margem do capital, habitar as ruas os tornam invisíveis às políticas sociais e públicas e este se configura como um grupo que frequenta e vive a cidade, mas não a acessa como cidadão de direitos.

Verificamos, portanto que a trilogia raça, classe e gênero aparece de forma contundente como entraves para planejar a urbes. É urgente um debate mais abrangente acerca do lugar das crianças, negros, LGBTQI+, mulheres, moradores de rua e idosos nos espaços da cidade, dessa forma, esse livro propõe estabelecer um diálogo sobre “cidades para a diversidade”, considerando que a incorporação dos debates dos movimentos sociais contemporâneos por direitos das minorias sociais (que são maioria) ao planejamento urbano produz, para a sociedade como um todo, a constituição de espaços públicos mais acolhedores, empáticos, que possibilitam o encontro das mais diversas tribos, auxiliando nos avanços civilizatórios de convivência com as diferenças; e para a própria área que se debruça sobre o urbanismo, é a oportunidade de se desvencilhar dos caminhos tortuosos que a noção cidade-empresa instituiu colocando o pragmatismo e produtivismo como meta (cf. VAINER, 2013).

Considerações Finais

Vemos que o debate sobre a diversidade recupera a cidade enquanto polis, lócus da política e da construção de ideias coletivas e pode funcionar como diminuição do papel cidade-mercadoria. A mercantilização da terra e dos espaços mais centrais, com melhores acessos aos serviços, passam a sentir as interferências das pressões políticos e sociais por inclusão e participação no debate público daqueles que desde sempre vivem à margem física e simbólica dos espaços urbanos. “A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar” (HARVEY, 2013, p. 28). Assim, cidade e ser humano estão imbricados, posto que um altera o outro, e é no encontro do espaço público que as contradições devem aparecer, gerando pequenas tensões

produtoras de alteridade.

É na cidade que tudo acontece e os múltiplos encontros que a polis engendra pode favorecer novas construções do espaço urbano. “Os investimentos simbólicos sobre o espaço urbano continuam, como sempre o foram, produtores de diversidades, lugar de vários lugares. Uma cidade colagem, uma cidade sampleada” (MOREIRA; BARROS, 2009, p. 55).

Posto que consideramos a cidade local de disputas de poder e réplica do pensamento dominante, ela reproduz o patriarcado classista, racista, machista e homofóbico. Assim, o debate sobre cidade para a diversidade convoca-nos para a necessidade de se ocupar os espaços com corpos que, por si, reivindicuem seu lugar. Crianças, idosos, mulheres, trans, gays, lésbicas, travestis, negros, pobres, prostitutas, moradores de rua, todos têm direito à cidade e devem ter a função de retirar o planejamento das mãos dos liberais urbanos e entregar para os planejadores da boa vida, diminuindo a opacidade dada a essas populações.

É, portanto, na esteira da abertura das cidades para a diversidade que essa obra se apresenta, a fim de trazer à baila os diversos públicos ora citados para aqueles interessados em planejamento urbano, políticas públicas intersetoriais e cidades. Urge lembrar que o livro é fruto de um programa de mestrado na área de Planejamento urbano/demografia que se debruça sobre os estudos das mais diversas vulnerabilidades sociais, ambientais, econômicas, educacionais, psicológicas etc, e congrega, nessa obra, reflexões de diversos pontos do país e do exterior.

Referências

BALIEIRO, Elucleia Oliveira; SOARES, Carla Patrícia D; VIEIRA, Eliana Araujo. Morador de rua: causas, entraves e serviços ofertados. Revista Temporalis. Brasília, ano 17, n.º 34, p. 333-353, jul-dez. 2017.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JUNIOR, Gilson Santiago. 'Isto É Um Lugar De Respeito! ': A Construção Heteronormativa Da Cidade-Armário Através Da Invisibilidade E Violência No Cotidiano Urbano. Revista de Direito da Cidade. Vol, 09, n.º 1, 9.103-116, 2017.

MOREIRA, Fayga; BARROS, José Márcio. Diversidade e identidades: fronteiras e tensões culturais no espaço urbano. Políticas Culturais em Revista, 2 (2), p. 50-59, 2009. Disponível: (99+) Diversidade e identidades: fronteiras e tensões culturais no espaço urbano | José Marcio Barros - Academia.edu . Acesso: 16/08/22.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. Revista da FAEEBA. Faculdade de Educação do Estado da Bahia. Ano 6 N. 7, Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador-BA, ISSN 0104-7043 – UNEB – pág. 9-17, Jan/Jun 1997.

GOMES, Aramis H; MELLO, Leonardo Freire. Racismo territorial. O planejamento urbano tem um problema de raça? Jundiaí : PACO, 2021.

HARVEY, David. Possible Urban Worlds. Twynstra Gudde Management Consultants, Amersfoort, The Netherlands, 2000.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

KERN, Leslie. Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens/Leslie Kern; [tradução de] Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

URBAN95. Guia URBAN95. Ideias para a ação. Fundação Bernard Van Leer, 2019.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: A cidade do pensamento único. Desmanachando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SEÇÃO 1



CIDADE PARA DIVERSIDADE

Cidade e Infância

Molecada

Moleque
é pipa avoada
corre
amigos
linha
cruzada
rua
cuidado com o fio!

Wallace Rodrigues

CAPÍTULO 1

LA REVOLUCIÓN PEATONAL: MIRADA DESDE LAS NIÑAS Y NIÑOS EN BOGOTÁ

Luisa Rubio
Juliana Zambrano
César Ávila

Introducción

Este capítulo explora la actual transformación urbana, impulsada por las reflexiones que surgen al mirar la ciudad desde otras perspectivas. *La revolución peatonal: mirada desde las niñas y niños en Bogotá* narra las experiencias que esta ciudad vive a través de los programas de movilidad escolar y las propuestas de instrumentos normativos que giran en torno a la caminata como promotor urbano. La idea de este texto es poder plasmar los aprendizajes que estas experiencias han dejado con el fin de promover y apoyar programas o visiones similares en otras ciudades.

La revolución peatonal: mirada desde las niñas y niños en Bogotá se organiza alrededor de tres temas: la niñez, la caminata y la ciudad.

El motivo por el cual planteamos la niñez como idea principal de desarrollo del documento es porque además de ser la futura sociedad que tomará las decisiones, en la actualidad es una de las poblaciones más vulnerables de una ciudad. Con el ideal de construir mejores entornos urbanos, en donde todos sin importar nuestra edad, género, etnia, condiciones físicas o dónde nacimos, podamos

sentir que pertenecemos a la ciudad en la que vivimos y por ende a su sociedad, nos hemos planteado estrategias de intervención para construir escenarios participativos, seguros y agradables. Hemos encontrado que al abordar a las niñas, niños y adolescentes como actores principales de estas actuaciones nos lleva a abordar no solo sus necesidades, sino también las de los adultos quienes son sus acompañantes en una ciudad.

La movilidad ha jugado un rol importante en la evolución, crecimiento y definición de las ciudades es por este motivo que es el segundo componente que se desarrolla en este documento. Hemos identificado que para lograr una transformación urbana tanto a escala barrial como metropolitana debemos pasar a pensar en cómo movemos a las personas en vez de como hacer eficiente el recorrido de los carros. Caminar es la manera más primaria de movernos, en la actualidad todos los viajes que se realizan en una ciudad tienen un componente peatonal, además es un factor de vitalidad y de equidad social. Diseñar una ciudad pensada para caminar implica construir de manera accesible, compacta y eficiente en la proximidad.

Uno de los principales objetivos de este capítulo es ejemplificar estrategias para construir mejores ciudades para vivir. Bogotá será el caso de estudio y es la tercera idea que se desarrolla en este capítulo. Hemos identificado que esta ciudad tiene complejidades políticas, sociales y geográficas, que permiten que sus experiencias, en búsqueda de mejores condiciones de vida, sirvan de punto de referencia a otras ciudades. Las complejidades de Bogotá han permitido que la ciudad desarrolle acciones de mejora de la calidad de vida, y como nuestro foco central del capítulo es la niñez, seguido por la movilidad, hablaremos de las estrategias

que Bogotá implementa para crear experiencias de movilidad escolar significativas. Las necesidades y puntos de vista de la niñez nos guiarán en la búsqueda de estrategias para lograr mejores condiciones de vida urbana para todos.

La Niñez

Características de la niñez

Hablar de niñez es hablar de genialidad. Las niñas y niños son genios, es el momento en que el ser humano aprende a saltar, a correr, a nadar, a cortar, a pegar, a colorear, a escribir, a leer, a narrar sus ideas. Es el momento en que se comienza a ser independiente para lavarse los dientes, la cara, las manos y vestirse. Es el momento en que se logra ser totalmente dueño del cuerpo y de sus movimientos, se puede caminar en línea recta sobre una barra de equilibrio, flotar sobre el agua, pararse en las puntas de los pies para ver más lejos y bailar llevando el ritmo. Cuando se es niña o niño se está más cerca del suelo, todo en la ciudad está más cerca para ser tocado, olido y probado.

La niñez es el periodo de desarrollo que comprende entre los 6 a los 12 años, es el momento en el que se consolida su identidad como persona, en el que su entorno social cambia, deja de ser principalmente la familia, pasa a ser principalmente el colegio o el entorno en que desarrolla sus actividades diarias. Es cuando se aprende a aceptar normas, a cooperar, a participar, a respetar y a ser respetado. Es cuando se adquiere conciencia de sus capacidades y limitaciones al igual que sus deberes y derechos. En esta etapa ocurre el proceso de crecimiento, tanto corporal como mental, más importante y en el que se adquiere las habilidades mínimas necesarias para vivir e insertarse en la sociedad.

En este periodo de vida las niñas y niños son capaces de interpretar y de expresar sus visiones. Pueden reconocer sus necesidades, las cuales usualmente coinciden con las mismas básicas de la mayor parte de los ciudadanos, sobre todo con las de los más débiles. Una niña o un niño sin importar su condición social tiene la capacidad de juzgar, calificar y expresarse, por ende, tiene la posibilidad, habilidad y el derecho de participar en la generación de planes que definan su entorno y comunidad. Como se reconoció en la Convención sobre los Derechos del Niño (CDN), un tratado internacional que recoge los derechos de la infancia y que es el primer instrumento jurídicamente vinculante que les reconoce como sujetos y defensores de sus propios derechos (Convención sobre los Derechos del Niño (20 de noviembre de 1989)¹.

¿Qué es ser un niño urbano?

Desde la década de los 80' el mundo proyectó que la población en Latinoamérica iba a duplicarse para el año 2025 (Hardoy - Unicef, 1992). Con un boom de bebés en los años 90, se confirmó que el nuevo milenio requeriría de oportunidades para satisfacer las necesidades de los futuros adultos de esta década, y por ello se pensó en las grandes ciudades como ese lugar lleno de posibilidades de desarrollo. Según la predicción, en 2020 Latinoamérica superó los más de 630.000 habitantes, de los cuales más de dos tercios vivían para este año en las ciudades, incluyendo a más de 110 millones de niñas, niños y adolescentes (NNA) menores de 15 años (UNICEF panorama NNA 2020).

1 Convención sobre los Derechos del Niño (20 de noviembre de 1989). Disponible en: <http://www.un.org/es/events/childrenday/pdf/derechos.pdf> (Publicación de UNICEF, 2006).

Estos 110 millones de NNA urbanos nos hemos desarrollado rodeados de dinámicas que aunque permiten nuestra prosperidad, también promueven la inequidad. Con la baja inversión en la planeación que ha experimentado Latinoamérica durante su desarrollo, se ha expandido y fragmentado la configuración urbana del territorio abriendo la puerta para que los usuarios de los carros y la productividad sean los más favorecidos, contando con mayor espacio público para ocupar. La carencia de espacio público para el resto de la población, incluyendo los NNA, y las demás actividades cotidianas, ha promovido ambientes inseguros y con limitadas opciones para el juego, la caminata y la conectividad con servicios esenciales.

La inequidad de no contar con espacio público, la viven los NNA urbanos y sus familias en las situaciones de inseguridad de sus barrios, los altos costos de vivienda, el poco acceso a servicios públicos y en los ambientes que afectan su salud y que promueven la pobreza UNICEF, (Shaping urbanization for children handbook, 2018). Ser un niño urbano en Latinoamérica es un reto, es vivir con la inequidad de las ciudades para cubrir y satisfacer las necesidades y derechos que conocemos como elementales para la infancia.

Derechos de la niñez

Como lo menciona la Declaración de los Derechos del Niño, “el niño por su falta de madurez física y mental, necesita protección y cuidados especiales” sin importar la raza, el color, el sexo, el idioma, la religión, las diferentes opiniones, el origen nacional, étnico o social, la posición económica, los impedimentos físicos, el nacimiento o cualquier otra condición del niño, de sus padres

o cuidadores. Esta protección y cuidado que necesitan los niños se traducen en tres tipos de derechos, los de supervivencia, los de protección y los de participación, que abarcan el derecho a la vida, al sano desarrollo, a la educación, a la protección contra la violencia, al juego, a la libre expresión, a la inclusión, entre otros.

La normatividad colombiana por su parte, ha establecido que " los derechos de los niños prevalecen sobre los derechos de los demás" y que "le corresponde al estado, la sociedad y a la familia" el garantizar que los NNA puedan cumplir sus derechos, accediendo a los servicios que ofrecen los espacios educativos, recreativos, de salud, entre otros. Para que el acceso a los servicios de la ciudad sea posible, los gobiernos deben facilitar los recursos y los medios que permitan la locomoción de los NNA.

La locomoción es la posibilidad de transitar o desplazarse de un lugar a otro, usando la red de espacios públicos y de movilidad disponibles de la ciudad. En este entendido, la libertad de locomoción de los NNA se vulnera cuando existen barreras en sus desplazamientos hacia los diferentes espacios urbanos. Desde las barreras económicas hasta las físicas podemos encontrar las distancias, la calidad de la infraestructura, la falta de recursos para acceder a los modos de transporte, la operación deficiente de los sistemas de transporte urbanos, la ocupación ilegal de los espacios públicos, la inseguridad, entre otros. Una locomoción sin barreras se traduce en mayores posibilidades para los NNA de disfrutar de los servicios de la ciudad y cumplir sus derechos.

Como los derechos de los NNA prevalecen sobre los de los adultos, deben ser sus cuidadores o los gobiernos quienes garanticen su acceso a la ciudad. Los cuidadores no siempre tienen los medios o recursos para proveer el acceso de los niños, y es por esto que el

Estado es el último responsable de proveer a los niños y sus familias con opciones de accesibilidad. El estado debe proveer los medios para que las NNA puedan moverse cómoda y autónomamente.

Restricciones de los cuidadores

Podemos ejemplificar las barreras de los cuidadores para proveer acceso a los niños a espacios y experiencias ajenas a su hogar, desde las restricciones comunes que ocasionan la deserción en la educación. Todos los NNA deberían poder acceder a sus colegios y en un mundo ideal, sus familias contarían con los recursos para enviarlos a clase. Sin embargo, en muchas ciudades de Latinoamérica, y en Colombia, solo pueden llegar a clase los estudiantes cuyos papás, abuelitos, tías, etc., cuentan con tiempo para acompañarlos, con el dinero para pagar por su medio de transporte, o con la tranquilidad para enviarlos solos en caso que vivan cerca a los colegios. En esta última opción, la tranquilidad de los cuidadores depende de muchos factores; lo que antecede a un concepto que se desarrollará más adelante: que las niñas y niños no perciben el peligro de la misma forma que los adultos.

En un mundo ideal existirían condiciones de seguridad personal, seguridad vial y configuraciones urbanas apropiadas, bajo las cuales las familias permitirían a sus niños andar por la ciudad a su gusto. En la realidad latinoamericana, las familias que no se sienten tranquilas de enviarlos solos y que no tienen otra opción, prefieren que los niños permanezcan en casa. Unos pocos corren con la suerte que el Estado les provea con los recursos o las opciones para llegar a clase. Así que la población de niños restante que se queda sin opciones, elige no ir al colegio y

cuando su inasistencia es recurrente, se produce la deserción en la educación.

Nuestro primer actor en el acceso a la educación son las familias o cuidadores quienes enfrentan restricciones en su capacidad de brindar acceso a los NNA.

Autonomía infantil

La autonomía infantil se entiende como la capacidad de un niño de realizar por sí mismo tareas y actividades propias de los niños y niñas de su edad y de su entorno sociocultural. La autonomía se expresa participando, proponiendo, expresando las propias ideas y sentimientos, eligiendo entre diferentes alternativas y tomando decisiones en ámbitos pertinentes según la edad.

Continuando con el ejemplo del acceso a la educación, en la ciudad ideal, con condiciones de seguridad personal, seguridad vial, configuraciones urbanas apropiadas y conciencia comunitaria donde todos los adultos de la ciudad somos vigías de la infancia, las niñas y niños con autonomía podrían elegir la opción que deseen para moverse a los espacios para su desarrollo, pudiendo acceder a servicios educativos. Como ocurre en países como Japón, donde la sociedad entera vela por los trayectos de los niños que van solos al colegio y en donde la cultura permite que los niños sean autónomos y se empoderen en sus habilidades para moverse en las calles. Esta autonomía y libertad, expone a los menores a la toma de decisiones, una importante habilidad personal y social, que debe ser desarrollada para su crecimiento psicológico y como estrategia de afrontamiento de la vida.

Por ahora, las ciudades latinas están en un proceso de

desarrollo paralelo de la cultura y los medios para que la autonomía infantil ocurra. Mientras se da este proceso de garantizar la autonomía en la movilidad infantil, los gobiernos han creado estrategias para ofrecer subsidios de transporte público a las familias, de rutas escolares que permitan el acceso a la educación, y un sin número de ideas que promueven la seguridad personal, la movilidad escolar sostenible y la planeación urbana inclusiva de la mirada de la infancia, generando las condiciones apropiadas de acceso a la educación.

Es importante considerar que el costo de garantizar la permanencia en las aulas a través de las estrategias de movilidad escolar es alto. Con los recursos de las ciudades latinas, se logra beneficiar a una parte de la población y es por esto que como sociedad debemos continuar en la construcción de territorios inclusivos y seguros que garanticen la autonomía infantil.

La movilidad de la niñez

La libertad de locomoción de los NNA la retomamos como la posibilidad de transitar o desplazarse de un lugar a otro, con sus cuidadores o solos, usando la red de espacios públicos disponibles de la ciudad sin barreras de acceso a disfrutar de los servicios y así cumplir sus derechos.

La movilidad es por otra parte la habilidad que aprendemos de niños para articular las funciones de nuestro cuerpo en pro de movernos. El movimiento puede ser motor, locomotor o manipulativo, entendiendo al movimiento motor como el que ocurre en un mismo punto, al manipulativo como el que usa al cuerpo como una herramienta para interactuar con el entorno y a la locomoción como

la habilidad de desplazarse de un punto a otro. Coloquialmente en los conceptos urbanos decimos que movilizarnos es desplazarnos de un lugar a otro. Es decir, la libertad de locomoción es la libertad de movilidad.

La movilidad también es una actividad derivada y secundaria de las actividades primordiales que motivan nuestros desplazamientos. Si tengo hambre, mi necesidad es comer y para poder acceder al alimento debo movilizarme hacia este. Me muevo en pro de suplir mis necesidades, me muevo para ir al médico, para ir a estudiar, para ir al parque a jugar. Entonces la movilidad se convierte en una actividad necesaria para el acceso a los derechos esenciales de las niñas y los niños. En este entendido, y volviendo a nuestro ejemplo del acceso educativo, mediante la movilidad, los NNA pueden cumplir el derecho a la educación haciendo presencia en las aulas de clase. Que los niños cuenten con todos los recursos o posibilidades para desplazarse, empezando por opciones de movilidad que estén al alcance suyo y de sus familias, garantiza la permanencia en los colegios y combate la deserción escolar.

En las ciudades latinoamericanas también vemos que la movilidad de la niñez se da principalmente mediante la caminata, gracias a que vivimos en territorios densos y con usos del suelo mezclados. Los niños y las niñas caminan con sus madres, abuelas y personas a cargo del cuidado en los hogares, para ir a los jardines infantiles, a los centros de salud, al supermercado o al parque a jugar. Para ir al colegio, los niños caminan mayoritariamente. Así ocurre en Bogotá, donde más del 50% de los viajes al colegio se hacen a pie. La caminata trae un sinnúmero de beneficios a la salud mental, corporal y emocional de las y los niños y por esto la convertimos en el foco de la continuación del presente capítulo.

CAMINAR

Beneficios

Las personas caminamos como una actividad cotidiana, dentro de nuestras casas para atender nuestras necesidades diarias, dentro de nuestros lugares de trabajo, y en otros entornos que hacen parte de nuestras actividades habituales.

Caminar además es un modo de transporte saludable y sostenible, es decir, para caminar requerimos mover el cuerpo consiguiendo beneficios para nuestra salud física, mental y emocional, pero además caminar al igual que otros modos activos, como la bicicleta, no produce emisiones que afecten la calidad del aire de las ciudades.

Los beneficios cardiovasculares de caminar son biológicamente plausibles. Al igual que otras formas de ejercicio moderado regular, caminar mejora los factores de riesgo cardíaco como el colesterol, la presión arterial, la diabetes, la obesidad, la rigidez e inflamación vasculares y el estrés mental. Además contribuye a la prevención de problemas cardíacos y una tasa de mortalidad más baja. Caminar ayuda a proteger contra la demencia, la enfermedad arterial periférica, la obesidad, la diabetes, la depresión, el cáncer de colon e incluso la disfunción eréctil.

Según estudios médicos de Harvard caminar 30 minutos al día reduce en un 30% el riesgo de enfermedades del corazón².

2 HARVARD, Medical School. Walking for Health, p.3. ISBN 978-1-61401-220-7.

Cinco beneficios de caminar:

1. Contrarresta los efectos de los genes promotores del sobrepeso. Los investigadores de Harvard observaron 32 genes que promueven la obesidad en más de 12.000 personas para determinar cuánto contribuyen realmente estos genes al peso corporal. Luego descubrieron que, entre los participantes del estudio que caminaban rápidamente durante aproximadamente una hora al día, los efectos de esos genes se reducían a la mitad.

2. Ayuda a calmar la ansiedad. Un par de estudios de la Universidad de Exeter encontraron que una caminata de 15 minutos puede frenar la ansiedad e incluso reducir la cantidad de dulce que se consume en situaciones estresantes. Las últimas investigaciones confirman que caminar puede reducir los antojos y la ingesta de una variedad de refrigerios azucarados.

3. Reduce el riesgo de desarrollar cáncer de mama. Los investigadores ya saben que cualquier tipo de actividad física reduce el riesgo de cáncer de mama. Pero un estudio de la Sociedad Estadounidense del Cáncer que se centró en caminar encontró que las mujeres que caminaban siete horas o más a la semana tenían un riesgo 14% menor de cáncer de mama que las que caminaban tres horas o menos por semana. Caminar proporcionó esta protección incluso para las mujeres con factores de riesgo de cáncer de mama, como el sobrepeso o el uso de hormonas suplementarias.

4. Alivia el dolor articular. Varios estudios han encontrado que caminar reduce el dolor relacionado con la artritis y que caminar de 8 a 9 kilómetros por semana puede incluso prevenir la formación de artritis en primer lugar. Caminar protege las articulaciones, especialmente las rodillas y las caderas, que son

las más susceptibles a la osteoartritis, al lubricarlas y fortalecer los músculos que las sostienen.

5. Estimula la función inmunológica. Caminar puede ayudar a protegerse durante la temporada de resfriados y gripe. Un estudio de más de 1,000 hombres y mujeres encontró que aquellos que caminaban al menos 20 minutos al día, al menos 5 días a la semana, tenían un 43% menos de días de enfermedad que aquellos que hacían ejercicio una vez a la semana o menos. Si se enfermaron, fue por un período más corto y sus síntomas fueron más leves.

Caminar en la ciudad.

La mayoría de la población camina un porcentaje de sus desplazamientos para ir a sus destinos en la ciudad. Por ejemplo, caminamos para dirigirnos a nuestros vehículos, para ir hacia el transporte público y hacia los otros modos de transporte que usamos.

Caminar en la ciudad es la mayoría de las veces, una actividad inconsciente a través de la cual completamos actividades cotidianas, al enaltecer esta cotidianidad y hacerla más agradable es que la caminata mejoraría nuestra la calidad de vida, como veremos más adelante en el proyecto Ciempiés Caminos Seguros desarrollado en Bogotá.

Si vemos la ciudad desde una perspectiva infantil, caminar en la ciudad es una aventura: cada esquina representa un descubrimiento y cada parque, acera o vía que cruzamos es un estimulante que condiciona nuestro comportamiento. Cuando somos niños no estamos sesgados por nuestra percepción del peligro y no contamos con suficiente información para tomar decisiones, por eso caminar se vuelve una actividad exploratoria y por ende educativa. Lo que

aprendemos al caminar no solo se da con la infraestructura inerte de la ciudad, sino también con los humanos, plantas y demás seres vivos que nos rodean. Hacemos sociedad caminando. En la niñez la caminata no representa un esfuerzo mayor, pues usualmente vamos acompañados. Mientras que en la adultez la energía física requiere además de atención mental para sortear los obstáculos urbanos que se agudizan con nuestra percepción del entorno.

Sin embargo, caminar puede no resultar tanto para niños como para adultos, como una actividad atractiva, de disfrute o de preferencia y esto tiene en parte que ver con la forma como percibimos y experimentamos nuestros lugares de caminata. Si un andén es angosto y los carros pasan muy cerca o si es oscuro, tanto adultos como niños lo percibimos como inseguro; si hay fuentes de ruido cercanas, basura u olores, experimentamos poco placer de continuar caminando; en el caso de las personas con discapacidad, si un andén no cuenta con un diseño que facilite el movimiento restringido, resulta un espacio no accesible y que margina. Todo lo anterior, sin importar la edad o la condición, aumenta o disminuye nuestro deseo de caminar.

Dentro de un sistema urbano adecuado, la ciudad debería contar con condiciones para caminar sin estresarnos, sin embargo el estrés/la tranquilidad son poco usados como un indicador para entender las ciudades y su desarrollo urbano. Comprender las condiciones que una ciudad debe proveer para una caminata agradable podría ser un factor determinante en la reducción de conflictos entre ciudadanos y ansiedad, aumento de la actividad comercial y un potenciador de calidad de vida, entre otros. Que “salir a caminar” se convierta en una actividad placentera debería ser el indicador principal de calidad urbana.

Por el deterioro de la calidad urbana, es que el elemento principal de las ciudades: sus habitantes, se ha vuelto vulnerable, el desarrollo acelerado de ciudades en masas grises, orientadas a la movilidad motorizada, rápida y de alto recorrido ha deteriorado la escala en la que una persona puede sentirse cómoda, creando una insatisfacción con el entorno. Los caminantes son más vulnerables al ser superados en masa por todos los demás modos de transporte de la ciudad, los que además requieren de más espacio para funcionar. Al desconocer un entorno agradable a escala humana, el desarrollo urbano ha desconocido el valor primordial de la vida poniéndolo en riesgo, siendo también un imperativo ético en el que la protección de la vida prevalece y no debería ser aceptable las pérdidas humanas en la movilidad.

La caminata como transformador urbano.

Del acápite anterior y del desarrollo urbano de las ciudades latinoamericanas podemos inferir 2 patrones en la transformación urbana contemporánea, el primero: las ciudades han priorizado a otros modos de transporte, por encima del modo peatonal, creando ciudades poco caminables, con servicios alejados de la proximidad y con una demanda inducida de viajes; y el segundo: hay un desconocimiento práctico de las medidas que hacen a una ciudad más amigable para los peatones.

Para aproximarnos al desarrollo de las ciudades en un nivel peatonal debemos entender la caminata. Una experiencia de caminata agradable requiere de un campo visual claro, en el que de ser posible se localice el destino y se provea la ruta más directa para llegar a este, las líneas de deseo son una manifestación clara de esta condición. Cuando lo anterior no se cumple los peatones

están dispuestos a sobrepasar obstáculos o modificar estructuras para hacer eficiente su recorrido. Esta eficiencia es uno de los indicadores que se deben lograr para transformar la ciudad. Cuando un recorrido es eficiente en costo y tiempo, la ciudad responde a las necesidades por las cuales nos desplazamos y esto se logra también generando servicios de proximidad.

Una caminata agradable requiere también de servicios complementarios, proporcionar sombra y protección a la lluvia brinda un beneficios que en ocasiones pasan desapercibidos, pero dan un alto nivel de confort al recorrido. Adicionalmente contar con elementos de descanso como sillas o barandas de descanso, potencia el deseo de caminar en la medida que la prolonga y brinda momentos de contemplación y relajación. Para lograr estos momentos una ciudad debe generar espacios de disfrute cotidiano, como parques y jardines. De esta forma, las ciudades podrían aprovechar este ecosistema peatonal para impulsar actividades de servicios o comerciales de acceso directo peatonal, que capten valor y generen nuevas centralidades comunitarias y tejido social. En una situación ideal estas áreas contarían con los servicios de gran escala en sus extremos más alejados pero a una distancia caminable, que se lograría recorrer con las condiciones descritas anteriormente.

En este momento de nuestro planteamiento, queremos llamar la atención sobre la ausencia e innecesariedad de los desplazamientos prolongados y del uso desmedido de los vehículos motorizados. En una ciudad caminable, podríamos encontrar ahorros de tres tipos: el primero, económico, ya que se promueve la generación de infraestructura a escala humana y paisajística, alejándose de la planeación urbana en función de megaestructuras;

el segundo, un ahorro en tiempos y costos del transporte al reducir los desplazamientos, el cual es aprovechable por cada individuo desde su libre albedrío, resultando en mejoras en la calidad de vida; y el tercero, un ahorro en emisiones y procesos contaminantes, no sólo por la reducción de los desplazamientos motorizados, sino también por la eliminación de los impactos de la construcción y operación de sistemas de transporte masivo.

Ahora bien, siguiendo la tendencia global de alinear la planeación urbana con la pandemia por COVID19, es de resaltar la transformación que ha surgido en las ciudades. La necesidad de distanciamiento social ha aumentado el valor que otorgamos al espacio personal y al mismo tiempo genera una escasez de contacto entre las personas. Lo anterior ha resultado en un deseo de contar con espacios de encuentro de calidad, rescatando el valor de compartir con otros y de usar eficientemente los espacios comunales públicos o privados. Bajo esta situación, en la que es un lujo contar con espacios tan cotidianos como un jardín o una zona verde cerca a nuestra residencia, encontramos un cambio importante en la creencia colectiva de exclusividad de la propiedad privada y comunitaria y estamos ahora dispuestos a ocupar espacios por los que antes solo transitábamos. Esto constituye un gran reto para el Estado, encargado de responder por la resignificación de estos espacios como una acción y oportunidad para proveer calidad de vida a la población.

Este “despertar” a nuevos retos de convivencia y de movilidad, cuenta con un elemento de apropiación importante del nuevo espacio público recuperado, de una voluntad de habitar espacios como comunidad, no solo de transitarlos y de una oportunidad de transformación de nuestras ciudades en función de las necesidades

humanas, sobre las necesidades de la infraestructura productiva.

BOGOTÁ

Origen

Las ciudades resultan de grandes fuerzas económicas, culturales y sociales. Son pensadas por adultos y en las últimas décadas debido a la elección del ciudadano trabajador como parámetro de desarrollo y de cambio, la ciudad ha perdido una de sus características que le dio origen: ser un lugar de encuentro e intercambio entre las personas, ahora. Según datos del Banco Mundial, actualmente el 55 % de la población mundial, 4200 millones de habitantes, vive en ciudades. Se cree que esta tendencia continuará. En 2050, la población urbana se duplicará y casi 7 de cada 10 personas vivirán en ciudades. En menos de una generación más de la mitad de los adultos que tomen las decisiones urbanas habrán crecido en ciudades.

Cada día que pasa se busca hacer que la ciudad sea un medio eficiente que facilite la cotidianidad laboral. Se ha renunciado a los espacios públicos que como punto de encuentro y de intercambio, eran imprescindibles. Los pequeños espacios verdes, los andenes, las calles y las plazas han adquirido cada vez más, funciones asociadas al automóvil y al comercio, dejando de lado la necesidad de espacios vitales para el ser humano. Las ciudades se han modificado y transformado en un ambiente debido a la contaminación. El caso de Bogotá no es diferente.

Bogotá se desarrolló a través del tiempo ocupando espacios entre altas montañas y ríos, elementos naturales que hicieron de esta una ciudad de difícil acceso y quebrada por la geografía. En

un principio esta fue una ciudad cuyo urbanismo era más bien precario si lo comparamos con lo que presentaba la mayoría de las capitales virreinales. Aislada del puerto marítimo, Cartagena, sin contar con una economía minera ni la presencia de una plantación o poder agrícola; fue fundamentalmente una ciudad de servicios administrativos, religiosos, educativos, financieros y comerciales. Su arquitectura fue sencilla, en razón a la predominancia del empleo de la tierra cruda, adobe y tapia pisada. Su tamaño era más bien modesto, pues apenas alcanzaba a ser una quinta parte de la población que tenía la capital de la Nueva España, entonces la ciudad más poblada de Hispanoamérica.

Estas condiciones de origen explican la complejidad actual de Bogotá, al ser una principalmente un lugar que presta servicios, quienes estaban a la cabeza de estos son quienes amasan el poder y capital, promoviendo un desarrollo urbano desigual. Si bien es una ciudad de más de 450 años de edad, el 70% se construyó en los últimos 90 años, momento en el que los vehículos motorizados eran el eje central del diseño urbano y el concepto base de los movimientos arquitectónicos internacionales. Por lo tanto, es una ciudad cuya morfología, trazado y construcción ha sido principalmente desarrollada para la eficiencia de movilización de carros.

La atracción acelerada de población a Bogotá generó varias dinámicas que desfavorecen los desplazamientos peatonales. Al ser una ciudad capital, concentra los servicios administrativos, financieros y dotacionales de gran impacto en una centralidad expandida que encarece el suelo y que a la vez atrae viajes y vacantes de empleo. En contraste se genera una repulsión de áreas de vivienda que se asientan en zonas alejadas del centro, con un

suelo de menor valor, y que no son consideradas como territorios formales dentro del desarrollo urbano.

En la planeación urbana, la respuesta a esta problemática ha sido el intento de conectar o acercar, en tiempo más no en espacio, los puntos alejados de la ciudad, generando infraestructura masiva para el transporte motorizado en detrimento del espacio público y peatonal. Este fenómeno de expansión ha producido además una falsa expectativa de fácil acceso a los servicios de la ciudad, cuando en realidad implica para las personas un gran esfuerzo físico, económico y temporal, no solo en los desplazamientos, sino también en la generación de esta gran infraestructura de movilidad motorizada.

La consecuencia social más grave de esta planeación urbana de expansión, es el aumento de las brechas de desigualdad de su población, el acceso a los servicios de mayor calidad está sujeta a la capacidad de pago y no a la cercanía a estos servicios. Además, se genera una desigualdad urbana, cuando la ciudad no está en capacidad de responder al desarrollo de infraestructura adecuada para los asentamientos residenciales más adecuados, resultando en pobres condiciones de vivienda que incrementan la pobreza y limitan el desarrollo de la población.

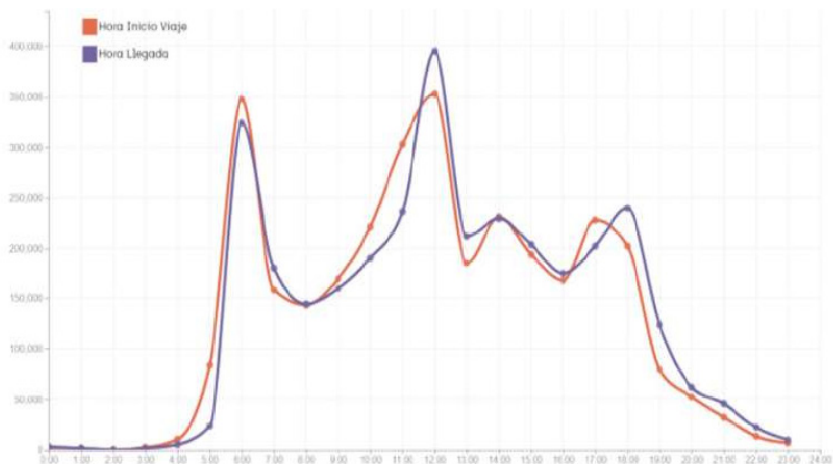
Caminar en Bogotá.

En un día típico en Bogotá se realizan más de 13 millones de viajes en todos los medios de transporte, de estos más del 60 %, significa 5.659.064 son viajes realizados en su totalidad a pie. De estos, el 23.9% corresponden a desplazamiento con una duración superior a los 15 minutos, 3.192.975 viajes diarios y el restante a

2466089 son viajes con una duración menor.

En cuanto a la distribución horaria de estos viajes, se identifica que el primer pico sucede a las 6:00 de la mañana, momento en el cual cerca de 350000 caminantes comienzan su viaje y 324000 viajes llegan a su destino. El segundo pico que se da durante el día y el más relevante en magnitud se presenta a las 12:00 horas con cerca de 353000 viajes que inician y 395000 viajes que terminan. Por último el tercer pico importante se presenta a las 17:00 horas con aproximadamente 228000 viajes que inician y a las 18:00 horas y cerca de 240000 viajes que llegan a su destino.

Figura 1. Distribución horaria de viajes a pie mayores o iguales a 15 minutos en Bogotá



Fuente: Unión Temporal Steer - CNC - Encuesta de Movilidad, 2019.

Bogotá se caracteriza por tener un mayor número de viajes peatonales realizados por mujeres, 61 % del total de viajes a pie. El rango de edad predominante es el comprendido entre los 05 - 18

años, con un 30%, seguido de 41-60 años con el 23% de participación y 26-40 años con el 20%.

Tabla 1. Viajes peatonales en Bogotá por sexo y grupo etario

EDAD (Años)	HOMBRE	MUJER	TOTAL	PARTICIPACIÓN
05 - 18	851.116	824.647	1.675.763	30%
19 - 25	226.188	314.241	540.429	10%
26 - 40	363.043	754.976	1.118.019	20%
41 - 60	398.380	927.000	1.325.380	23%
Más de 60	370.323	629.150	999.473	18%
TOTAL	2.209.050	3.450.014	5.659.064	100%
PARTICIPACIÓN	39%	61%	100%	

Fuente: Encuesta de Movilidad 2019 -SDM-DIM

Los viajes realizados a pie en Bogotá en su mayoría son por motivo “volver a casa”, seguido de “buscar o dejar a alguien” y de “estudiar”. Es importante señalar que para las mujeres uno de los motivos predominantes de viaje a pie es “hacer compras”.

Tabla 2 Viajes peatonales en Bogotá por sexo y motivo de viaje

Motivo del viaje	Hombre	Mujer	Viajes a Pie
Actividad física y deporte	73.772	78.987	152.759
Actividades con fines religiosos	8.596	39.371	47.968
Asuntos de trabajo	23.449	19.450	42.899
Buscar trabajo	7.115	5.149	12.264
Buscar/Dejar a alguien	111.542	392.258	503.800
Buscar/Dejar algo	17.939	39.076	57.015
Comer/Tomar algo	56.968	49.175	106.143
Compras	186.790	415.656	602.446
Cuidado de personas	2.706	11.650	14.356
Estudiar	350.108	338.901	689.009
Otro	5.634	9.381	15.015
Recibir atención en salud	24.059	40.466	64.524
Recreación y cultura	33.838	37.944	71.782
Trabajar	160.079	173.418	333.496
Trámites	83.029	128.008	211.038
Ver a alguien	51.538	99.595	151.134
Volver a casa	1.011.890	1.571.527	2.583.416
Total general	2.209.050	3.450.013	5.659.064

Fuente: Encuesta de Movilidad 2019 -SDM-DIM

Las localidades donde se realizan la mayor parte de los desplazamientos a pie, son Suba con el 14.09%, Kennedy con el 13.07% y Bosa con el 10.68 %, respectivamente.

Tabla 3. Distribución por localidad

LOCALIDAD	No. VIAJES	PARTICIPACIÓN
SUBA	761.220	14,09%
KENNEDY	705.971	13,07%
BOSA	576.898	10,68%
CIUDAD BOLIVAR	472.991	8,75%
ENGATIVA	426.487	7,89%
USAQUEN	312.322	5,78%
USME	298.526	5,53%
SAN CRISTOBAL	241.355	4,47%
RAFAEL URIBE URIBE	227.334	4,21%
CHAPINERO	181.096	3,35%
FONTIBON	169.751	3,14%
PUENTE ARANDA	157.930	2,92%
SANTA FE	135.728	2,51%
TUNJUELITO	123.200	2,28%
TEUSAQUILLO	106.872	1,98%
BARRIOS UNIDOS	99.244	1,84%
ANTONIO NARINO	70.627	1,31%
LOS MARTIRES	60.416	1,12%
CANDELARIA	34.816	0,64%
SUMAPAZ	742	0,01%
UPR	3.668	0,07%
No registra	235.994	4,37%
TOTAL	5.403.189	100,00%

Nota: UPR (Unidad de Planeamiento Regional)

Fuente: Encuesta de Movilidad 2019 -SDM

La población infantil entre los 7 a 15 años se toma, en promedio, cincuenta (50) minutos para ir a la institución educativa, esto quiere decir que, en un solo día, las niñas y los niños pasan aproximadamente una (1) hora y cuarenta (40) minutos viajando. Los tiempos de recorrido más altos corresponden a los viajes realizados en rutas escolares y en transporte público. Las niñas y los niños

viajan a su institución educativa principalmente a pie (49%), los medios de transporte que están en segundo y tercer lugar son el transporte escolar (23%) y el transporte público (12%).

Progresos

En las últimas administraciones Bogotá parece haber llegado al límite y ha comenzado a promover nuevas aproximaciones en términos de diseño y promoción urbana. Entre esas y considerando la movilidad como uno de los principales catalizadores y determinantes de bienestar social, la ciudad ha prestado un especial interés en mejorar las condiciones de movilidad escolar. Es por este motivo que ha diseñado el programa distrital Niñas y Niños Primero, el cual abarca distintas iniciativas que buscan brindar espacios más seguros y eficientes para el desplazamiento diario de la población infantil de Bogotá. Además, el programa propone la creación de espacios para que las niñas y los niños exploren su entorno de manera segura y divertida. Esto con el objetivo de que las niñas y los niños reconozcan su ciudad, la disfruten y se apropien de ella.

Las iniciativas que lo conforman se conocen como:

- . Ciempiés Caminos Seguros consiste en caravanas lúdicas para los estudiantes que se desplazan a pie al colegio.

- . Moviparque, Al Colegio en Bici y Biciparceros fomentan el uso de la bicicleta como medio de transporte amigable y sostenible, en las diferentes edades de desarrollo de las niñas y niños, creando rutas para llegar a los colegios o para conocer la ciudad.

- . Ruta Pila y Carril Escolar, se han diseñado para garantizar la seguridad de las niñas y los niños que se desplazan en buses escolares a sus colegios, mediante medidas de gestión del tránsito

de buses y acciones preventivas, de control y de verificación del cumplimiento de los requisitos de los vehículos.

. Zonas Escolares se ha enfocado en crear entornos seguros en las vías y espacios públicos adyacentes a las instituciones educativas, mediante intervenciones de señalización y urbanismo táctico.

El desarrollo de todas estas iniciativas se ha logrado con la colaboración de las comunidades beneficiadas, son las niñas, niños, adolescente, madres, padres, acudientes y vecinos los que han participado activamente en las distintas fases de las iniciativas con el fin de lograr un programa que mejor responda a sus necesidades y que incluya su visión en esta planeación.

La niña, niño y adolescente peatón son el centro de estas estrategias. Los pequeños peatones son los actores viales más vulnerables: su baja estatura hace que sean poco visibles para los vehículos motorizados, caminan a ritmos distintos y, además, tienen una perspectiva espacial diferente a la de los peatones adultos. Teniendo esto en cuenta, se planteó una estrategia para que las niñas y los niños pudieran reconocer su entorno, apropiarse de él y aumentar su sensación de seguridad durante el trayecto: *Ciempies Caminos Seguros*.

La iniciativa se apoya en tres pilares fundamentales: la seguridad, la lúdica y los lazos comunitarios. La seguridad se logra en cada recorrido, pues los pequeños caminantes realizan sus desplazamientos en grupo mientras aprenden sobre seguridad vial. Entre las prácticas y conocimientos que las niñas y los niños adquieren se encuentran: la forma correcta de cruzar las calles, la importancia del uso de la infraestructura peatonal, el respeto a las

señales de tránsito y la convivencia con los demás actores viales. Mediante la lúdica y la pedagogía se fomenta la risa, la diversión y el reconocimiento que se les hace a las niñas y los niños por su participación en los juegos del recorrido. A lo largo de sus caminatas desde los puntos de encuentro a la institución educativa, las niñas y los niños participan en juegos cortos diseñados para estimular los sentidos, la lógica matemática, la creatividad, la observación y el sentido de colaboración entre ellos. De esta forma adquieren habilidades y aptitudes que contribuyen al desarrollo cognitivo de las niñas y los niños, que les permiten apropiarse de los diferentes espacios en los que se mueven. Además, se busca que las niñas y los niños se puedan identificar y adueñarse de sus espacios, que vean que tienen un rol en la ciudad y se sientan valorados por ello. Los lazos comunitarios se crean en los trayectos cuando padres, madres, acompañantes y vecinos se involucran con los Caminantes Ciempiés. Todos comparten este trayecto y lo vuelven una experiencia en la que, además, reciben los conocimientos del monitor de la ruta e intercambian anécdotas. La idea es que todos terminen por apropiarse de las rutas y creen redes de apoyo que aseguren la continuidad y permanencia de los caminos seguros.

Visión

“Los ecologistas utilizan los indicadores ambientales, aquellos organismos que nos ayudan a comprobar la salud o la degradación de nuestro ambiente. Si el ambiente se contamina, las luciérnagas no volverán. Para la ciudad, puede considerarse al niño como un sensible indicador ambiental: si en la ciudad se encuentran niños que juegan, que pasean por sí solos, significa que la ciudad

está sana; si en la ciudad no se encuentran niños significa que la ciudad está enferma”5.

Hoy en día Bogotá se está pensando y proponiendo transformarse para convertirse en una ciudad en la que la necesidades diarias de sus habitantes se puedan satisfacer a pie o en otros modos activos, se habla de la ciudad de proximidad. La ciudad de los 30, de los 15 minutos o ciudad de proximidad, busca conformar una ciudad policéntrica, interconectada y multifuncional, en donde los tiempos de desplazamiento para realizar actividades cotidianas del cuidado, ocio, cultura, recreación y empleo, finalmente necesidades de conexión social, no superen los 30 o 15 minutos en las diferentes formas, modos o medios de transporte, desde la expresión más orgánica del viaje como lo son el desplazamiento peatonal y en bicicleta, hasta el traslado en medios de transporte públicos o privados.

La ciudad de proximidad no sólo concibe las variables asociadas a la distancia de recorrido y el tiempo de viaje (30 o 15 minutos dependientes de la escala), en la concepción de proximidad, la accesibilidad, la equidad, la vitalidad, el equilibrio en términos de actividades económicas, la redistribución del espacio, la mixidad de usos, el reverdecimiento, los valores ambientales, la sostenibilidad, la calidad ambiental y la seguridad vial y ciudadana, juegan un papel principal, toda vez que de estos subyace en consecuencia, la priorización de las dinámicas de localización de las actividades de cercanía las cuales buscan incentivar los cambios en los patrones de movilidad, generando a su vez cambios en la distribución modal, los tiempos y distancias de viaje en la ciudad, cerrando así un ciclo armónico entre la movilidad y el territorio.

Garantizar la cercanía a la oferta de servicios para el acceso

a actividades cotidianas del cuidado, ocio, cultura, recreación, empleo, conexiones sociales, promueve la movilidad sostenible y equitativa, potenciando el uso de medios y modos de transporte sostenible. La caminata, el uso de la bicicleta, los sistemas de transporte eléctrico cero emisiones, entre otros, se transforman en las principales apuestas en términos de movilidad de la ciudad de la proximidad, cambiando su escala de importancia en la planeación y por ende generando nuevas necesidades de oferta de infraestructura y redistribución del espacio.

En términos de movilidad, la visión de ciudad de la proximidad busca:

- Una ciudad socioeconómicamente más equitativa: la tenencia de un vehículo automotor no debe condicionar el fácil acceso a la oferta de servicios.
- Reducción de emisiones de gases efecto invernadero y material particulado, con una adecuada gestión de la demanda del transporte.
- Promoción del transporte limpio y sostenible, principalmente en medios y modos impulsados por la locomoción propia, movilidad activa (caminata, bicicleta etc) mejorando en retrospectiva la salud y el bienestar de los ciudadanos usuarios de la misma.
- Mejora en la calidad de vida de los ciudadanos, reduciendo los tiempos de viaje y la distancia para el acceso a los servicios y trabajo, aumentando el tiempo de disfrute para las actividades y necesidades de cuidado, ocio y descanso.
-

Referências

Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría Distrital de Movilidad Bogotá. Niños Primero, Movilidad escolar segura para la felicidad de las niñas y niños de Bogotá. (2019) https://www.movilidadbogota.gov.co/web/sites/default/files/Paginas/18-10-2019/libro_ninos_primerero_web.pdf

Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría Distrital de Movilidad Bogotá, Encuesta de Movilidad (2019) https://www.movilidadbogota.gov.co/web/sites/default/files/Paginas/22-04-2020/20191216_presentacion_encuesta_v2.pdf

Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría Distrital de Movilidad de Bogotá (2022). Portal Infantil, Programa Niñas y Niños Primero (Ciempiés, Al Colegio en Bici, Ruta Pila, Zonas Escolares, Moviparque, Carril Escolar)- Consultado en: <https://www.movilidadbogota.gov.co/web/portal-infantil>

Brazo-Sayavera J, Aubert S, Barnes JD, González SA, Tremblay MS (2021) Gender differences in physical activity and sedentary behavior: Results from over 200,000 Latin-American children and adolescents. PLoS ONE 16(8): e0255353. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0255353>

Cillero, Miguel (1.989). INFANCIA, AUTONOMÍA Y DERECHOS: UNA CUESTIÓN DE PRINCIPIOS. Gobierno de Colombia (2015). Corte Constitucional, Sentencia T-747-15, LIBERTAD DE LOCOMOCIÓN - No constituye un derecho absoluto. Consultado en: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2015/T-747-15.htm>

Gobierno de Colombia (1991). CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA 1991, ARTÍCULO 44. Consultado en: <https://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf>

Hardoy, Jorge E. (1992). The Urban Child in the Third World:

Urbanization trends and some principal issues, Innocenti Occasional Papers, Urban Child Series no. 4. Consultado en: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/ucs4.pdf>

Hoy, Selena (2015). The Atlantic Journal, Technology - Why Japanese Kids Can Walk to School Alone. Consultado en: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2015/10/why-japanese-kids-can-walk-to-school-alone/408475/>

Jimenez, Judith., Araya, Gerardo. Escuela de educación física y deportes, Universidad de Costa Rica (2010). Revista de Ciencias del ejercicio y la salud - MÁS MINUTOS DE EDUCACIÓN FÍSICA EN PREESCOLARES FAVORECE EL DESARROLLO MOTOR. Consultado en: <https://www.redalyc.org/pdf/4420/442042960002.pdf>

Sarmiento, OL, Rubio, MA, King, AC, et al. El entorno construido en los programas diseñados para promover la actividad física entre las niñas, niños y jóvenes latinos que viven en Estados Unidos y América Latina. Obesity Reviews. 2021; 22(S5):e13345. <https://doi.org/10.1111/obr.13345>

Tonucci, Francesco (2015) La ciudad de los Niños. Graos: ISBN-9788499805719, BARCELONA.

Triana CA, Sarmiento OL, Bravo-Balado A, González SA, Bolívar MA, Lemoine P, et al. (2019) Active streets for children: The case of the Bogotá Ciclovía. PLoS ONE 14(5): e0207791. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0207791>

UNICEF Comité Español (2006). Convención sobre los derechos del niño. Consultado en: <https://www.un.org/es/events/childrenday/pdf/derechos.pdf>.

UNICEF (2006). Niños y Niñas en América Latina y el Caribe - Panorama 2020. Consultado en: <https://www.unicef.org/lac/>

[media/21901/file/ NNAenALC2020-a-una-pagina.pdf](#)

UNICEF (2018). Shaping urbanization for children, A handbook on child-responsive urban planning. Consultado en: https://www.unicef.org/media/47616/file/UNICEF_Shaping_urbanization_for_children_handbook_2018.pdf

Vasconcellos, Eduardo A. (1997). Journal of Transport Geography: Rural transport and access to education in developing countries: Policy issues. Consultado en: https://www.researchgate.net/publication/222363323_Rural_transport_and_access_to_education_in_developing_countries_Policy_issues

CAPÍTULO 2

A INFÂNCIA E O PEDESTRIANISMO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE INDICADORES DE CAMINHABILIDADE

Ryane Moreira Barros
Leandro Cardoso
Agmar Bento Teodoro

1 - Introdução

Questões relacionadas à mobilidade tendem a ser um desafio, principalmente nas grandes cidades. No Brasil, assim como em grande parte do mundo, existem recorrentes problemas relacionados ao aumento da motorização e à saturação do sistema viário e dos sistemas de transporte público coletivo. A forma como o espaço de circulação é estruturado tradicionalmente acentua as desigualdades e afeta os estratos mais vulneráveis como os pedestres, ciclistas e usuários de sistemas de transporte público coletivo, grupos estes que têm sido preteridos em seus anseios de mobilidade. Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, é um exemplo que evidencia tais questões (CARDOSO E MATOS, 2007).

Segundo dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2018), em 2016 no Brasil observava-se que cerca de 43% das viagens eram realizadas por transporte não motorizado, sendo, aproximadamente, 41% destas realizadas a pé. Esses percentuais observados aliado ao fato de que o caminhar é uma forma de deslocamento bastante democrática endossam a importância de se desenvolver ferramentas que possam analisar a

qualidade dos espaços urbanos.

Para enfrentar tais iniquidades, uma alternativa viável seria o investimento em melhores condições de caminhabilidade, de modo a estimular o pedestrianismo. Nesse sentido, segundo o ITDP Brasil (2018), caminhabilidade pode ser definida como uma forma de mensurar o quanto as características do ambiente podem ou não favorecer os deslocamentos a pé em determinada região. Portanto, ao falar de caminhabilidade, consideram-se aspectos como: as condições e dimensões das calçadas, os cruzamentos e interseções, a atratividade do entorno e a sensação de segurança. Sendo assim, esse conceito abrange tanto questões físico-espaciais da localidade, como atributos do uso do solo que possam contribuir para valorizar tais espaços.

Logo, uma forma de alterar o atual modelo, em que se observa a supremacia da motorização, e de (re)criar cidades menos antagônicas, que possam melhorar a qualidade de vida da população, envolve a adoção de formas mais inclusivas de planejamento que considere também os desejos e necessidades dos pedestres. Portanto, se faz também importante pensar na mobilidade infantil no mundo inteiro e, sobretudo nas cidades brasileiras. De acordo com World Resources Institute Brasil – WRI Brasil (2016), 1654 crianças com idade entre 0 e 14 morreram em decorrência de acidentes de trânsito no país em 2014. O aumento da sensação de insegurança é consequência dos acidentes de trânsito que ocorrem todos os anos e tem como resultado modificações na escolha do modo de transporte a ser adotado, principalmente nos deslocamentos diários das crianças. Ademais, projetar ruas para as crianças tende a melhorar a mobilidade independente destas e o espaço público (NACTO, 2019).

Assim, o desenvolvimento de ferramentas que considerem a percepção dos pedestres, principalmente as crianças, e que sejam capazes de mensurar as características de determinado espaço urbano, tem grande importância, pois pode auxiliar no (re) planejamento das cidades para que elas atendam aos anseios e necessidades de todos. Nesse contexto, considerando que Belo Horizonte, assim como outras metrópoles nacionais, se afigura como um exemplo esclarecedor desses processos, nos quais a participação popular nas decisões sobre políticas públicas, via de regra, não é priorizada, este capítulo tem como objetivo apresentar e validar um índice de caminhabilidade adaptado de acordo com a percepção de crianças belo-horizontinas, com idade entre 9 e 12 anos. A seleção deste público-alvo se justifica em função da premissa de que planejar uma cidade que primeiro atenda às necessidades das crianças e a forma como estas se relacionam com o espaço faz com que esta cidade seja mais acolhedora e agradável para todos, inclusive os adultos (TONUCCI, 2015 apud GADELHA, 2019). O índice ora proposto se afigura como uma adaptação do índice de caminhabilidade desenvolvido por Carvalho (2018), que foi elaborado para a cidade de Belo Horizonte. Convém salientar que o trabalho aqui desenvolvido, assim como o que foi elaborado por Carvalho (2018), integram o mesmo projeto de pesquisa, intitulado “A sustentabili(ci)dade participativa como instrumento de incentivo ao transporte ativo: redescobrimo a caminhabilidade e a ciclabilidade em centros urbanos”, conduzido no Departamento de Engenharia de Transportes e Geotecnia da UFMG.

Em um segundo momento, foi realizada a apuração das condições de caminhabilidade em uma área escolar de Belo Horizonte, a qual está localizada em uma área de uso misto, o que tende a

estimular uma maior atratividade de pedestres para a realização de atividades diversas. A partir da aplicação do índice desenvolvido, foi possível verificar potencialidades e eventuais fragilidades nos espaços de circulação pedonal desta espacialidade. O índice se mostrou de fácil aplicação e bastante útil no direcionamento de quais medidas são prioritárias para que determinada área possa ser requalificada, de modo a se tornar mais amigável para as crianças. Nesse contexto, ferramentas como índices de caminhabilidade, desenvolvidas observando-se aspectos técnicos, mas também apoiadas em processos participativos, podem contribuir para o (re) planejamento de cidades mais justas e inclusivas.

2 – A mobilidade a pé e as crianças

A mobilidade urbana tem forte ligação com o planejamento urbano, habitação, meio ambiente, saúde e desenvolvimento econômico, visto que o ambiente em que as pessoas vivem determina o acesso que estas têm a oportunidades e até se serão fisicamente ativas (TSAY, 2017). Ao se considerar que mais de 80% da população brasileira reside em centros urbanos (ONU, 2015), nota-se a importância do planejamento adequado desses espaços.

A forma como ocorreu a urbanização nas cidades brasileiras privilegiou o transporte individual (CRUZ et al., 2015), o que acabou impactando de forma negativa as condições de deslocamento dos pedestres (TSAY, 2017). Portanto, é preciso que o planejamento do espaço urbano seja feito considerando as necessidades e especificidades de todos, já que, nem todos os usuários do sistema de transportes têm sido considerados de forma igual e balanceada (FARIA e BRAGA, 1999). A mobilidade a pé deve assumir a posição de

modo de transporte prioritário, bem como sugere a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012). Portanto, é essencial que os pedestres passem a ser tema central das ações, propostas e pesquisas (VASCONCELLOS, 2017), visto que os pedestres são crianças, adultos, idosos, sejam eles homens ou mulheres que tenham ou não dificuldades de locomoção, sejam estas temporárias ou permanentes (ANDRADE e LINKE, 2017), ou seja, são pessoas que possuem percepção e agilidade distintas (ITDP BRASIL, 2018).

O desafio da segurança viária para as crianças é algo global, mas nos países de baixa e média rendas estas têm mais chances de morrer, como comprovam os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2015, os quais indicam que cerca de 95% das mortes de crianças no trânsito ocorrem nestes países (OMS, 2015). Cabe ressaltar que a vulnerabilidade das crianças está associada à falta de percepção de perigo e a fatores antropométricos, como, por exemplo, a sua altura e peso em relação aos veículos (Anthikkat et al., 2013).

Crianças das mais variadas idades podem se envolver em acidentes, visto que as lesões no trânsito são para estas a segunda causa de morte (SOUTO et al., 2018). O grupo já vulnerável das crianças se torna ainda mais vulnerável quando estas estão na condição de pedestres, já que, de acordo com a OMS (2015), cerca de 38% das crianças que sofrem alguma lesão ou até mesmo morrem são pedestres. No Brasil, os atropelamentos impactam mais na mortalidade de crianças e adolescentes, com idade até 14 anos, do que os homicídios (BRASIL, 2005). É importante que se tenha em mente que as crianças se apresentam como um grupo vulnerável no trânsito, pois quando mais jovens estas têm limitações, como seu desenvolvimento físico, cognitivo e social

(OMS, 2015), seu desenvolvimento motor incompleto, a sua baixa estatura, a sua noção de perigo ou a falta de habilidade para julgar distâncias (FREITAS et al., 2018), visto que suas habilidades físicas e cognitivas ainda estão sendo desenvolvidas (WHO, 2004).

Sendo assim, é importante buscar a minimização dos riscos a que estão expostas as crianças em seus deslocamentos, bem como o seu envolvimento em acidentes de trânsito. Para tal, é preciso que se invista em (re)organizar o trânsito e o espaço urbano. Deste modo, garantir o direito à cidade, bem como garantir que os espaços urbanos sejam de qualidade para as crianças é incentivar o uso de tais espaços e levar a melhorias na educação, saúde e desenvolvimento das crianças (QUINTÁNS, 2015).

2.1 - Breves notas sobre caminhabilidade e sua relação com a infância

O termo caminhabilidade (Walkability) refere-se a atributos do ambiente que podem ser convidativos para que as pessoas realizem deslocamentos a pé, como: conforto ambiental, atratividade de usos, permeabilidade do tecido urbano (ANDRADE e LINKE, 2017), dimensões das calçadas, cruzamentos, percepção de segurança pública (ITDP BRASIL, 2018a), fluxo de pedestres na localidade, uso do solo, condições meteorológicas na região, presença de obstáculos, piso, função da via e condições de segurança do local (MALATESTA, 2015). O conceito de caminhabilidade não se refere apenas a elementos físicos do espaço urbano, mas também trata de atributos que contribuem para a valorização desse espaço, da saúde dos cidadãos e de suas relações (ITDP BRASIL, 2018).

A caminhabilidade trata de como as condições do espaço

urbano são vistas pelos pedestres (ITDP BRASIL, 2018). Portanto, entender o comportamento dos pedestres e a experiência que estes têm ao caminhar pode ser crucial para a promoção da caminhada (TSAY, 2017). Nesse sentido, vêm sendo desenvolvidos índices de caminhabilidade, que são ferramentas que podem auxiliar na análise do espaço urbano (Goulart e Günther, 2018). Estes possibilitam avaliar o espaço urbano, de modo que seja possível monitorar qual o impacto de ações de (re)qualificação do espaço público, bem como observar em que medida estas favorecem ou não os deslocamentos a pé (ANDRADE et al., 2017).

Índices de caminhabilidade vêm sendo elaborados ao longo do tempo com diversas abordagens (ITDP BRASIL, 2018). Chris Bradshaw foi um dos primeiros autores, ainda em 1993, a tratar do conceito de caminhabilidade relacionado com quatro fatores (VARGAS e NETTO, 2017). No âmbito brasileiro merece atenção o iCam, proposto pelo ITDP Brasil, que se baseou em referências nacionais e internacionais para

o seu desenvolvimento, contando com 15 indicadores, distribuídos em seis categorias (ITDP BRASIL, 2018). Para este trabalho, um índice de caminhabilidade que merece especial atenção é o proposto por Carvalho (2018), que selecionou 27 indicadores com base em atributos de relevância abordados na literatura, tanto nacional quanto internacional, e em atributos que se referem a características singulares da cidade de Belo Horizonte.

3 - Percurso Metodológico

3.1 - Definição do público-alvo

É importante que as crianças sejam vistas como capazes de pensar, fazer e modificar o ambiente a sua volta, por isso a importância de dar voz a elas, para que possam se manifestar sobre a vida. Entretanto, atualmente pouco se utiliza das falas das crianças e menos ainda se utiliza das críticas que estas fazem (FILHO et al., 2011). Dessa maneira, debater com crianças o espaço urbano e a caminhabilidade, como esta pesquisa propõe, é uma forma de auxiliar no entendimento da produção deste espaço por parte das crianças. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), define-se como criança aqueles com até 12 anos de idade incompletos e, como adolescentes, aqueles com idade entre 12 e 18 anos.

Outro ponto que, nesse caso, merece destaque são os estágios de desenvolvimento cognitivo propostos por Jean Piaget, que se afiguram como etapas pelas quais as crianças passam para a construção de seu mundo. Referem-se a uma ordem sucessiva, que não é apenas cronológica, e que dependem da experiência que a criança tem. Os quatro grandes períodos de desenvolvimento das estruturas cognitivas definidos por Piaget são: estágio da inteligência sensório motora (até os 2 anos), estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória (de 2 a 7 ou 8 anos), estágio da inteligência operatória concreta (de 7 ou 8 a 11 ou 12 anos) e estágio da inteligência formal (a partir dos 12 anos) (CAVICCHIA, 2010).

No estágio operatório concreto, que ocorre, em geral, entre os 7 e 11 ou 12 anos, a criança adquire vários conhecimentos e passa a pensar de modo lógico, concreto, com base no que é perceptivo.

É também neste estágio que as crianças começam a experimentar um processo mais elaborado de reflexão, ou seja, passam a pensar antes de agir (SOUZA e WECHSLER, 2014). A reciprocidade na troca, em geral, é melhor observada em crianças a partir dos 8 anos (CAVICCHIA, 2010). Este, portanto, é o estágio de desenvolvimento com habilidades suficientes para colaborar nesta pesquisa.

Foi necessário também considerar o acesso destas à internet, já que a pesquisa foi desenvolvida de forma remota (online), em função do isolamento/distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19 durante a sua elaboração. Nesse sentido, a pesquisa TIC Kids Online Brasil pôde auxiliar, pois foi realizada com crianças e adolescentes com idade entre 9 e 17 anos e teve como objetivo entender como estes utilizam a internet (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2019). De acordo com esta pesquisa, aproximadamente 86% das crianças e adolescentes, com idade entre 9 e 17 anos, eram usuários de internet. Analisando a série histórica da pesquisa, pode-se perceber que há uma tendência no crescimento de usuários de internet nesta faixa etária. Assim, a escolha dessa faixa etária, crianças com idade entre 9 e 12 anos, se deu considerando todas estas definições, acreditando-se também que é a partir desta idade que as crianças têm uma maior capacidade de colaborar com a pesquisa e se expressar melhor.

3.2 Questionário para as crianças

Diante do isolamento social que a cidade de Belo Horizonte passou a vivenciar a partir de março de 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, ainda que com diferentes níveis de flexibilização no decorrer do ano, se tornou inviável o desenvolvimento desta

pesquisa de modo presencial. Sendo assim, foi desenvolvida uma metodologia que pudesse ser completamente aplicada de forma remota. Optou-se, então, pela construção de um questionário que foi aplicado de forma online, por meio do Google Forms, o qual é composto por seis etapas.

Os questionários foram divulgados por meio de redes sociais virtuais e a partir da técnica metodológica Snowball (Bola de Neve). Na técnica Bola de Neve o pesquisador pede indicações de novos participantes com as características desejadas aos que já contribuíram com a pesquisa (FLICK, 2009). Todo esse processo é finalizado ao atingir as métricas que foram estabelecidas para a coleta de dados, as quais podem ser: prazo de coleta, quantidade máxima de participantes ou saturação teórica (GLASER e STRAUSS, 2006). A métrica definida no caso dessa pesquisa foi o prazo de coleta, que ocorreu entre 12 de novembro de 2020 e 16 de janeiro de 2021.

A primeira etapa foi composta por uma carta convite em formato de história em quadrinhos (Figura 1), juntamente com uma breve apresentação da pesquisa, e pelo Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Na segunda parte do questionário estavam as perguntas referentes ao perfil do participante como: idade, com quem mora e se tem irmãos. Já a terceira etapa englobava perguntas referentes ao deslocamento casa-escola que estas realizavam antes do isolamento social, como: quanto tempo era gasto no trajeto casa- escola, com quem a criança vai e volta da escola, como ela vai e volta da escola e como ela gostaria de realizar este deslocamento. A quarta etapa era formada pelas perguntas referentes ao deslocamento a pé, como: se a criança acha que é possível ir a pé até a escola e a justificativa para tal.

Figura 1 – Carta convite para as crianças



Fonte: Barros (2021)

Na quinta etapa tem-se o bloco de perguntas referente à percepção das crianças acerca de alguns indicadores de caminhabilidade. Nesse caso optou-se pelo uso da Escala Likert de modo adaptado para avaliar indicadores de caminhabilidade. A Escala Likert é utilizada para que se possa medir a concordância dos entrevistados com algumas afirmações de interesse. A sua construção é relativamente simples e sua confiabilidade é elevada, já que se pode adaptá-la de várias maneiras (Oros, 2008). Optou-se por utilizar a Escala Likert, pois esta metodologia já foi utilizada em outras pesquisas feitas com crianças, a exemplo de Oros (2008), Mensurado (2008), Borges et al. (2008) e Teodoro et al. (2013).

Como o público-alvo da presente pesquisa é composto por crianças de diferentes idades, adaptou-se a Escala Likert,

acompanhando as alternativas de respostas de múltipla escolha com emojis (Figura 2), de modo a propiciar uma melhor compreensão dos respondentes acerca do grau de satisfação com cada indicador em análise. Nessa pesquisa foram utilizadas perguntas referentes ao quão importante eram os indicadores nos deslocamentos a pé das crianças. Para tal, tinha-se uma escala de 5 pontos em que as respostas possíveis eram “Sim, é sempre importante pra mim”, “Sim, muitas vezes é importante pra mim”, “Apenas algumas vezes é importante pra mim”, “Poucas vezes é importante pra mim” e “Não, nunca reparei nisso ou não é importante pra mim”. E, por fim, na sexta etapa, tem-se o espaço para que as crianças pudessem compartilhar suas sugestões e ideias de como fazer para que as ruas sejam melhores para as crianças e respondam quais outros aspectos poderiam atuar como barreiras ou empecilhos para os seus deslocamentos a pé.

Figura 2 – Exemplo de adaptação da Escala Likert utilizada no questionário

Se você não entender bem a pergunta, não se preocupe. Em cada pergunta tem uma imagem mostrando a característica que você deve pensar para responder.

E lembre-se que não tem certo ou errado, o importante é você ser sincero(a).

18. Para você, a largura da calçada é importante em seus deslocamentos a pé? (Pergunta obrigatória. Marcar apenas uma opção).

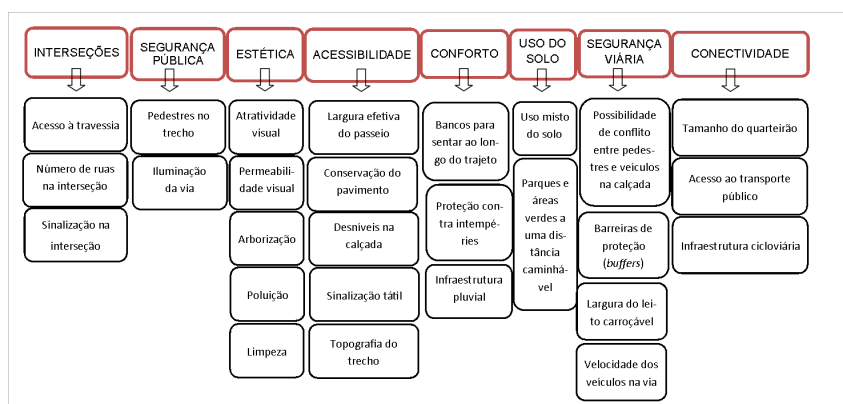
- Sim, é sempre importante pra mim 😄
- Sim, muitas vezes é importante pra mim 😊
- Apenas algumas vezes é importante pra mim 😐
- Poucas vezes é importante pra mim ☹️
- Não, nunca reparei nisso ou não é importante pra mim 😞

Fonte: Barros, 2021.

3.3 - Indicadores de caminhabilidade

O índice de caminhabilidade proposto por Carvalho (2018) que, conforme salientado, serviu como principal referência para a elaboração do presente trabalho, foi desenvolvido para a cidade de Belo Horizonte e sua seleção de indicadores se deu com base em atributos de relevância abordados na literatura, tanto nacional quanto internacional, e em atributos que se referem a características singulares da cidade em questão. Sendo assim, o índice é originalmente composto por 27 indicadores, organizados em oito categorias (Figura 3). Todos os indicadores listados foram apresentados para as crianças participantes da pesquisa, cujas percepções sobre a relevância de cada um deles resultaram na adaptação proposta do índice de Carvalho (2018), conforme poderá ser visto na seção 4.

Figura 3 - Índice de caminhabilidade proposto por Carvalho (2018)



Fonte: Barros, 2021

3.4- Perfil e comportamento de viagens dos entrevistados

Ao todo, 30 crianças com idade entre 9 e 12 anos participaram da pesquisa, cabendo ressaltar que o tamanho relativamente reduzido da amostra decorreu das dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus. No que se refere à idade dos participantes, 10,0%

(3) tinham 9 anos, 13,3% (4) tinham 10 anos, 40,0% (12) tinham 11 anos e 36,7% (11) tinham 12 anos. Os participantes da pesquisa foram questionados sobre com quem moram e pode-se perceber que a maioria dos entrevistados mora com seus pais (80,0% com pai e mãe e 10,0% com sua mãe, respectivamente, 24 e 3 participantes).

As crianças foram questionadas sobre o tempo médio que demoravam em seus deslocamentos casa-escola considerando ida e volta. Foi possível perceber que este deslocamento é relativamente curto na ida, já que para 56,7% (17) destes o trajeto demora menos de 15 minutos e, para 33,3% (10), demora entre 16 e 30 minutos. Entretanto, os trajetos de volta da escola tendem a ser mais demorados, visto que para 43,3% (13) esse deslocamento demorava até 15 minutos e para 46,7% (14) demorava entre 16 e 30 minutos. Vale ressaltar que um motivo possível para que os deslocamentos de ida sejam mais rápidos é a obrigação de chegar até o horário de início das aulas.

As crianças também responderam com quem iam e voltavam da escola, antes do período de isolamento social e consequente suspensão das aulas de modo presencial. 36,7% (11) dos entrevistados se deslocavam até a escola acompanhados de sua mãe e 23,3% (7) acompanhados de seu pai, importante observar que apenas 6,7% (2) dos entrevistados afirmaram se deslocar para

a escola sozinhos. No que se refere ao deslocamento de volta da escola foi possível observar que 50,0% (15) realizavam esse deslocamento acompanhado de sua mãe, 10,0% (3) acompanhados de seu pai e 10,0% (3) sozinhos.

Ainda sobre o deslocamento de ida até a escola os entrevistados responderam como realizam este deslocamento, tanto na ida quanto na volta. Foi possível observar que boa parte dos entrevistados realiza este deslocamento por meio de carro particular, tanto na ida (53,3%) como na volta (43,3%). O deslocamento a pé também aparece de modo expressivo na ida (26,7%) e na volta (40,0%). As crianças que foram entrevistadas também foram questionadas sobre como gostariam de se deslocar para a escola. Interessante observar que o deslocamento por meio de carro particular é a principal preferência dos entrevistados (36,7%), porém tal porcentagem é inferior aos dados de ida e volta atuais deste modo de transporte. O deslocamento de bicicleta e a pé aparecem empatados em segundo lugar no que se refere à preferência das crianças para o deslocamento casa-escola, cada um com 26,7% (8). Cabe salientar que o deslocamento casa-escola não é realizado por bicicleta por nenhum dos entrevistados, nem na ida e nem na volta, e mesmo assim é um dos modos de transporte preferidos pelos entrevistados.

As crianças responderam também se acreditavam ser possível ir a pé até a escola e 60,0% (18) responderam sim, 26,7% (8) afirmaram que já vão a pé até a escola, e 13,3% (4) responderam que não acreditam ser possível realizar esse deslocamento de tal forma. Aos participantes que ainda não realizam o deslocamento casa-escola a pé e acreditam ser possível foi perguntado “Por que você não vai a pé para a escola?”, importante salientar que esta era uma questão aberta, ou seja, os participantes não tinham opções

pré-definidas de resposta. Pode-se perceber que as justificativas mais recorrentes estavam relacionadas à permissão dos pais (16,7%), tempo gasto no deslocamento (12,5%) e perigo (12,5%). Aos respondentes que não acreditavam ser possível realizar o deslocamento casa-escola a pé, foi perguntado qual a justificativa e 75% (3) afirmaram que era a distância entre origem e destino, sendo importante destacar que esta também era uma pergunta aberta. Os entrevistados também responderam se gostariam de ir a pé para a escola. Assim, 50,0% responderam que não e 50,0% responderam que sim.

3.5 - Percepção das crianças sobre os indicadores de caminhabilidade propostos por Carvalho (2018)

Na etapa em que se buscou identificar a percepção das crianças, utilizou-se a Escala Likert com os 27 indicadores propostos por Carvalho (2018). Nesta etapa, conforme salientado anteriormente, as crianças responderam perguntas como, “Para você, a largura da calçada é importante em seus deslocamentos a pé?”, sendo que as opções disponíveis eram: Sim, é sempre importante pra mim (5); Sim, muitas vezes é importante pra mim (4); Apenas algumas vezes é importante pra mim (3); Poucas vezes é importante pra mim (2) e Não, nunca reparei nisso ou não é importante pra mim (1). Na Tabela 1 são apresentados os escores para os 27 indicadores propostos por Carvalho (2018).

Tabela 1 - Resultado dos escores da análise de componentes principais (PCA)

Escores	Indicadores
0,08	Sinalização na travessia
0,079	Largura efetiva do passeio
0,073	Risco de inundações ¹
0,071	Parques e áreas verdes a uma distância caminhável
0,071	Iluminação
0,07	Velocidade dos veículos
0,068	Conservação do pavimento da calçada
0,068	Desníveis na calçada
0,063	Proteção contra intempéries
0,063	Número de ruas na interseção
0,061	Acesso ao transporte público
0,058	Travessias acessíveis ²
0,055	Sinalização tátil
0,054	Presença de pedestres (seguridade)
0,054	Infraestrutura cicloviária
0,053	Limpeza
0,052	Topografia
0,051	Bancos para sentar ³
0,05	Atratividade visual
0,047	Possibilidade de conflito entre pedestre e veículos na calçada
0,046	Largura do leito carroçável
0,046	Poliuição sonora ⁴
0,043	Barreira de proteção (<i>buffers</i>)
0,042	Tamanho quadra/quarteirão
0,03	Uso misto do solo
0,027	Permeabilidade visual
0,025	Arborização

1 O indicador Risco de inundações era intitulado Infraestrutura pluvial em Carvalho (2018).

2 O indicador Travessias acessíveis era denominado como Acesso a travessia por Carvalho (2018). Neste trabalho, optou-se por alterar o seu nome para Travessias acessíveis, visto que este indicador busca avaliar a presença de travessias que sejam acessíveis a pessoas com dificuldades de locomoção e/ou pessoas com deficiência visual.

3 O indicador Bancos para sentar era intitulado Bancos para assentar em Carvalho (2018). Tal mudança ocorreu, pois assentar é fixar ou colocar no lugar com as mãos e sentar refere-se a colocar as nádegas junto a algo (Michaelis, 2020).

4 O indicador Poliuição sonora era intitulado Poliuição em Carvalho (2018), pois englobava barulho, odor e visualização de fumaça no trajeto. A alteração no nome deste ocorreu por conta da dificuldade de mensurar odor e poliuição atmosférica em determinado segmento de calçada.

Vale ressaltar que, para a análise dos dados obtidos, optou-se pela análise de componentes principais (PCA⁵ ou ACP). Esta técnica está associada à ideia de redução de dados, mas com a menor perda possível de informação (Hongyu et al., 2016). A técnica PCA está disponível na maioria dos mais populares softwares estatísticos (MINGOTI, 2005), assim como no software Minitab (versão 19), que foi o utilizado nas análises empreendidas. Na análise de componentes principais, a ordenação é feita considerando apenas o valor numérico dos escores das componentes (Mingoti, 2005). Os resultados aqui apresentados (Tabela 1) referem-se a 27 rodadas de interação sem repetição.

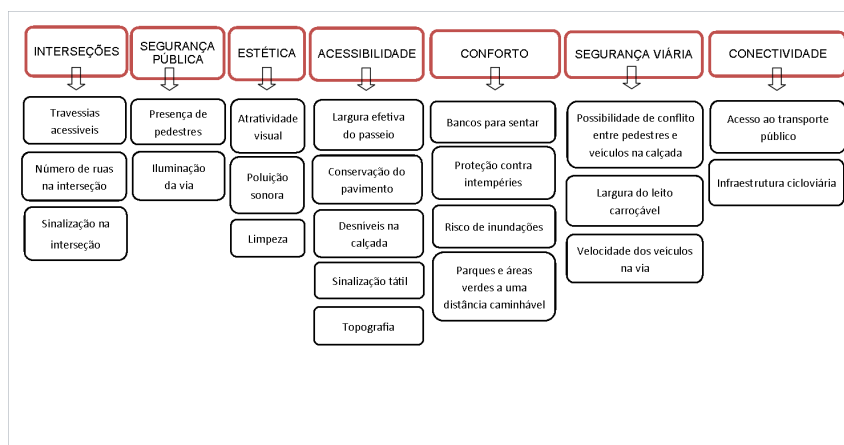
Nesta pesquisa optou-se por selecionar os indicadores englobados pelo primeiro quartil (Q1), ou seja, de modo que fossem incluídos no novo índice de caminhabilidade proposto 75% dos indicadores e desconsiderados 25%. A opção por este quartil se deu de modo que fosse possível selecionar uma maior quantidade de indicadores, buscando assim, englobar mais elementos que podem condicionar o deslocamento a pé, nesse caso de crianças com idade entre 9 e 12 anos e residentes em Belo Horizonte. Portanto, foram selecionados os primeiros 22 indicadores listados e destacados na Tabela 1.

4 - Índice de caminhabilidade de acordo com as crianças

Ao todo, os 22 indicadores selecionados para compor o índice de caminhabilidade, de acordo com a percepção de crianças, foram organizados em 7 categorias (Figura 3). Buscou-se que a definição dos critérios de avaliação de cada um dos 22 indicadores fosse feita de forma fácil e o menos subjetiva possível. Utilizou-se como 5 Principal Component Analysis.

embasamento o que propõem outros índices de caminhabilidade⁶, bem como normas técnicas e leis⁷. As notas possíveis para cada indicador variam de 1 a n, onde n representa o melhor cenário possível e a melhor nota para tal. Vale ressaltar que o valor de n varia de acordo com o indicador, mas em nenhum caso é maior que 5. Os critérios de avaliação para cada um dos indicadores podem ser vistos em Barros (2021).

Figura 4 - Indicadores e categorias do índice de caminhabilidade de acordo com a percepção das crianças



Fonte: Barros, 2021

6 Como por exemplo: ITDP Brasil (2018a), Carvalho (2018) e Barros (2018).

4.1- Coleta e tratamento de dados

Para a aplicação do índice de caminhabilidade em determinado segmento de calçada é necessário que os dados sejam coletados in loco ou aferidos por meio do uso de plataformas e documentos auxiliares como, por exemplo, o Google Maps. Pode-se observar diferença na coleta de dados para alguns indicadores, dependendo do período do dia e do dia da semana. Por exemplo, o indicador Proteção contra intempéries pode ser avaliado de modo diferente dependendo do horário do dia. O mesmo observa-se no caso do indicador Presença de pedestre quando se compara a contagem do fluxo de pedestres em dias úteis e fins de semana.

Após a coleta dos dados, deve-se realizar o seu tratamento, conforme metodologia proposta por Carvalho (2018) e adaptada por Barros (2018). A cada indicador deverá ser atribuída uma nota com base nas condições observadas no segmento de calçada analisado, entretanto, não há um padrão na variação das notas, por isso é necessário proceder à normalização das notas obtidas. Para tal, utiliza-se a normalização proposta por Eastman e Jiang (1996) apud Carvalho (2018) que é apresentada na Equação (1):

$$X_i = \frac{(R_{max} - R_i)}{(R_{max} - R_{min})} X IN \quad (1)$$

Em que: X_i é o valor normalizado; R_i é o valor da variável a ser normalizada; R_{min} é o valor mínimo da variável; R_{max} é o máximo da variável; e IN é o intervalo normalizado.

Para este caso, o intervalo de normalização varia entre 0 e 100, em que o maior valor representa o melhor cenário. Para a obtenção o resultado do índice para cada categoria foi realizado

o somatório das notas obtidas para os indicadores, seguido pela divisão do resultado encontrado pelo número de indicadores que compunham esta categoria. A nota final obtida para cada indicador, categoria ou para o índice varia entre péssimo e ótimo, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2 - Nota final de classificação

Nota final	Classificação
81 a 100	Ótimo
61 a 80,99	Bom
41 a 60,99	Regular
21 a 40,99	Ruim
0 a 20,99	Péssimo

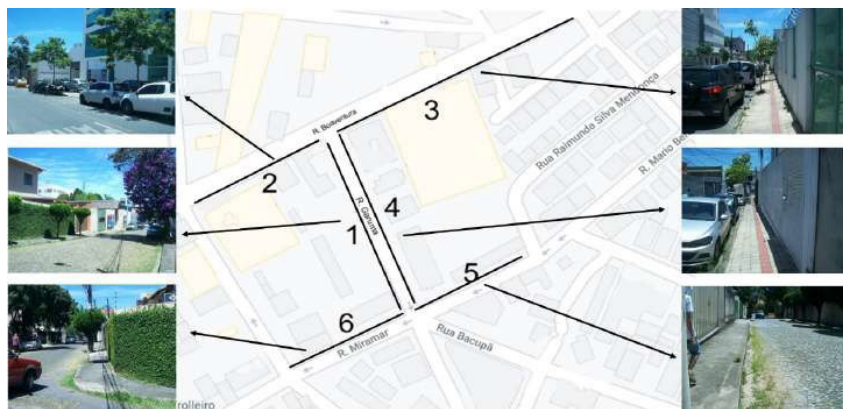
5 - Aplicação do índice de caminhabilidade em área escolar de Belo Horizonte

Para a aplicação do índice de caminhabilidade desenvolvido, selecionou-se uma área escolar na cidade de Belo Horizonte. Foi selecionada uma instituição de ensino privada, localizada no Bairro Jaraguá (Regional Pampulha), que tem turmas desde o berçário até o Ensino Médio⁸. A escolha desta área escolar se deu não somente por atrair um contingente significativo de crianças diariamente, mas também pela sua localização, uma vez que esta está situada em uma área de uso misto, de acordo com o Plano Diretor de Belo Horizonte, o que tende a estimular uma maior atratividade de pedestres para a realização de atividades diversas. A aplicação aconteceu no dia 28 de janeiro de 2021, período em que não estavam ocorrendo aulas presenciais na instituição, por se tratar de período de férias

escolares e também porque as aulas presenciais ainda estavam suspensas em Belo Horizonte na referida data⁹.

Foram selecionados para a aplicação 6 segmentos de calçadas nas proximidades do colégio (Figura 4). No segmento 1, com extensão de 110 m, está localizada a escola e algumas residências. Já no segmento 2, com extensão de 83 m, tem-se a lateral da escola e uma galeria comercial. No segmento 3, com extensão de 150 m, tem-se a lateral de um centro de saúde (posto de saúde), uma empresa e algumas residências. No segmento de calçada 4, com extensão de 110 m, tem-se o centro de saúde, alguns prédios e a lateral do salão paroquial de uma igreja. No segmento 5, com extensão de 70 m, tem-se o salão paroquial de uma igreja e algumas casas geminadas e, por fim, no segmento 6, com extensão de 70 m, tem-se apenas casas geminadas.

Figura 5 – Área escolar selecionada em Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pelos autores

5.1 – Aplicação da categoria Interseções

Na avaliação do indicador Travessias acessíveis não se observou em nenhum dos segmentos de calçada a presença

de rebaixamento ou travessia em nível e aviso sonoro. Logo, todos foram avaliados como péssimos. Já no que se refere ao indicador Número de ruas na interseção, os trechos 5 e 6 foram classificados com ótimos, pois em suas extremidades, o pedestre tem a possibilidade de seguir em 4 ou mais direções. Entretanto, os trechos 1 a 4 foram classificados como suficientes, visto que o pedestre tem a possibilidade de seguir em três direções na extremidade desse segmento de calçada (Figura 5). O indicador Sinalização na interseção foi classificado como péssimo em todos os trechos, pois em nenhum dos segmentos de calçada tem-se a presença de semáforo e apenas no trecho 2 tem-se a presença de uma faixa de pedestre. Sendo assim, a classificação da categoria interseções dos segmentos de calçada foi péssima ou ruim, indicando assim que são necessárias melhorias de modo que as interseções da área sejam pontos de menos risco para as crianças na área. A falta de acessibilidade para pessoas com alguma deficiência ou dificuldade de locomoção também fica bastante evidente.

5.2 – Aplicação da categoria Segurança Pública

Para o indicador Presença de pedestres foram realizadas contagens no fluxo de pedestres em cada um dos trechos e foi possível observar que no período da noite tem-se um fluxo de pessoas muito reduzido na espacialidade, fato este que contribuiu para que a área fosse classificada como péssima nesse caso. Importante lembrar que no período de coleta de dados a cidade de Belo Horizonte se encontrava apenas com serviços essenciais funcionando por conta da pandemia de COVID-19, fato este que pode ter contribuído para apuração do resultado obtido.

No que se refere ao indicador Iluminação da via foi possível notar apenas no trecho 2 a presença de iluminação contínua, especialmente na área destinada aos veículos. Nos demais trechos observou-se iluminação descontínua para pedestres e veículos. Sendo assim, todos os segmentos de calçada foram avaliados como ruins. Importante ressaltar que os indicadores Presença de pedestres, principalmente no que se refere ao fluxo de pedestres durante a noite, e a Iluminação da via podem estar diretamente ligados nesse caso. Desse modo, a classificação da categoria Segurança Pública foi regular.¹⁰

5.3- Aplicação da categoria Estética

O indicador Atratividade Visual avalia a presença de pontos de arquitetura diferenciada nas proximidades, bem como sinais de má conservação do espaço. Nesse caso, os trechos 1, 2 e 6 foram classificados como bons e os trechos 3, 4 e 5 como ruins. Interessante ressaltar que tal diferença ocorreu pela presença de sinais de vandalismo nos últimos trechos citados. Tal fato pode estar associado à localização de uma base móvel da Polícia Militar de Minas Gerais¹⁰ nas proximidades dos trechos 1, 2 e 6.

Já no que se refere ao indicador Poluição sonora, foram feitas medições de ruído nos horários de pico, tanto de manhã quanto à noite. Os trechos 1, 2, 4 e 6 foram classificados como bons, o trecho 3 como ótimo e o trecho 5 como regular. As maiores medições de

¹⁰ Em 2017, a cidade de Belo Horizonte já contava com 86 bases móveis da Polícia Militar de Minas Gerais distribuídas pela cidade. Trata-se de vans com videomonitoramento e equipamentos de segurança, que são instaladas em locais de visibilidade e com grande circulação de pessoas e têm como objetivo aumentar a sensação de segurança e o patrulhamento na cidade. Nas unidades móveis, que funcionam entre 14:00 h e 23:30 h, é possível fazer boletim de ocorrência e receber orientações (PMMG, 2017).

ruído na parte da manhã e da noite ocorreram, respectivamente, nos trechos 5 e 6. Vale ressaltar que nesses trechos há uma intensa movimentação de veículos em uma via de calçamento, o que reflete diretamente na apuração de ruídos.

Na avaliação do indicador Limpeza pode-se notar que nos trechos 5 e 6 tinha-se a presença de muitas folhas de árvore no chão. Já no que se refere a presença de resíduos críticos (como fezes), observou-se em todos os trechos. Em nenhum dos trechos foi possível encontrar entulho ou lixo concentrado na calçada, de modo a atrapalhar a circulação dos pedestres. Em toda área observou-se uma grande escassez de lixeiras, visto que só havia uma lixeira no trecho 5 e nenhuma nos demais trechos. Sendo assim, toda a área foi classificada como ruim. Na avaliação final da categoria Estética observou-se que o trecho foi classificado como ruim e os demais como regulares (Figura 7), resultado este que indica a necessidade de melhorias na região nesses quesitos.

5.4 – Aplicação da categoria Acessibilidade

Em todos os segmentos de calçada analisados tem-se calçadas bastante estreitas, em que a parte mais crítica tem largura inferior a 1,2

m. Logo, o indicador Largura efetiva do passeio foi classificado como péssimo em toda a área analisada. Vale ressaltar que a pior situação encontrada ocorreu no segmento de calçada em que está localizado o colégio (Trecho 1), que em determinada área tem-se uma largura de apenas 66 cm disponível para o pedestre transitar.

No que se refere ao indicador Conservação do pavimento, toda a área tem poucos buracos com uma das dimensões maiores

que 15 cm. No entanto, convém destacar que o pior segmento de calçada foi novamente o trecho em que está localizado o colégio (Trecho 1). Sendo assim, o trecho 1 foi classificado como regular e os demais como bons. Situação bastante distinta foi observada no que se refere ao indicador Desníveis na calçada, pois em todos os trechos foram observados desníveis. Por isso, toda a área analisada foi classificada como ruim no que se refere ao indicador Desníveis na calçada.

Ainda que a área analisada fosse integralmente composta por calçadas estreitas e, por isso, não necessitasse de Sinalização tátil em todo o trecho, este indicador não foi bem avaliado nesse caso. Em todos os segmentos de calçada observou-se a falta de sinalização tátil para alertar da presença de obstáculos nas calçadas, como postes de iluminação, árvores e degraus. Por esta razão, a área em estudo foi classificada como ruim no que se refere a este indicador.

Ainda que a cidade de Belo Horizonte seja conhecida por sua topografia acidentada (CARVALHO, 2018), a área em estudo é razoavelmente plana. Logo, a área foi classificada como boa. Ao fim, foi possível perceber que toda a área foi classificada como ruim no que se refere à categoria Acessibilidade (Figura 5), indicando, assim, a necessidade de melhorias principalmente nos indicadores Largura efetiva do passeio, Desníveis na calçada e Sinalização tátil.

5.5 - Aplicação da categoria Conforto

Em nenhum dos segmentos de calçada estudados observou-se a presença de Bancos para sentar, por isso, todos os trechos foram classificados como ruins. Importa ressaltar que se trata de calçadas bastante estreitas, fato este que pode ajudar a explicar a

ausência de tal mobiliário urbano. Já no que se refere ao indicador Proteção contra intempéries, em todos os trechos haviam árvores, contudo, estas eram pequenas e/ou insuficientes para proporcionar sombra em uma área superior a 50% do segmento de calçada. Apenas no trecho 2 foi possível observar sombra em mais de 50%, por isso, este indicador foi classificado como bom no trecho 2 e como ruim nos demais trechos.

No tocante ao indicador Risco de Inundações, toda a área estudada foi classificada como ótima, pois nenhum dos segmentos de calçadas se encontra em uma mancha de inundação e/ou em curso d'água, de acordo com a carta de inundações do município de Belo Horizonte (2019). A área escolar em que ocorreu a aplicação do índice de caminhabilidade se encontra a mais de 2 km de um parque, no caso, a Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sendo assim, toda a área foi classificada como ruim no indicador Parques e áreas verdes a uma distância caminhável.

Ao fim, foi possível notar que o trecho 2 foi classificado como regular e os demais como ruins na categoria Conforto (Figura 5). Tal resultado poderia ser melhorado com a instalação de bancos nessa área, bem como com a implantação de um parque e/ou área verde nas proximidades. Vale ressaltar que, para a implantação de bancos na área, seria necessário que as calçadas não fossem tão estreitas como são atualmente.

5.6 – Aplicação da categoria Segurança Viária

O indicador Possibilidade de conflito entre pedestres e veículos na calçada avalia a existência de rebaixamento de meio fio no segmento de calçada para acesso a garagens, que, nesse

caso, havia em todos segmentos de calçada, e a possibilidade de estacionamento de veículos na calçada, existente apenas no segmento de calçada 2. Desse modo, o trecho 2 foi classificado como péssimo e os demais como regulares. No que se refere ao indicador Largura do leito carroçável foi possível notar que os segmentos de calçada 1 e 4, localizados mais próximos da escola, foram classificados como ótimos, pois possuem apenas uma faixa. Os demais trechos foram classificados como regulares e possuem duas faixas.

Toda a área em estudo está localizada nas proximidades de vias em que a velocidade máxima é de 30 km/h, por isso, todos os trechos foram classificados como ótimos no que se refere ao indicador Velocidade dos veículos na via. Importante ressaltar que a avaliação do indicador Velocidade na via é feita com base na velocidade máxima permitida e não considerando a velocidade que, de fato, os veículos circulam na região. Ao fim, tem-se que o trecho 2 foi avaliado como regular, os trechos 1 e 4 como ótimos e os trechos 3, 5 e 6 como bons no que se refere à categoria Segurança Viária.

5.7 – Aplicação da categoria Conectividade

Todos os segmentos de calçada se encontram a menos de 500 metros do Ponto de Embarque e Desembarque (PED) de ônibus, sendo o segmento 5 o mais distante, estando a 300 metros. Logo, toda a área foi classificada como ótima no que se refere ao indicador Acesso ao transporte público.

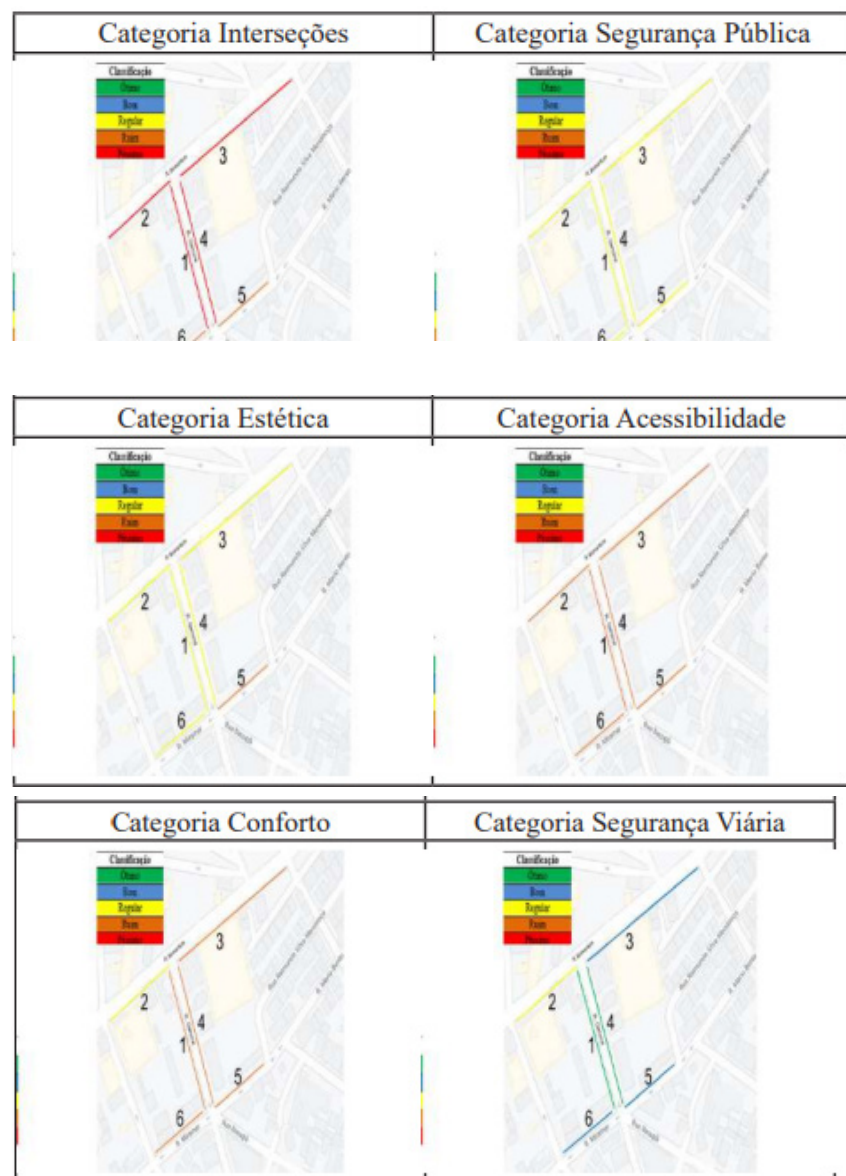
Entretanto, observou-se que nenhum dos segmentos de calçada possuía ciclovia, ciclofaixa e/ou ciclorrotas, por isso, todos

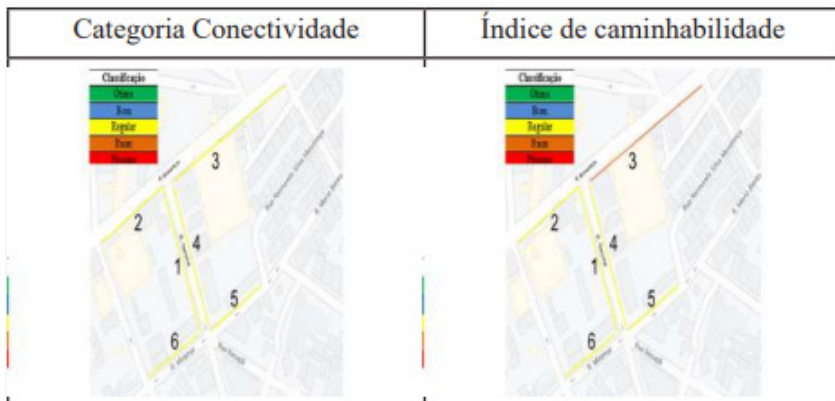
trechos foram classificados como péssimos no que se refere ao indicador Infraestrutura cicloviária. Importante ressaltar que durante a aplicação do índice de caminhabilidade em campo foram vistos ciclistas circulando, mas como as calçadas eram estreitas, estes preferiam se deslocar na pista de rolamento juntamente com os carros. Sendo assim, todos os segmentos de calçada foram classificados como regulares na categoria Conectividade. As melhorias referentes a essa categoria estão relacionadas a implantação de Infraestrutura cicloviária na região.

5.8 – Avaliação final do índice de caminhabilidade

Na Figura 5 é possível ver a avaliação final de cada categoria e do índice de caminhabilidade para os segmentos de calçada avaliados após a normalização das notas. De acordo com o índice proposto, percebe-se que a área necessita de melhorias para que esta seja, de fato, mais caminhável.

Figura 6 - Resultado de cada uma das categorias e resultado final do índice





Fonte: Elaborado pelos autores

O segmento de calçada 3 foi classificado como ruim e os segmentos de calçada 1, 2, 4, 5 e 6 foram classificados como regulares. Nenhum segmento de calçada, na área avaliada, foi classificado como ótimo ou bom. De modo geral, os indicadores que foram avaliados com nota zero, e são prioritários para melhoria da localidade, são: Travessias acessíveis, Sinalização na interseção, Largura efetiva do passeio, Desníveis na calçada, Sinalização tátil, Bancos para sentar, Parques e áreas verdes a uma distância caminhável e Infraestrutura cicloviária.

6 - Considerações finais

Ainda que a urbanização das cidades brasileiras tenha ocorrido de modo a privilegiar o transporte individual motorizado, percebe-se que o deslocamento a pé tem grande importância. Por isso, é necessário que os espaços urbanos sejam (re)construídos de modo que tais espaços passem a ser mais democráticos e proporcione

melhores condições de caminhabilidade. Sendo assim, é importante que as cidades sejam planejadas de modo que se considere até mesmo as necessidades dos atores de mobilidade mais vulneráveis. O expressivo deslocamento a pé nas cidades brasileiras evidencia a importância de novas pesquisas e estudos sobre o tema, auxiliando, assim, na compreensão da real percepção dos pedestres de modo geral e de grupos específicos também, como é o caso das crianças.

As crianças são um dos grupos de pedestres mais vulneráveis, seja por conta do seu desenvolvimento físico e cognitivo ou do seu grande envolvimento em acidentes de trânsito. De maneira geral, o que se observa no caso das crianças, principalmente no que se refere aos seus anseios de caminhabilidade, é uma lacuna, já que não existem muitas pesquisas sobre esse tema já desenvolvidas. Portanto, o presente trabalho buscou investigar a percepção de crianças belo- horizontinas, com idade entre 9 e 12 anos, acerca da importância de indicadores de caminhabilidade, de modo que fosse possível elaborar um índice de caminhabilidade que auxilie na verificação de quais são os atributos prioritários na (re)construção de espaços urbanos mais amigáveis à infância.

O índice aqui proposto serve como ponto de partida para a percepção de crianças sobre o espaço urbano no Brasil, devido à carência de outros instrumentos nessa área. Assim, acredita-se que esta pesquisa contribua com a importante e recente tarefa de fazer com que estes tenham voz ativa para que o espaço público seja mais inclusivo. Nesse contexto, os resultados obtidos podem auxiliar na (re) formulação de políticas públicas que visem melhorar as condições de caminhabilidade em Belo Horizonte. Todavia enfatiza-se a necessidade do alcance de uma amostra mais robusta para trabalhos futuros.

O índice de caminhabilidade aqui proposto se mostrou adequado para análises em pequena escala e focadas em avaliar a qualidade do espaço público. As análises feitas por trechos ou ruas produzem recomendações que podem subsidiar a tomada de decisão por parte do Poder Público sobre quais são as ações prioritárias para determinada região. Contudo, para que este índice de caminhabilidade contribua efetivamente com a gestão do espaço que é destinado aos pedestres, seria desejável a sua aplicação de forma regular e com certa periodicidade. É essencial também que haja envolvimento do Poder Público para que as recomendações obtidas após a aplicação do índice de caminhabilidade possam ser, de fato, implementadas. Deste modo, será possível contribuir para a construção de cidades melhores e, por consequência, que sejam mais justas e inclusivas para todos, pois ruas que atendem às crianças em seus anseios e necessidades, provavelmente, atenderão a todos.

7 - Referências bibliográficas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2015) NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 68 p. Rio de Janeiro.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2016) NBR 16537: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 52 p. Rio de Janeiro.

Andrade, V. e C. C. Linke (Org) (2017) Cidades de pedestres. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial.

Andrade, V.; C. C. Linke.; D. Hoppe e G. Ribeiro (2017) Índice de caminhabilidade: Avaliação na escala do bairro. In: Andrade, V. e C. C. Linke (Org) (2017) Cidades de pedestres. Rio de Janeiro:

Babilônia Cultural Editorial.

Anthikkat, A. P.; A. Page e R. Barker (2013) Risk Factors Associated with Injury and Mortality from Paediatric Low Speed Vehicle Incidents: A Systematic Review. *Internacional Journal of Paediatrics*, V. 2013, p.1-17. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1155/2013/841360>>.

ANTP (2018) Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público (Simob/ANTP) - Relatório geral 2016 - Associação Nacional de Transportes Públicos. São Paulo: ANTP.

Barros, R. M. (2018). Caminhabilidade em grandes centros urbanos: uma proposta metodológica para o município de Belo Horizonte (Minas Gerais). 151f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Barros, R. M. (2021) A infância e o pedestrianismo: um estudo exploratório da percepção de crianças sobre indicadores de caminhabilidade. 281

f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) -, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Brasil (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

Brasil (2005) Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências – Portaria MS/GM n.º 737 de 16/05/01 publicada no DOU n.º 96 Seção 1E –de 18/05/01. Brasília, Editora do Ministério da Saúde.

Brasil (2012). Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível

em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

Borges, A. I.; D. S. Manso; G. Tomé e M. G. De Matos. (2008). Ansiedade e coping em crianças e adolescentes: Diferenças relacionadas com a idade e gênero. *Análise Psicológica*, v. 4, n. XXVI, p. 551-561.

Cardoso, L. e R. Matos. (2007). Acessibilidade Urbana e Exclusão Social: novas Relações, velhos Desafios. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis.

Carvalho, I. R. V. de (2018). Caminhabilidade como instrumento de mobilidade urbana: Um estudo de caso em Belo Horizonte. 224f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) -, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Cavicchia, D. de C. (2010) O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. *Psicologia do desenvolvimento*. Disponível em:<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil (2018) TIC Kids Online Brasil

– Pesquisa sobre o uso da internet por Crianças e Adolescentes no Brasil. – Relatório - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em:<<https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

Cruz, S. R. S.; A. G. H. Callejas; M. Santos; R. Basile e R. Levy (2015) Cidade Ativa: a corrida como meio de locomoção. *Active Cities: Running for Commuting*. Duarte, T. L. (2015) O pedestre e a cidade. In: ANTP (2015) Cidades a pé - Série cadernos técnicos – Associação Nacional De Transportes Públicos. Disponível em:<<http://www.antp.org.br/biblioteca-vitrine/cadernos-tecnicos.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

Faria, E. de O. e M. G. de C. Braga (1999) Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 95-107.

Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 408 p. 3ª edição, Editora: Penso.

Freitas, P. G. M. de; T. S. A. Paixão; J. C. Cavalcante; W. A. Alves e D.S. Correia (2018) Mortalidade de crianças por acidentes de trânsito. *Revista Portuguesa: Saúde e Sociedade*, V. 3, n. 2, p. 817-830.

Gadelha, J. B. (2019) Instrumentos projetuais da arquitetura e urbanismo como agentes transformadores, tendo como parâmetro a escala da criança. In: III ICHT, Colóquio internacional imaginário: construir e habitar a terra – Deformações, deslocamento e devaneios, São Paulo.

Glaser, B. G.; Strauss, A. L. *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. New Jersey, USA: AldineTransaction, 2006.

Goulart, F. e H. Günther (2018) O papel da arborização urbana na vivência do pedestre: Um estudo sob a perspectiva pessoa-ambiente. In: 8º Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável (PLURIS 2018), Coimbra.

Hongyu, K.; Sandanielo, V. L. M.; Oliveira Junior, G. J. (2016) Análise de Componentes Principais: Resumo teórico, aplicação e interpretação. *Engineering and Science*, V. 5, n. 1, p. 83-90.

ITDP Brasil (2018). *Índice de caminhabilidade – Ferramenta* – Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. Versão 2.0. Rio de Janeiro.

Malatesta, M. E. B. (2015) Características da mobilidade a pé. Duarte, T. L. (2015) O pedestre e a cidade. In: ANTP (2015) *Cidades a pé*

- Série cadernos técnicos – Associação Nacional De Transportes Públicos. Disponível em:< <http://www.antp.org.br/biblioteca-vitrine/cadernos- tecnicos.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

Mensurado, B. (2008) Validez factorial y fiabilidad del cuestionario de experiencia óptima (Flow) para niños y adolescentes. Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica, v. 1, n. 25, p. 159-178.

Michaelis (2020) Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anônimo/>>. Acesso em: 31 de julho de 2020.

Mingoti, S. A. (2005) Análise de componentes principais via matriz de correlação. In: Mingoti, S. A. (2005) Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – Uma abordagem aplicada. 297 p. Editora UFMG

NACTO (2019) Designing streets for kids. - Relatório – National Association of City Transportation Officials. Disponível em:<<https://globaldesigningcities.org/publication/designing-streets-for-kids/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. (1999) Guidelines for Community Noise. Disponível em:< <https://apps.who.int/iris/handle/10665/66217>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

OMS (2015) Dez estratégias para a segurança de crianças no trânsito.

- Caderno técnico - Organização Mundial da Saúde.

ONU (2015) Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. - Caderno técnico - Organização das Nações Unidas. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2020.

Oros, L. B. (2008) Avances Metodológicos em avaliação de emoções positivas em niños em riesgo social. Revista Evaluar. v. 8, n. 1, p. 20– 33.

Polícia Militar de Minas Gerais (2017) Confirma os endereços das 86 bases de segurança da Polícia Militar. Disponível em:< <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=144451&tipoConteudo=noticia>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

Prefeitura de Belo Horizonte – PBH (2019) Carta de inundações – Pampulha. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/diretoria-de-gestao-de-aguas-urbanas/cartas-de-inundacoes>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

Quintáns, I. (2015) A importância do caminhar nos espaços urbanos para a educação, saúde e desenvolvimento da criança. Duarte, T. L. (2015) O pedestre e a cidade. In: ANTP, Associação Nacional dos Transportes Públicos. (2015) Série cadernos técnicos – Cidades a pé. Disponível em:< <http://www.antp.org.br/biblioteca-vitrine/cadernos-tecnicos.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

Souto, R. M. C. V.; Barufaldi, L. A.; Malta, D. C.; Freitas, M. G. de; Pinto, I. V.; Lima, C. M., Montenegro, M. de M. S. M. (2018) Perfil e tendência dos fatores de risco para acidentes de trânsito em escolares nas capitais brasileiras: PeNSE 2009, 2012 e 2015. Revista brasileira de epidemiologia, V. 21, n. suppl 1, p. 1-12. DOI: 10.1590/1980- 549720180016.supl.1

Souza, N. M. de e A. M. Wechsler (2014) Reflexões sobre a teoria piagetiana: o estágio operatório concreto. Cadernos de educação: ensino e sociedade, V. a, n. 1, p. 134-150.

Teodoro, M; A. A. Andrade e H. A. de M. Castro (2013). Escala de pensamentos automáticos para crianças e adolescentes (EAP): adaptação e propriedades psicométricas. Psico-USF, v. 18, n. 1, p.

89- 97.

Tsay, S. (2017) Caminhando pelo mundo: Conversas globais e ações locais. In: Andrade, V. e C. C. Linke (Org) (2017) Cidades de pedestres. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial.

Vasconcellos, E. A. de (2017) Andar nas cidades do Brasil. In: Andrade, V.; Linke, C. C. (Org) (2017) Cidades de pedestres. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial.

WRI Brasil. (2016). Orientações para política pública: mobilidade nas escolas. - Caderno técnico - World Resources Institute Brasil. Porto Alegre.

CAPÍTULO 3

CARTOGRAFIA AFETIVA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA: O OLHAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Thelma Pontes Borges
Walace Rodrigues
Luciana Ribeiro da Cruz

Introdução: importância da cidade para as crianças

Sempre existiu consenso com relação a importância de se dedicar atenção e cuidados à primeira infância por ser uma etapa do desenvolvimento no qual todas as condições ainda estão em processos de formação. Mas foi com o economista Heckman (2013) que se traçou, em termos econômicos, o quanto investir nessa fase gera retorno financeiro aos estados. Ainda mais, esse autor provou que o caminho para o desenvolvimento de um país passa obrigatoriamente pelo investimento, sobretudo nos primeiros anos de vida de um ser humano. Isso se deve ao fato de que nos primeiros anos todo arcabouço neurológico, psicológico, cognitivo e motor do ser humano está em formação, sendo o momento mais delicado na formação basilar humana.

Vale aqui ressaltar que a primeira infância é a fase do nascimento até os cinco anos e onze meses, exatamente a fase anterior à alfabetização escolar. É nesta fase que a criança tem um grande desenvolvimento cognitivo e começa a desenvolver seus mecanismos experienciais de mundo e seus afetos por meio das múltiplas descobertas e aprendizados obtidos neste período.

Heckman (2013) demonstra que quando se dedica atenção especial, do período gestacional até pouco antes dos seis anos de idade, oferecendo os elementos necessários de conhecimento aos cuidadores, acesso à escola e saúde, adequação urbana entre outros, de forma planejada e intersetorial, o resultado matemático é que essa geração trará um retorno de até nove dólares para cada dólar investido. Ou seja, para além da questão econômica (talvez a mais ouvida), o economista conseguiu demonstrar que o melhor caminho para a superação de problemas de segurança, desemprego, fome é pensar em políticas públicas para a primeira infância. Elegendo o caminho da prevenção como o mais adequado quando se trata de questões sociais.

Inspirados nesses estudos e pensando na organização das cidades para o favorecimento do desenvolvimento humano, a Fundação Bernard Van Leer, com sede na Holanda, desenvolveu um manual, o “Urban95”, para auxiliar os municípios a planejarem uma cidade que favoreça o desenvolvimento da primeira infância. Esse trabalho faz-se importante ao se verificar que até 43% das crianças em países pobres têm algum déficit no desenvolvimento (URBAN95, 2019).

Baseados na ideia de que a cidade pode ser pensada para a criança desenvolver todo o seu potencial, o manual se inspira em três princípios: (1) design para o cuidado, em que os espaços devem ser pensados para os pequenos e para suportar as necessidades de seus cuidadores. Planejar espaços para sentar, árvores para sombrear, bebedouros, banheiros, espaços para amamentar, trocar, lavar as mãos, beber água, entre outras ações, são decisões simples e que acolhem a toda população; (2) proximidade importa, pois melhor que uma boa rede de transporte público é o conceito

de “bairro de 15 minutos”, no qual o cuidador e a criança tivessem condições seguras de caminhar até no máximo quinze minutos e acessar posto de saúde, creche, pracinhas etc; (3) pensar em bebês como princípio universal de design, pois se uma cidade é planejada para ser segura e confortável para os pequenos, será boa para qualquer pessoa (URBAN95, 2019, p. 8).

A proposta do “Urban95” (2019) oferece diretrizes práticas e claras de pensar o espaço urbano como complementar às ações de investimento na infância, demonstrando um percurso de elaboração das estruturas urbanas para atender ao ser humano e não o capital. Nesse sentido, a proposta do “Urban95” caminha junto com Mayer (2020) ao defender que não devemos tirar as crianças das ruas e sim, devolver as ruas à elas. As crianças crescem nas cidades e as ruas, as praças e os espaços públicos são seus espaços formativos. Um lugar bem construído e bem planejado funciona como mediador da relação da criança com o mundo e com seus cuidadores, funcionando como propulsor do desenvolvimento e da inclusão social. Feitosa et al. (2018, p. 201) ressaltam:

[...] fica patente a importância do território na constituição da identidade dos sujeitos (...) o território é o lugar de vida, dos afetos, onde os sujeitos podem ser potencializados ou despotencializados, exercer poder, fazer trocas, sofrer e enfrentar as injustiças, construir suas histórias e a de sua sociedade.

Partindo do pressuposto que o vínculo com a cidade ocorre a partir de múltiplas frentes de pertencimento e, no caso da infância, compõe, enquanto elemento fundante de sua psiquê, auxiliando

tanto nos seus modos de ser como facilitando as relações sociais e afetivas entre a criança e seus cuidadores, objetivamos verificar como as crianças da rede municipal de Araguaína elegem seus espaços públicos de afeto, permitindo compor o patrimônio sentimental da cidade e uma cartografia afetiva pelo olhar dessas crianças.

Para tanto, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, foi encaminhado a todas as escolas da educação infantil o pedido de que as crianças desenhassem o espaço público que elas mais gostassem. Para classificação seguimos o padrão proposto por Oliveira (2019), como patrimônio afetivo consideramos a recorrência do mesmo entre as crianças e aqueles espaços identificados como memória afetiva. O conjunto de patrimônios eleitos pelas crianças permitiu compor a cartografia (ROLNIK, 2011; FERREIRA, 2018; OLIVEIRA, 2019) aqui sugerida. Obtivemos 530 desenhos, mas trabalhamos com 487 que permitiram identificar o local identificado pela criança, desses 297 eram meninas e 190 meninos, cujas idades variaram de 2 a 5 anos de creches e escolas de educação infantil do município. Recebemos desenhos de escolas localizadas nos mais variados setores da cidade.

Debatendo o Patrimônio Afetivo

O patrimônio afetivo é para cada sujeito um lugar de vivências e um ancoradouro da memória, serve como mediador de si mesmo e do outro, ajuda a estabelecer conexões com o mundo a nosso redor, é resultado dos efeitos que o espaço provoca no sujeito em função do que produz de intangível nele (DOHMAN, 2013). Conforme proposto pela “Declaração de Québec” (2008, p. 2), o lugar é definido como “conjunto de bens materiais e imateriais, físicos e espirituais, que

atribuem sentido, valor, emoção e mistério ao lugar”. Ou seja, o que determina o valor de um lugar é o vínculo e os significados que se atribuem a ele. Nesse sentido, toda cidade é rica em patrimônios e exala memórias por seus poros, captar tal fenômeno é de importância para planejar o espaço de forma a favorecer o humano.

Existem trabalhos, como o de Carlos (2018), que alertam para o quanto o planejamento urbano das cidades tem como norte o capital, ficando o ser humano em segundo plano nesse processo, em espaços elaborados para o esgarçamento do tempo social em função do tempo da produção:

O decurso do tempo entre o “verde-amarelo-vermelho” marca o tempo da conversa, do relacionamento com o outro. Impõe o corre-corre, subtraindo do tempo a vida, no cotidiano do cidadão da grande cidade. O tempo passa a mediar a vida das pessoas, do seu relacionamento com o outro, uma relação coisificada, mediada pelo dinheiro e pela necessidade de ganhá-lo (CARLOS, 2018, p. 18).

Nessa lógica, afirma a autora, lugares de encontro, brincadeiras infantis, festas, contato com a natureza, entre outros, abrem espaços para ambientes fechados e pagos como os shoppings, lojas etc, coisificando as relações sociais. E a heterogeneidade dos modos de vida, dos usos do espaço, das formas de morar são substituídos pelos aceitos e explorados pelo capital, que, para piorar, estabelece o acesso à cidade por “mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra” (CARLOS, 2018, p.

50). Ainda, segundo a autora, ao analisar a cidade por dentro, podemos encontrar o aspecto humano e seu movimento na forma de se constituir enquanto sujeito, evidenciando elementos que vão muito além das definições de cidade como luta de classes, como poder ou como capital.

Na mesma perspectiva Gehl (2015) alerta que a arquitetura durante muito tempo usou (principalmente no modernismo) seu poder de estabelecer e interferir em projetos arquitetônicos, de modo a diminuir a importância da dimensão humana, dos espaços públicos, dos pedestres e da coletividade, isolando as pessoas em prédios autossuficientes e indiferentes à condição do outro. “A tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada” (GEHL, 2015, p. 3). Esse autor alerta que o ser humano produz o espaço físico e esquece que esse modifica o ser vivo, assim propõe uma dimensão do planejamento físico que funcione como convite à coletividade e altere regiões urbanas a partir da dimensão do “lugar de encontro”.

Na esteira de identificar o patrimônio afetivo de Araguaína, acabamos por incentivar um olhar sobre a localidade que extrapola o do poder decisório do que é ou não patrimônio cultural, posto que na infância as crianças ainda estão fora das principais amarras do laço social capitalista e das forças de poder deste sistema econômico. Assim, patrimônio cultural e histórico, não necessariamente, coincidem com o afetivo. Ferreira (2018) escreve que, em muitos momentos, as pessoas sentem que a memória eleita como coletiva e que se materializa nos patrimônios físicos distribuídos pela cidade são impostos e pouco representativos do amálgama de seu passado, presente e futuro, tanto individual, quanto coletivo.

Um determinado espaço abriga afetos quando esse permite o encontro entre expectativas, experiências e memórias, principalmente as da infância, produzindo forte identidade com a localidade (OLIVEIRA, 2019). Quando coaduna muitas camadas de memória em um único local, surge um patrimônio com inestimável valor afetivo (GASTAL, 2002). O patrimônio afetivo é resultado da transformação de um espaço em um lugar pessoalmente significativo, e, esse processo é resultado do investimento transformador no qual concretos e objetos tornam-se parte da própria pessoa.

A noção de afeto passa por aquela definida por Piaget (1953/1994) na qual a quantidade de força colocada em um objeto determina o valor do mesmo. Assim, precisamos de um investimento afetivo, dado pelo valor, e um cognitivo que se utiliza da força emocional para compreender o racional. Assim, razão e afeto se unem para eleger uma memória afetiva. Dessa feita, o conjunto dessas memórias produzem a compreensão do patrimônio de uma localidade. Feitosa et. al (2018) apontam que a Psicologia Ambiental trabalha com a afetividade como elemento unificante entre a pessoa e o objeto, permitindo verificar como, de forma dialética, o investimento no ambiente retorna à própria na forma de novas configurações psíquicas estruturantes. Ainda, baseados em Bonfim (2003) apresenta-se a noção de “estima do lugar” que se refere a avaliação afetiva sobre o ambiente, apresentando um conceito que permite a integração entre razão e emoção, e mais, ao lado de outras autopercepções como autoconceito e autoestima, permite estabelecer mecanismos potenciais individuais e coletivos de superação de vulnerabilidades (SILVA e BONFIM, 2019).

O poder público deve estar atento às ressonâncias emanadas de sua população para definir oficialmente o que é ou não

considerado um bem representativo da identidade local, bem como deve ouvir as vozes que emanam das sensibilidades coletivas para planejar aquilo que se faz importante em uma cidade. Uma cidade atenta à sua população trabalha em prol da constituição de uma estima de lugar, permitindo que os sujeitos, no caso as crianças, dotem de valor a localidade, tornando-a familiar e complementar a seu eu.

Cartografia Afetiva e o município de Araguaína

A cartografia afetiva se apresenta como uma das muitas possibilidades de se fazer pesquisa em ciências sociais e tem ao seu lado o fato de considerar as subjetividades como potencialidades de olhar e constituir objetos, que extrapolam as vozes oficiais de poder e focam nas sensibilidades individuais e relacionais do sujeito social (SANDRONI e TARIN, 2014). É tida como um método e concatena profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, sociólogos, antropólogos, psicólogos, educadores, entre outros, recorrem a seus usos como forma de estabelecer novos olhares sobre os objetos de conhecimento. Tem duas grandes escolas que a definem: a cartografia das controvérsias e a cartografia dos desejos, respectivamente representados por Bruno Latour e Raquel Rolnik.

Nos interessa, particularmente, a posição de Rolnick (2011) posto que considera a subjetividade como elemento essencial da percepção da realidade. A autora enfatiza que o papel do cartógrafo é capturar novas linguagens e sensibilidades que permitam ver paisagens psíquicas e sociais de grupos, movimentos sociais, instituições, sujeitos individuais e coletivos. Nesse sentido, ressalta-se que a prática do cartógrafo é política (ROLNIK, 2011), primeiro

porque retrata relações e não objetos estanques, segundo que opta por trabalhar com grupos sociais em estados de vulnerabilidade, dando voz e lugar às pessoas que, de outra forma, não os teriam.

Essa cartografia oferece reconhecimento a “produção de subjetividades minoritárias” e, por essa posição política “Ao voltar a sensibilidade aos devires menores pode-se contribuir para a abertura de espaços para diferentes subjetividades, e construção de outros e novos mundos mais desejáveis de se viver” (SANDRONI e TARIN, 2014, p. 15-16).

A cartografia afetiva é, nessa lógica, a possibilidade de se pensar o lugar a partir de outras camadas sensoriais, podendo utilizar de artifícios como desenhos, entrevistas, reuniões, histórias e outros. O cartógrafo trabalha como um inventariante que “não se prende a uma teoria específica e se coloca aberto a toda matéria que possa ser relevante para a formação do inventário” (SILVEIRA et al., 2019, p. 5)

A cartografia proposta aqui é dos espaços de afeto das crianças da rede municipal da cidade de Araguaína, estado do Tocantins. O município em questão localizado na região norte do país, parte da chamada Amazônia Legal, teve segundo estimativa do IBGE para o ano de 2020 (IBGE, 2020) um crescimento em uma década de mais de 21%, passando de 150 mil habitantes, em 2010, para 183 mil, em 2020. Uma cidade que cresce tão rapidamente, em termos populacionais e econômicos, é marcada por ambivalências estruturais como as apontadas por Pacífico Filho et al. (2020) ao demonstrar que, enquanto cidade média, Araguaína atrai capital e induz desenvolvimento, mostrando-se efetiva enquanto cidade para o capital, no entanto, quando se volta para os marcadores de bem-estar social como acesso à água, esgoto, coleta de lixo e violência,

mostra-se francamente em atraso. Esses elementos permitem dizer que ainda existe uma falta com relação a humanização da cidade para atender as pessoas.

A construção de espaços de socialização e coletividade na cidade de Araguaína se mostra necessária e urgente há algum tempo. Em análise do Centro Cultural local, Leite, Pacífico Filho e Pires (2021, p. 143) apresentam recortes discursivos de sites em que demonstram a pressão por revitalização desse espaço e a necessidade do mesmo para servir à população, que teria o local como ponto de encontro, e ressaltam, “pois, se produz a vinculação de que cuidar do Espaço Cultural é ‘continuar cuidando das famílias’”, enfatizando o papel do poder público no planejamento urbano e no bem-estar de sua população.

Apesar dos problemas estruturais e de planejamento, o município de Araguaína se desenvolveu em termos de organização urbana na última década, resolvendo alguns problemas básicos como asfaltamento; organização do trânsito, com instalação de semáforos, placas, lombadas, sinalização vertical e horizontal; ampliação da rede coletora de esgoto; instalação de calçadas padronizadas e inclusivas e, entre outras coisas, uma preocupação crescente com investimentos em espaços públicos urbanos. Desses destacam-se três, a saber: (1) a construção da Via Lago, que além de servir como local de acolhimento de lazer, esportes, encontros, funciona como via de ligação a setores mais afastados da cidade, que até então só eram acessados pela rodovia federal; (2) a construção do Parque Cimba, parque estruturado em área urbana, em região degradada da cidade, abriga hoje, academia ao ar livre, parque infantil, pista de caminhada e uma área verde. Ainda, o Parque Cimba também tem a funcionalidade de captar águas da chuva e diminuir problemas de

inundações; (3) o Cristo Redentor, localizado em um ponto alto da cidade, acima da rodovia Belém-Brasília, funciona também como ponto de encontro e mirante (conforme Mapa 1).

Além desses espaços públicos construídos, outros estão sendo revitalizados, demonstrando preocupação com o ambiente social da população e possibilitando melhora na estima que se tem do ambiente dos que ali habitam. Foi nesta lógica de compreender quais espaços públicos vivem na memória afetiva das crianças de Araguaína e quais podem ser identificados para elas como patrimônio afetivo, que contabilizamos suas escolhas conforme a Tabela 1, em ordem crescente de preferência:

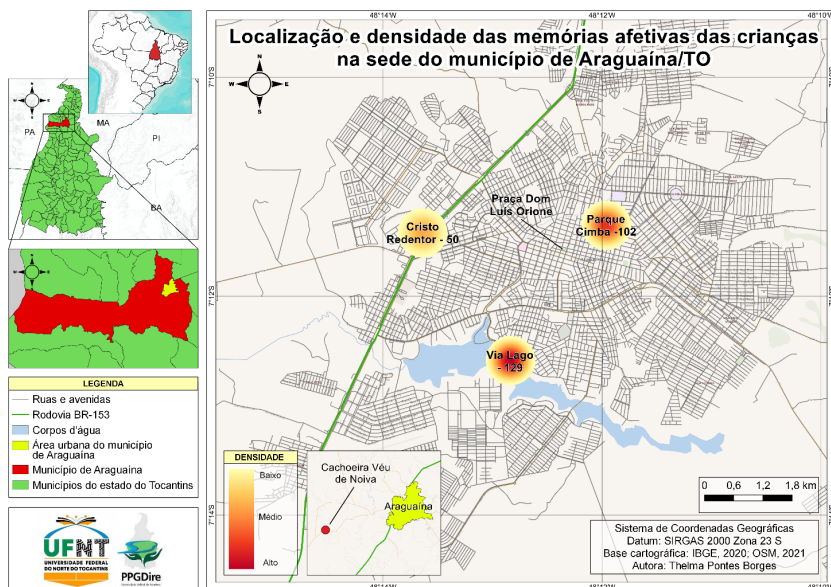
Tabela 1- Memórias Afetivas das Crianças

Localidade	Meninas	Meninos	Total
Via Lago	71	58	129
Parque Cimba	72	30	102
Própria Rua	37	32	69
Praça	40	11	51
Cristo Redentor	31	19	50
Campo de Futebol	4	15	19
Escola	13	11	24
Outros	29	14	43
Total	297	190	487

Fonte: Organizado pelos autores.

Optamos por um mapa de calor (mapas de Kernel) para mostrar os equipamentos urbanos eleitos como patrimônio afetivo pelas crianças. Os mapas de Kernel normalmente são utilizados para visualizações de ocorrências como doenças, mortes etc, sua determinação é dada por modelos estatísticos de densidade e distância.

Mapa 1- Densidade de memórias afetivas das crianças de Araguaína/TO



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum: SIRGAS 2000 Zona 23 S. Base cartográfica: IBGE, 2020; OSM, 2021.

Autoria: Os autores

Na contabilização das escolhas feitas pelas crianças, verificamos uma preferência por locais ratificados pelo poder

municipal, uma vez que, os três mais eleitos foram a Via Lago, o Parque Cimba e o Cristo Redentor, os dois primeiros foram construídos respectivamente em 2017 e 2018 em espaços abandonados, utilizados em muitos momentos como ‘lixão’ pela população que jogava entulhos e móveis velhos nessas localidades. O Cristo Redentor foi revitalizado em dezembro de 2020.

Ainda, percebemos que os dois primeiros espaços foram construídos pelo poder municipal para serem espaços com funções públicas de lazer, mas verificamos que há uma forte afetividade ligada à própria rua onde habitam as crianças e a praça do bairro (em Araguaína chamado de “setor”). A rua de casa coloca-se como um lugar de memórias afetivas extremamente importantes para as crianças pesquisadas e também revela a relevância de tal espaço para a ativação de afetos que sustentam suas preferências locais e que não deixam, também, de serem locais que devem ser bem cuidados pelo poder público municipal, assim como a praça de bairro. Notamos, também, que esses espaços são espaços externos próximos às residências das crianças, espaços que marcarão sua formação e desenvolvimento afetivo para sempre.

Segundo Andrade e Batista (2015) os espaços públicos apresentam duas especificidades importantes: a primeira é que são abertos e de acesso a qualquer pessoa; e a segunda é que permitem o contato com o desconhecido, saindo da previsibilidade das relações familiares e de amizades próprias dos espaços privados. É no espaço público que se exerce a sociabilidade, a capacidade de resiliência e o encontro com a diversidade. Nele ocorre a “pólis” e, também, os conflitos.

Na contemporaneidade existe uma crise dos espaços públicos. Os lugares de encontros estão se afunilando no âmbito

privado, como bares, restaurantes, clubes, shoppings centers, caracterizando a “morte dos espaços públicos”, é a criação de “espaços de consumo de acesso público” (ANDRADE e BATISTA, 2015, p. 140), desde que se tenha condições de pagar pelos produtos ali ofertados. E quando a circulação, ocorre uma equiparação entre pessoas e coisas e os laços afetivos não se estabelecem e o homem fica atomizado (ANDRADE e BATISTA, 2015). As crianças, ao contrário, por ainda não terem se envolvido por completo na lógica do tempo do capital, quebram essas barreiras e se vinculam tanto às pessoas como as coisas, assim elegem lugares e se filiam afetivamente, buscando formas de se vincular ao social. Vemos isso na forma como se apropriam da cidade e dão outro sentido aos lugares, como no caso de suas próprias ruas e da praça de seu setor.

Nessa lógica, a rua e a praça, eleitas pelas crianças em segundo e terceiro lugar como os preferidos, não entram no mapa de calor, por serem espaços que se referem a particularidade da “rua em frente a sua casa” ou a “praça do bairro”, o que dificulta seu mapeamento, pois não temos como identificar cada rua apontada nos desenhos; mas cabe a ressalva de que essas localidades também constituem espaços de sociabilidade, infância e brincadeiras e devem ser considerados pelo poder municipal quando planejarem investimentos nos mais diversos setores da cidade. Mapeamos apenas a Praça Dom Orione que é nomeada algumas vezes pelas crianças. Essa Praça, antes da inauguração dos demais espaços públicos (Via Lago, Cristo e Parque Cimba) era o principal ponto de encontro da cidade, nela se montava a Cidade do Coelho da Páscoa e do Papai Noel, onde ocorriam os festivais de música e/ou exposições.

A “rua de casa” e a “praça” são exemplares da tomada de sentido que as crianças fazem: elas se apropriam do lugar, criam brincadeiras, fazem amizades e marcam encontros, mesmo que não tenha um ambiente apropriado para ela. Investir em cidades para crianças, fortalecendo os espaços públicos e adequando-os às necessidades das crianças e seus cuidadores, é revitalizar a vida societária, tão em crise na atualidade. Fortuna (2002) menciona a crise das cidades e seus espaços públicos e alerta da necessidade de reformularmos considerando que cada vez mais precisaremos de “mais cidades” para mais pessoas (em função do crescimento demográfico) e que essas precisam ser “cidades melhores” do que as que temos na atualidade.

Vamos visualizar algumas das representações que as crianças fizeram desses espaços. Reiteramos que recebemos mais de 550 desenhos e em 487 era possível identificar os espaços públicos eleitos. Os demais eram, em sua maioria, garatujas não identificáveis de crianças menores. Solicitamos, via Secretaria Municipal de Educação, que as professoras pedissem às crianças que fizessem um desenho de um lugar que gostassem. As atividades foram realizadas do Maternal I (crianças de 2 anos) ao II Período (crianças de 5 anos)¹.

Iniciamos com a Via Lago, efetivada junto ao Lago Azul, resultante de uma usina hidrelétrica desativada, o lago ficou por muitos anos vazio e o acesso a ele era dado somente por propriedades particulares e um condomínio de alto padrão econômico da cidade. Na sua inauguração foi ressaltado pelos

¹ Utilizaremos os desenhos das crianças sem identificação. Ressaltamos que quando os pais ou responsáveis fazem matrícula nas escolas eles assinam um termo de autorização de uso e divulgação do material pedagógico das crianças.

gestores públicos a democratização de acesso ao lago, que agora conta com uma grande avenida, com calçadas largas, iluminação noturna, passagens elevadas de pedestre e uma praia, conforme imagens a seguir:

Imagem 1- Via Lago



Fonte: Via Lago em Araguaína/Foto: Marcos Sandes/Prefeitura de Araguaína

A Via Lago tornou-se para a cidade de Araguaína mais que um cartão-postal, é o local para onde uma parte da vai ao final da tarde e nos finais de semana. É também a região em que se realizam as festas públicas como carnaval, réveillon, natal etc. Enfim, é um espaço público artificial², planejado pelo poder municipal e que parece resgatar o local do encontro e da sociabilidade. Gatti diz (2013, p. 8):

² Compreendemos que a Via Lago, Parque Cimba e o Cristo Redentor são construídos e planejados artificialmente para ser um espaço de lazer e sociabilidade, por isso assim o nomeamos como espaço público artificial. A rua e a praça do bairro também são espaços públicos construídos, mas como as crianças se apropriam dele de forma mais natural, optamos por nomeá-lo como espaço público natural.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro.

Acreditamos que esse espaço conseguiu contemplar essas características e por conta disso, provavelmente entrou no rol das preferidas pelas crianças. Contudo, cabe a ressalva de que esse espaço é artificializado e diferente da “rua de casa” que se faz como um espaço público natural. Podemos compreender a Via Lago, o Cristo Redentor e o Parque Cimba como resultantes do que se convencionou como marketing das cidades. Pasquotto (2016) ressalta que a partir da década de oitenta as cidades passaram a ser operadas como empresas necessitando assim expor seus produtos numa “vitrine” promovida pelo marketing urbano que “é uma ramificação do planejamento estratégico que trabalha com a promoção e venda das cidades” (PASQUALOTTO, 2016, p. 116). Como afirma Sánchez (2001, p. 31) essas “cidades-modelo” “evidencia um complexo mercado no qual as imagens são construídas e postas em circulação em variadas escalas (local, nacional e internacional)”. É nessa lógica de “vender a cidade” que as crianças podem terem sido influenciadas em suas escolhas.

Vamos para algumas representações:

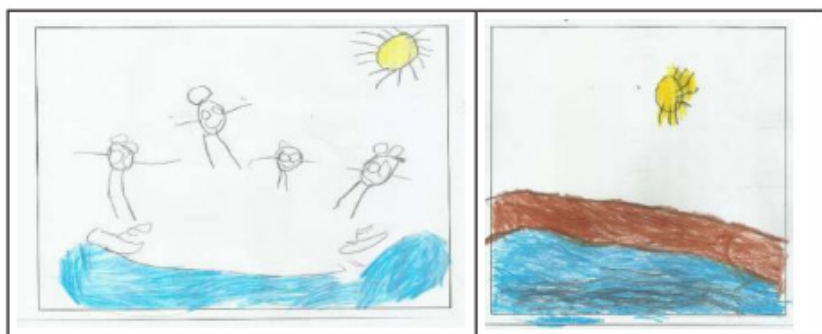
Imagem 2 – Via Lago – duas crianças de 5 anos



Fonte: Organizado pelos autores

Seja por escolha natural de vivências afetivas no espaço público ou sob a influência de promoção, as crianças identificaram essas localidades e as representaram com elementos promotores de qualidade de saúde mental: como a água e as árvores.

Imagem 3 – Via Lago – duas crianças de 4 anos



Fonte: Organizado pelos autores

Imagem 4 – Via Lago - feito por uma criança de 3 anos e outra de 2 anos (garatujas)



Fonte: Organizado pelos autores

Vemos nessas imagens selecionadas, entre as mais de 500 analisadas, que as crianças reforçam a via e a representação do lago, mostrando suas percepções com relação ao lugar. A Via Lago, assim como os dois próximos espaços (Parque Cima e o Cristo Redentor) são considerados como formalmente constituídos, ou seja, eles foram projetados para o encontro, para a constituição de relações, para a parada, o descanso, a contemplação e a observação (MENDONÇA, 2007).

Notemos que as imagens ressaltam a cor verde da vegetação local, pois a Via Lago está às margens de um lago artificialmente construído a partir do Rio Lontra, que corta a cidade e define historicamente sua formação como núcleo populacional, e o azul da água. Ambas cores estão ligadas a estados de calma e de relaxamento.

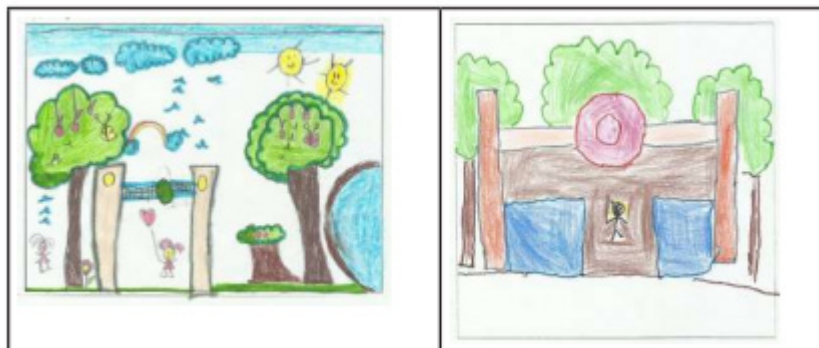
Com relação ao Parque Cimba, segundo espaço mais indicado pelas crianças.

Imagem 5 - Parque Cimba



Fonte: Site Norte do Tocantins³

Imagem 6 - Parque Cimba – feito por duas crianças de 5 anos



Fonte: Organizado pelos autores

³ Disponível: Em Araguaína, parque Cimba reabre para atividades físicas e recreativas | Norte do Tocantins

Imagem 7 – Parque Cimba – feito por duas crianças de 5 anos e uma de 4 anos



Fonte: organizado pelos autores

Imagem 8 - Parque Cimba – feito por uma criança de 3 anos e outra de 5 anos



Fonte: organizado pelos autores

Vale ressaltar que as crianças ressaltaram os brinquedos disponíveis no parque, revelando o aspecto lúdico do local; e às pessoas, o que poderia estar relacionado à sociabilidade que tal local propicia. Ainda, as crianças com cinco anos percebem o lugar a partir de sua entrada principal, com o portal e o círculo verde que

mostra o nome do parque.

Esses três espaços, Via Lago, Parque Cimba e o Cristo Redentor funcionam como Praça, como ágora. Mendonça (2007, p. s/n) citando Carneiro e Mesquita (2000) diz:

Praças são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

Assim, são espaços para o lazer, que permitem a livre circulação e são identificados na estrutura urbana como integrada à cidade (MENDONÇA, 2007). São espaços de socialização criados pelo poder público e que podem atender a uma grande variedade de pessoas (locais ou visitantes).

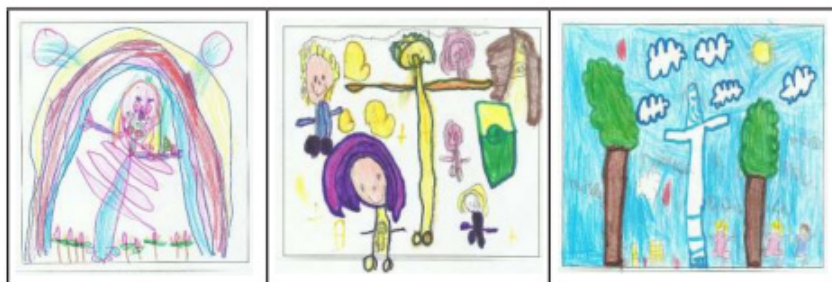
Com relação ao Cristo Redentor, esse ponto de encontro já existia em Araguaína, muitos anos abandonado, com ampla deterioração do próprio monumento e do entorno. No final de 2020 foi reinaugurado, tendo sido amplamente revitalizado. De imediato, a população adotou o espaço, que é frequentado pelas famílias. O Cristo fica localizado longe do espaço central da cidade, do outro lado da BR153, como visível no mapa 1, num ponto mais alto, funcionando como mirante da cidade.

Imagem 9 - Cristo Redentor de Araguaína



Fonte: Fotos de Publicação da Prefeitura Municipal de Araguaína/
ASCOM

Imagem 10 - Cristo Redentor – crianças de 5 anos de idade



Fonte: organizado pelos autores

Imagem 11 - Cristo Redentor – crianças de 4, 5 e 5 anos respectivamente



Fonte: Organizado pelos autores

Imagem 12 - Cristo Redentor – crianças de 5, 5 e 3 anos respectivamente



Fonte: Organizado pelos autores

A rigidez da estátua do Cristo parece ser o ponto de principal foco nos desenhos das crianças. No entanto, a maior parte dos desenhos revela a presença de pessoas à volta do Cristo, levando-nos a pensar tal local como um espaço de interação social, para além de seu papel de cartão-postal. Vale perceber também elementos de animismo, uma vez que as crianças ofertam características lúdicas/humanas à estátua que sorriem e, em alguns casos, passam a sensação de movimento.

As próximas imagens referem-se a espaços públicos identificados pelas crianças, mas que não se materializam em um único ponto de encontro, como é o caso da “rua da minha casa”. A rua de casa é considerada um espaço urbano não intencional, que é ocupado pelas pessoas a partir dos usos cotidianos que se faz dela. A princípio às ruas são pensadas para o tráfego de veículos, mas em muitos momentos se transformam em extensão da casa das pessoas (MENDONÇA, 2007).

Imagem 13 - Rua de Casa – feito por crianças de 5, 5 e 4 anos respectivamente



Fonte: organizado pelos autores

Imagem 14: Rua de Casa – feito por criança de 3 e 2 anos



Fonte: Organizado pelos autores

Nos desenhos das crianças vemos a rua de casa sempre em referência à própria moradia, é o local do brincar e do encontro. Provavelmente, de fácil acesso, e que não carece do olhar permanente da família.

[...] a rua como uma extensão da casa para diversas comunidades, observadas e vivenciadas por meio de atividades cotidianas, como as brincadeiras infantis e encontros de vizinhos, ou sazonais, como as festas (...)
(MENDONÇA, 2007, p. s/n).

Notemos que nos desenhos das crianças de cinco e quatro anos há uma relevância da casa e do céu. Há sol, há nuvens de chuva, há céu azul, elementos que parecem ser bem marcantes para as crianças, pois sabemos que em Araguaína existem somente dois períodos climáticos bem marcados: o seco (cheio de sol) e o chuvoso (com grande quantidade de chuva).

Assim, como as praças e parques, o Campo de Futebol também exerce um poder de socialização importante, apesar desse vir cercado de algumas especificidades, entre elas: (1) é mais frequentado por pessoas do sexo masculino, apesar de termos um avanço significativo na disseminação da prática do futebol entre as mulheres; (2) é uma atividade estruturada, necessitando de organização de equipes; (3) e, apesar de ser livre, não funciona como o parque ou a praça, onde as pessoas podem ir para permanecer, encontrar e explorar, livres de situações programadas. Ainda assim, os campos de futebol exercem um papel importante na cidade em função da relevância que o esporte tem.

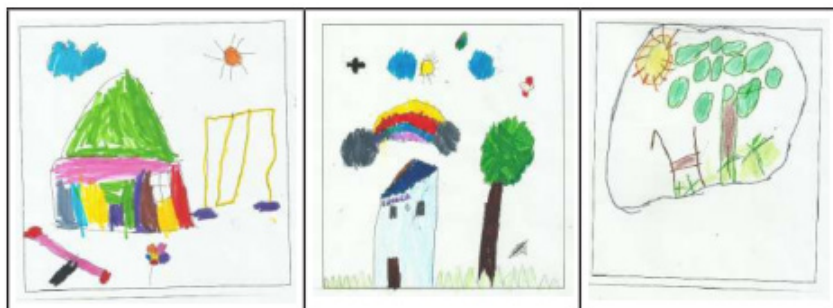
Imagem 15 – Campo de Futebol – crianças de 4 e 5 anos



Fonte: organizado pelos autores

Ainda, entre as localidades enumeradas pelas crianças encontra-se a escola. O interessante é que nos desenhos há uma predominância por citar o “parquinho da escola” deixando claro que o espaço de afeto é justamente o espaço da socialização e de brincar.

Imagem 16 – Escola – crianças de 5, 5 e 4 anos respectivamente



Fonte: Organizado pelos autores

Outros dois espaços públicos que são citados por algumas crianças são o Parque das Águas e a Cachoeira Vêu de Noiva (ambos são propriedades particulares, cobram entrada e exploram ambientes naturais), que, junto com as igrejas, enquadrados em outros na Tabela. Para finalizar, vejamos como as igrejas nos são apresentadas como espaços de afeto:

Imagem 17 – Igrejas – crianças de 5 anos



Fonte: organizado pelos autores

Se nas imagens do campo de futebol há muitas pessoas socializando, as igrejas são representadas somente por suas edificações e algumas árvores, não deixando perceber pessoas. Parece-nos que o foco na edificação e não nas pessoas pode revelar um aspecto mais rígido da sociabilidade em relação à religião.

As igrejas não são espaços públicos, mas muitas acabam funcionando como se fossem, posto que recebem pessoas e ali buscam por bem-estar e pertencimento social. Dessa forma, aparecem em vários desenhos das crianças.

A preocupação em identificar os espaços de afeto da cidade

de Araguaína mostra que os investimentos públicos, em constituição de espaços formalmente instituídos, reverberam no imaginário das crianças que as adotaram, mas demonstra também que a praça do bairro, a rua de casa e a própria escola são locais que merecem destaque na apropriação do urbano pelas crianças. O fortalecimento dos espaços públicos, sejam eles formalmente instituídos ou não, merecem destaque, uma vez que constituem a alma das cidades, do contato com a diversidade, sustentando a cidadania individual e urbana.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos deixar ver, a partir de uma discussão teórica e de desenhos de crianças residentes na cidade de Araguaína, como a percepção afetiva das pessoas pode revelar uma cartografia baseada em memórias importantes em relação aos locais onde habitam.

Ainda, buscamos revelar como a cidade de Araguaína planejou seus “espaços públicos artificiais” de lazer, dando como exemplos a Via Lago, o Parque Cimba e o Cristo Redentor e como isso reverberou de forma intensa nas manifestações de escolhas das crianças. Para além destes espaços, pudemos pensar nos “espaços públicos naturais”, como a própria rua onde se habita e a praça do setor onde se vive. Estes espaços aparecem com destaque na preferência das crianças e denotam uma sociabilidade a partir de casa, ou seja, dos locais mais próximos à moradia, tidos aqui como espaços públicos “naturais” (em relação ao nome “artificial”), onde a sociabilidade acontece de maneira mais natural, sem muito deslocamento, sem artifícios.

Os desenhos das crianças revelam o que para elas parece ser o mais importante a ser mostrado. Dos brinquedos do Parque Cimba; do verde e azul da Via Lago; da quantidade de pessoas socializando no campo de futebol; da própria rua, que mostra prioritariamente sua casa (lugar de pertencimento social fundamental para as crianças); entre outros pontos, vemos que as crianças não distinguem entre espaços socialmente criados ou naturais, mas em lugares de experiências afetivas e que marcarão suas vidas para sempre.

Por fim, temos que pensar a cidade como um espaço de socialização que tome os espaços não meramente como locais de uso público, mas como espaços de formação de uma afetividade que marcará seus habitantes e as suas relações com a localidade. As memórias criadas a partir das experiências com os locais das cidades definem o sujeito a partir das interrelações entre ele, o ambiente físico e social e produzem o que se chama de identidade residencial.

Referências

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BATISTA, Luís Vicente. Espaços Públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIX, 2015, pág. 129-146. Disponível: 13341.pdf (up.pt) . Acesso em: 07/07/2021.

BOMFIM, Z. A. C. Protagonismo social da psicologia no campo da circulação humana. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POLÍTICAS PÚBLICAS, PSICOLOGIA E PROTAGONISMO SOCIAL, 2., 2003, João Pessoa. Relatório... João Pessoa: CFP, 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/ii-seminrionacional-de-psicologia-e-politicas-pblicas> Acesso em: 12 nov. 2015.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo: Contexto, 2018.

DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: Sobre a preservação do “*Spiritu loci*”. Assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Disponível em: . Acesso em 23/06/2021.

DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

FEITOSA, Maria Zelfa de S.; SOUSA, Lígia C. A.; PAZ, Antônio F. C.; BARRETO, Elcide H. F.; BONFIM, Zulmira A. C. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 196-203, maio-ago. 2018. Disponível: doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505> Acesso: 26/06/2021.

FERREIRA, Renato César. Brincando com o perfil histórico de Rolândia: o lúdico entre o patrimônio histórico oficial e o patrimônio histórico afetivo. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em História/PROfHistória. Campo Mourão/PR:

UNESPAR, 2018.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 123-148. Disponível: [123-148-RCCS63 \(uc.pt\)](#) . Acesso em 07/07/2021.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. Guia Urban95 ideias para ação. Porque focar na primeira e primeiríssima infância. Iniciativa da Fundação Bernard Van Leer. [bernardvanleer.org/u95-sk](#). Tradução Fundação Bernard Van Leer. 07 de outubro de 2019. 97p.

GASTAL, S. “Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local”. Turismo investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69-81.

GATTI, Simone. Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HECKMAN, James. James Heckman muda a equação para a prosperidade americana. 2013.

LEITE, João de D.; PACÍFICO FILHO, Miguel; PIRES, Maria Cilene. Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira O caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. Cidades, Comunidades e Territórios, 42 (Jun/2021), pp. 129–145. Disponível: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/20612/17677> . Acesso: 26/06/21.

MENDONÇA, Eneida Maria de S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos & Pesquisas em Psicologia. Vol.7, n. 2, 2007. Disponível: Apropriações do espaço público: alguns conceitos | Mendonça | Estudos e Pesquisas em Psicologia (uerj.br) . Acesso: 07/07/2021.

MEYER, Bernhard. Cidades para brincar: uma mudança de

perspectiva para o espaço público/Bernhard Meyer, Stefanie Zimmermann; tradução Gerhard Brodt. 1. Ed. São Paulo: Instituto Alana, 2020.

OLIVEIRA, Milena Behling. Lugares e Memórias: patrimônios afetivos de Morro Redondo – RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, 2019.

PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; TELES, Marcela P. L.; CANÇADO, Airton Cardoso. Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. Revista REDES (Sta Cruz do Sul, online). Vol. 25, edição especial, p 1477-1503, 2020. Disponível: Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades | Pacífico Filho | Redes (unisc.br) . Acesso: 26/06/2021.

PASQUOTTO, Geise B. A utilização do Marketing urbano no planejamento estratégico do Rio de Janeiro. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. V. 04, n. 24, pp. 114-127, 2016.

PIAGET, J. Las relaciones entre la inteligencia y la afectividad en el desarrollo del niño. In G. Dalahanty & J. Perrés (Orgs.), Piaget y el psicoanálisis (pp. 181-289). Organizações & Sociedade, 2020, 27(94) 482 Ciudad de México, México: Ed. Universidad Autónoma Metropolitana. (Trabalho original publicado em 1953), 1994.

ROLNIK, Suely. Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANCHÉZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista Sociologia

Política. Curitiba, vol. 16, pp. 31-49, jun 2001.

SANDRONI, Laila; TARIN, Bruno. Limites e possibilidades da cartografia afetiva enquanto método de pesquisa nas ciências sociais. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN, pp. 1-18. Natal, agosto de 2014. Disponível: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) - 065. Os estudos socioespaciais e a antropologia contemporânea: trajetórias, diálogos e cooperação (abant.org.br) . Acesso: 26/06/2021.

SILVA, Debora Linhares; BONFIM, Zulmira A. C. Relações entre a Estima de Lugar e a construção dos Projetos de Vida de jovens adolescentes de escolas públicas de Fortaleza/CE – um estudo avaliativo. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 14(1), São João Del Rei, pp. 1-20. janeiro-março 2019. Disponível: 08.pdf (bvsalud.org) . Acesso em 24/06/2021.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; FREITAS, Fernanda S.; MATTOS, Mariana M. Da cartografia afetiva à análise urbana: olhares fenomenológicos sobre a rua Halfeld. XVIII ENANPUR, p. 1-11, 27 a 31 de maio de 2019. Disponível: capapdf.php (anpur.org.br) . Acesso: 26/06/2021.

SEÇÃO 2



CIDADE PARA DIVERSIDADE

Cidade e Diversidade

Desejos

Desejo flores
e amores
sem vírus
de isolar

Desejo céus
de passarinhos
sem gripe
de matar

Desejo amores
de verdade
de luares
de luta

Wallace Rodrigues

CAPÍTULO 4

USABILIDAD DE LOS DATOS: DOS DISEÑOS DE PRESUPUESTO PARTICIPATIVO EN MÉXICO

Rosa Ynés Alacio-García¹

Introducción

¿Cómo influye el criterio geográfico en el diseño de participación institucionalizada? Los sistemas de información geográfica son útiles para visibilizar la representación del espacio habitado que se implementa en el diseño de propuestas de participación institucional, tal como, la política pública de presupuestos participativos. ¿Qué se elige, para qué, y dónde? Los resultados son un motivador de la participación ciudadana, y abonan en la confianza que los gobernados depositan en tales propuestas de posible intervención en el uso del dinero público.

Este capítulo tiene como objetivo reflexionar sobre el peso del diseño espacial en la implementación de presupuestos participativos, puesto que, el tamaño y las características poblacionales dotan de atributos distintos a montos económicos, y tipos de propuestas de intervención de los habitantes de una organización político administrativa.

¹ Este capítulo forma parte del Proyecto de investigación, La Participación Ciudadana: diseños institucionales y prácticas electorales, inscrito en el Colegio de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de la Ciudad de México.

Epistemología cartográfica: diseños espaciales y banco de datos

La apropiación del objeto ocurre al ubicar el significado del rasgo y su movimiento como construcción de la realidad, donde el dato es “una herramienta primaria en el acto de conceptualización” (Prada, 1987: 312). Los datos son significados atribuidos a signos que representan “algo de la realidad”, y la acción de comunicarlos da significado a esta práctica social de intercambio como una función circulatoria que resulta de un proceso global anclado en la importancia de su formulación (Prada, 1987: 307-308).

Los conceptos científicos en ciencias sociales requieren una conciencia metodológica con paradigmas que trasciendan las corrientes internacionales dominantes y sus jerarquías, en donde también se han impuesto las dinámicas, los valores, las modas, los liderazgos y los micro poderes institucionales de control (De la Garza, 1989: 105-106). “Los nuevos métodos pertenecen a una epistemología basada en la praxis”, en otras palabras, ¿para qué conocemos? Los instrumentos de conocimiento son también una posibilidad de intervención, y, por tanto, una posible transformación del conocimiento (Martín Serrano, 1978: 20).

La capacidad explicativa de los hechos se conecta con la interpretación de los datos, donde la selección de estos datos alimenta la construcción de las teorías, en tanto, el contexto social influye al condicionar y modular su interpretación (García, 2001: 618). Si bien, el marco epistémico condiciona la teoría, no determina su contenido por la multiplicidad de marcos conceptuales, incluso, en algunos casos contradictorios, los cuales, no necesariamente reorientan “los aspectos epistémicos base” (García, 2001: 619).

Epistemológicamente, el problema es cómo captar la realidad en transformación, impulsada por factores estructurales y a la vez subjetivos, tanto en cuanto acción como en cuanto subjetividad. Con ello quedan problematizadas las nociones de explicación y predicción tradicionales en la filosofía de la ciencia. En particular, la epistemología crítica se interesa por la construcción de sujetos sociales transformadores, porque sin entender estos procesos tampoco se comprendería el cambio social. (De la Garza, 2001: 110-111).

¿Quiénes cuentan con las bases de datos de los presupuestos participativos? La respuesta parece inicialmente obvia: los poderes que los han diseñado, y las instituciones que ejecutan su implementación. La epistemología cartográfica se conecta con la usabilidad de los datos, que visibiliza los espacios habitados de implementación del dinero público abanderados por formatos participativos. Los bancos de datos sobre el presupuesto participativo disponible en cada portal, y su usabilidad, son insumos base para comprender la dinámica a partir de los distintos componentes de análisis, uno de estos componentes es el diseño espacial.

¿Bajo qué principios se diseñan los polígonos de los presupuestos participativos y cuáles son las características para acceder fácilmente a esa información?

Usabilidad de los datos, cartografía digital y fuentes de información geográfica

Los responsables de los presupuestos participativos son los diseñadores y ejecutores de esta política pública, y quienes tendrían que facilitar la información a los beneficiarios. Los objetivos

del diseño y los datos que se generan están conectados con los incentivos políticos y la voluntad de aquellos quienes delinear su diseño.

Las decisiones de los gobernantes, y los formatos de implementación de los funcionarios de la administración pública son los motores de las buenas prácticas de estos ejercicios, donde la usabilidad de los datos cobra un papel fundamental.

La usabilidad (dentro del campo del desarrollo Web) es la disciplina que estudia la forma de diseñar sitios Web para que los usuarios puedan interactuar con ellos de la forma más fácil, cómoda e intuitiva posible. La mejor forma de crear un sitio Web usable, es realizando un diseño centrado en el usuario, diseñando para y por el usuario, en contraposición a lo que podría ser un diseño centrado en la tecnología o uno centrado en la creatividad u originalidad. (SÁNCHEZ, 2011: 7).

Si los usuarios tienen problemas al navegar entonces es necesario diseñar una solución y probar nuevamente el sitio (Krug, 2006: 135). La verdadera claridad se aprecia (Krug, 2006: 140), incluso vale la pena considerar “la usabilidad como cortesía común” (Krug, 2006: 160).

Los principios para diseñar interacción independientemente de las características tecnológicas son: visibilidad, retroalimentación, consistencia esto significa el cumplimiento de estándares mínimos, aunque algunos métodos están patentados, escalabilidad para funcionar en cualquier tamaño de pantalla, y capacidad de detección

que permite desplegar menús (Norman y Nielsen, 2010: 46-48).

Quienes desarrollamos sistemas en las redes de información por internet, ubicamos en la evaluación heurística un método de inspección de usabilidad como el camino práctico, económico y que permite sumar a los usuarios reales (Allett, Ballman, Begg y otros, 1993: 254). Sin embargo, ante la existencia de todo un conjunto de profesionales responsables de la interfaz que emite opiniones sobre los usuarios, y sobre sus necesidades en la navegación de los portales de información, entonces ¿quién necesita al usuario real? (Allett, Ballman, Begg y otros, 1993: 252).

Involucrar a los usuarios puede ser una meta, no obstante, su participación no ocurre como lo sostienen los libros de texto, por tanto, para asistir este proceso se han desarrollado técnicas de evaluación heurística tal como: diseños participativos, recorridos cognitivos, análisis de tareas, y creación rápida de prototipos (Allett, Ballman, Begg y otros, 1993: 251). Y es que el diseño participativo no es la respuesta a todos los problemas, sin embargo, las técnicas disponibles pueden ayudar a superar los desafíos, ante esto es recomendable utilizar recursos como: los métodos etnográficos, las conferencias estructuradas, los enfoques teatrales, las simulaciones de baja tecnología, la creación de prototipos de alta tecnología, los juegos semiestructurados y los entornos sofisticados personalizados (Allett, Ballman, Begg y otros, 1993: 254).

Por tanto, la usabilidad de los datos es un elemento fundamental para impulsar la participación, otro está centrado en la calidad de los datos, su fiabilidad desde las fuentes de información, y finalmente la claridad sobre los criterios de la cartografía participativa, el impulso a la transparencia y la sinceridad en los resultados.

¿La transparencia y los datos abiertos caminan juntos? No hay una relación directa entre el índice de transparencia digital y las acciones de datos abiertos en cada gobierno local, la discusión apunta a una falta de democracia digital con capacidad para impulsar la transparencia y las acciones de datos abiertos de los gobiernos (Araujo y otros, 2016: 65).

El índice de transparencia digital evalúa cuatro elementos centrales: la usabilidad, la accesibilidad, la calidad y la diversidad de la información, con el objetivo de estudiar la transparencia de los portales web (Araujo y otros, 2016: 67). Los datos abiertos constituyen una metodología para divulgar las cifras del gobierno en formatos útiles a su procesamiento que permitan diferentes análisis, aumenten la transparencia e impulsen una mayor política de participación ciudadana, colaboración y debate favorable a la democracia (Araujo y otros, 2016: 68). La publicidad como política pública es el principal obstáculo para impulsar la transparencia y las acciones de datos abiertos, lo que lleva a enfatizar el necesario cambio de mentalidad en la esfera del gobierno (Araujo y otros, 2016: 79).

La cartografía digital como apoyo visual sobre la representación de cifras, es la primera ruta para clarificar el espacio habitado de cada lugar donde se implementa una política pública de presupuesto participativo. El mapa representa datos sobre temas de participación. Los mapas ubican personas y grupos de personas con características de salud, educación, ingreso, tipo de vivienda, y de alguna forma desde los procesos participativos visibilizan el habitus ciudadano (Alacio, 2018: 128).

¿Para qué los mapas? Auxilian a homogeneizar datos, y facilitan los cambios en la agregación y desagregación de las cifras.

También visibilizan gráficamente lugares anclados en demarcaciones político administrativas. Cada capa de información que conforma un mapa tiene una utilidad, en paralelo ofrece la mirada epistemológica de sus diseñadores, también la voluntad y los incentivos para transparentar la información.

La usabilidad de los datos no necesariamente involucra mapas. Tampoco el índice de transparencia digital condiciona el uso de una cartografía. El capítulo conecta estos elementos desde la puesta en marcha de los presupuestos participativos como un aporte a su impulso, puesto que cada dato se liga al espacio y a un resultado concreto: el uso del dinero público desde esta política de los gobiernos.

El presupuesto participativo: un concepto con significados diferentes

El presupuesto participativo fue diseñado en Brasil como una institución deliberativa (Avritzer y Ramos, 2016: 2). Los requisitos de la deliberación los delinea Jürgen Habermas destacando la eliminación de todos los privilegios, la accesibilidad general, y el establecimiento de normas racionales de legitimidad (1974: 50).

Las instituciones de deliberación tienen condiciones previas importantes que permiten lograr el éxito, tal como voluntad política, capital social, personal competente, tamaño reducido de la demarcación, recursos suficientes, legislación y descentralización política, la existencia de un diseño institucional con contenido de planeación a largo plazo, enfoque de necesidades inmediatas, características de la estructura, proceso de deliberación, supervisión y reglas, así como información disponible (Goldfrank, 2006: 6-8).

El conjunto de incentivos e intereses personales y de grupo se suma al proceso variante de apropiación de derechos de los habitantes. A esto se añaden los distintos niveles de confianza y desconfianza por parte de los gobernados como consecuencia de los resultados sobre el uso del dinero público.

La metodología en Belo Horizonte se ajustó a los cambios en la normatividad (Almeida, 2008: 3). La implementación del presupuesto participativo en el mundo ha ocurrido en cuatro etapas: la primera fue de experimentación, la segunda consistió en una masificación, la tercera de diversificación, y la cuarta fue de consolidación en los continentes (Cabannes, 2019: 2-3).

El presupuesto participativo se ha estudiado a partir de tres dimensiones analíticas: como concepto y sus diferentes definiciones incluidas aquellas analizadas desde la legislación y la normatividad en los distintos momentos de incorporación; aquellas que documentan el proceso en casos de presupuesto participativo, y los estudios comparados que ubican similitudes, diferencias y tipologías.

El diseño institucional del presupuesto participativo divide dos procesos diferentes, la consulta y la deliberación (Montecinos, 2014: 352). Las definiciones son variantes, quienes lo ubican principalmente como una metodología de gestión presupuestaria pública innovadora y renovadora de la democracia y de la calidad del gasto público, con reconocimiento de las instituciones internacionales (Pires y Pineda, 2008: 208; Pineda y Pires, 2017: 436-439); aquellos que lo encuentran como un instrumento de lucha, principalmente de los barrios pobres y las favelas (Prefeitura de Belo Horizonte citado en Almeida Cunha, 2008: 3), o quienes lo destacan como un proceso de toma de decisiones basado en reglas generales y en criterios de justicia distributiva, con reconocimiento de derechos

colectivos urbanos y reivindicaciones mediante un proceso complejo de negociación, que tiene lugar en las reuniones intermedias, en las Asambleas de Distrito y Temáticas, y en el consejo (De Sousa y Avritzer, 2005: 82).

Hay contenidos que recuperan su proceso como democracia directa, voluntaria y universal, donde el pueblo puede discutir y decidir sobre el presupuesto y las políticas públicas (Ubiratan de Souza citado en UN-Hábitat, 2004: 20); o como una herramienta de participación ciudadana a través del proceso de consulta popular, para el uso de fondos públicos y la elaboración de proyectos (Ramelia y Galván, 2012: 191); otros más lo destacan como un elemento periférico a las estructuras del poder local sobre el margen de maniobra de los participantes, con una sobre determinación técnica de los procedimientos dentro de las administraciones (Ganuza y Baiocchi, 2014: 65); también como un impulso al liderazgo que articula la participación comunitaria (Álvarez y González, 2014: 114); como una “estrategia de convivencia y gobernabilidad democrática” que ayuda a transformar y superar la violencia (Alonso, 2009: 181); y como un mecanismo de toma de decisiones de los recursos disponibles por parte de la ciudadanía, que abarcan gastos participativos simbólicos con poco impacto transformador, y vectores de cambio estructural en los sistemas de gobernanza de las ciudades (Cabannes, 2019: 2). La capacidad de asociacionismo es el mayor aporte, en contraparte al potencial proceso como estrategia electoral (Banco Interamericano de Desarrollo, 2005: 6).

La definición de presupuesto participativo en las experiencias ocurridas en la Ciudad de México durante los años fiscales 2011 a 2019 fue la siguiente: es una partida presupuestal del

gasto público, que se ejerce a través de la transferencia de formatos dirigidos por los gobernantes, para realizar acciones que son competencia de la administración pública, involucrando la satisfacción de alguna necesidad colectiva de los gobernados en un territorio concreto (Alacio, 2021: 314). Para usos de este capítulo, se define presupuesto participativo como una política pública basada en formatos, que consideran la opinión de los beneficiarios en el uso de una partida presupuestal anual de egresos o a un porcentaje de la recaudación fiscal aplicado a un lugar perteneciente a una demarcación político administrativa.

Las experiencias de presupuesto participativo ocurridas en los Municipios del área metropolitana de Guadalajara, y en las Unidades Territoriales de la Ciudad de México resaltan distintos modelos de implementación de este recurso público en gobiernos locales mexicanos. También obliga a definir tres componentes diferentes: el primero basado en la organización político administrativa diferenciada, el segundo a partir de dos propuestas de diseños de presupuesto participativo, y el tercero desde la epistemología cartográfica de implementación de esta política pública, y una distinta transparencia digital y usabilidad de los datos visibilizando paralelamente el tipo de resultados.

Dos modelos de organización política en México

En México hay dos tipos de organización político administrativa local: los municipios y las demarcaciones territoriales (art. 4 CPEUM). Las entidades federativas y los municipios tienen capacidad de “adquirir y poseer los bienes raíces necesarios para los servicios públicos” (Art. 27 Fracción VI CPEUM). La Federación Mexicana se

conforma “por Estados libres y soberanos en todo lo concerniente a su régimen interior, y por la Ciudad de México” (art. 40 CPEUM).

Artículo 43 CPEUM. Las partes integrantes de la Federación son los Estados de Aguascalientes, Baja California, Baja California Sur, Campeche, Coahuila de Zaragoza, Colima, Chiapas, Chihuahua, Durango, Guanajuato, Guerrero, Hidalgo, Jalisco, México, Michoacán de Ocampo, Morelos, Nayarit, Nuevo León, Oaxaca, Puebla, Querétaro, Quintana Roo, San Luis Potosí, Sinaloa, Sonora, Tabasco, Tamaulipas, Tlaxcala, Veracruz de Ignacio de la Llave, Yucatán y Zacatecas; así como la Ciudad de México. Última reforma 17-05-2021.

Artículo 44 CPEUM. La Ciudad de México es la entidad federativa sede de los Poderes de la Unión y Capital de los Estados Unidos Mexicanos; se compondrá del territorio que actualmente tiene y, en caso de que los poderes federales se trasladen a otro lugar, se erigirá en un Estado de la Unión con la denominación de Ciudad de México. Última reforma 29-01-2016.

El artículo 115 de la CPEUM ubica al Municipio como la división territorial de los Estados. El Municipio es la base de los Estados y de su organización política y administrativa. Cada Municipio tiene su régimen interior y una forma de gobierno propio. En el artículo 115 se detalla la personalidad jurídica de los municipios, su facultad para expedir reglamentos, circulares y disposiciones administrativas para regular sus competencias, y también asegurar la participación ciudadana y vecinal.

La Ciudad de México está regulada por el artículo 122

Constitucional, y cuenta con autonomía en la organización político administrativa, así como en su régimen interior. La división territorial de la Ciudad de México está conformada por Alcaldías; “las Alcaldías son órganos políticos administrativos” (art. 122 apartado a CPEUM).

El municipio es un órgano de gobierno, recibe aportaciones de la Federación, y realiza cobros por pago predial (impuesto a la propiedad inmobiliaria); la Alcaldía es un órgano político administrativo, y sólo recibe aportaciones del presupuesto de egresos anual aprobado por el Congreso de la Ciudad de México, y de la Hacienda Pública del Gobierno de la Ciudad de México (Instituto Nacional para el Federalismo y el Gobierno Municipal, Gobierno de México).

Por tanto, estamos ante dos formas de gobierno diferentes: Jalisco que es un Estado de la Federación Mexicana y jurídicamente también es reconocido como una Entidad Federativa, y está conformado por Municipios. Los Municipios tienen competencia para crear la normatividad que les permita mejorar su funcionamiento, y también tienen la atribución de recaudar impuestos a la vivienda.

La Ciudad de México no es Estado sino una Entidad Federativa, y está constituida por 16 Alcaldías. Las Alcaldías dependen del Presupuesto Local, y no pueden legislar.

Dos diseños de presupuesto participativo (PP)

El presupuesto participativo de la Ciudad de México está regulado por la Ley de Participación Ciudadana de la Ciudad de México. Esta Ley fue aprobada por el Congreso Local, y publicada en la Gaceta Oficial de la Ciudad de México el 12 de agosto de 2019. La Ley de Participación Ciudadana de la Ciudad de México

derogó a la Ley de Participación Ciudadana del Distrito Federal.

El presupuesto participativo en la Ciudad de México funciona como un modelo de gobernanza electoral, donde intervienen el Congreso Local (quien aprueba la Ley), La Jefatura de Gobierno (responsable de publicar la Legislación en la Gaceta Oficial de la Ciudad de México), el Instituto Electoral de la Ciudad de México (responsable de organizar el proceso), el Tribunal Electoral de la Ciudad de México (responsable de resolver las controversias), y los funcionarios de las Alcaldías junto con un Comité de expertos (responsables de aprobar la viabilidad de los proyectos de PP que se someterán a consulta).

En el Área Metropolitana de Guadalajara es diseñado normativamente por cada Municipio, y solicitan apoyo al Instituto Electoral y de Participación Ciudadana de Jalisco quien presta las urnas electrónicas. Por tanto, el modelo es colaborativo, aunque la responsabilidad directa recae en las oficinas recaudadoras del impuesto. También cada Municipio decide el porcentaje del total de la recaudación que se destinará anualmente al PP. Las Administraciones Municipales han redactado el reglamento para realizar la consulta de presupuesto participativo, aunque existe una legislación Estatal que lo incorpora.

Tres elementos destacados en estas dos políticas de PP son: el diseño geográfico que determina los polígonos de participación, el proceso para definir los problemas públicos vinculados con la propuesta de rubros para aplicar el dinero, y el manejo de las partidas de presupuesto, así como su aplicación con resultados concretos.

El proceso de implementación del presupuesto participativo en la Ciudad de México está conformado por un engranaje complejo

de etapas. El presupuesto participativo en el Área Metropolitana de Guadalajara ha funcionado desde la oficina del impuesto predial, a través de una votación para realizar obras de infraestructura con presupuesto variable en cada municipio, donde, las primeras experiencias obligaron a los votantes pagar el impuesto predial anual, como un requisito previo al derecho para opinar a través de la votación electrónica centrada en una obra de infraestructura. Actualmente, el periodo para votar continúa durante el tiempo del pago del impuesto a la vivienda (conocido como impuesto predial), también la ubicación para votar está en las oficinas de este pago, sin embargo, el derecho ya no está obligado a cubrir el monto de este impuesto.

Uno de los logros de esta implementación de PP en el Área Metropolitana de Guadalajara fue el incremento en la recaudación del impuesto, y en paralelo la ejecución de las obras de infraestructura más votadas en los municipios.

El diseño de presupuesto participativo en la Ciudad de México

La Ciudad de México tiene su nombre a partir de la Reforma Constitucional del 19 de enero de 2016 publicada en el Diario Oficial de la Federación, pues anteriormente, a este mismo territorio político se le nombraba como Distrito Federal. Ver mapa 1.

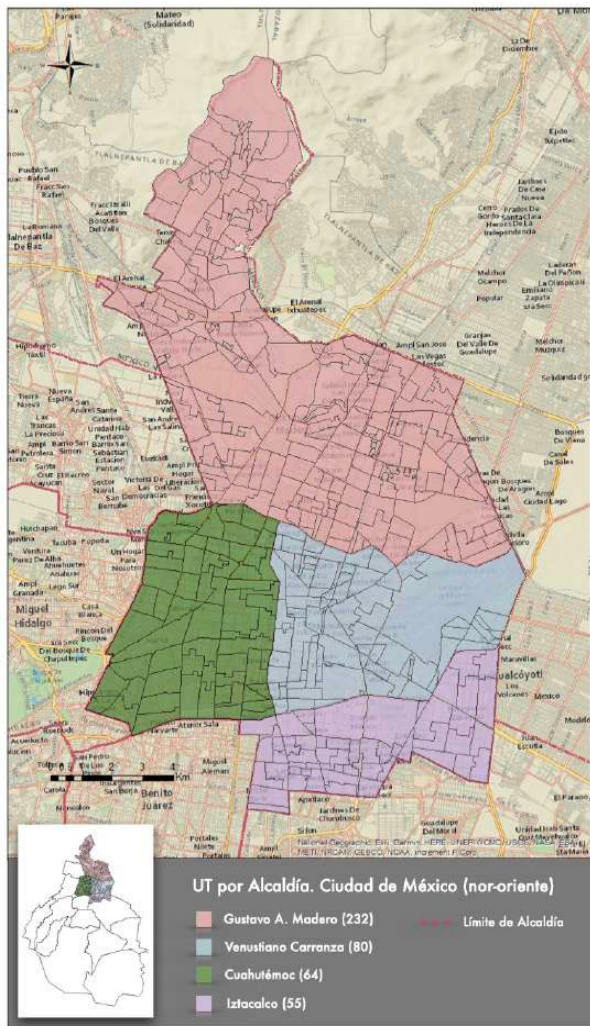
Mapa 1 - Ubicación de la Ciudad de México



Elaboración en ArcGIS construido con la base de datos de la Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (CONABIO).

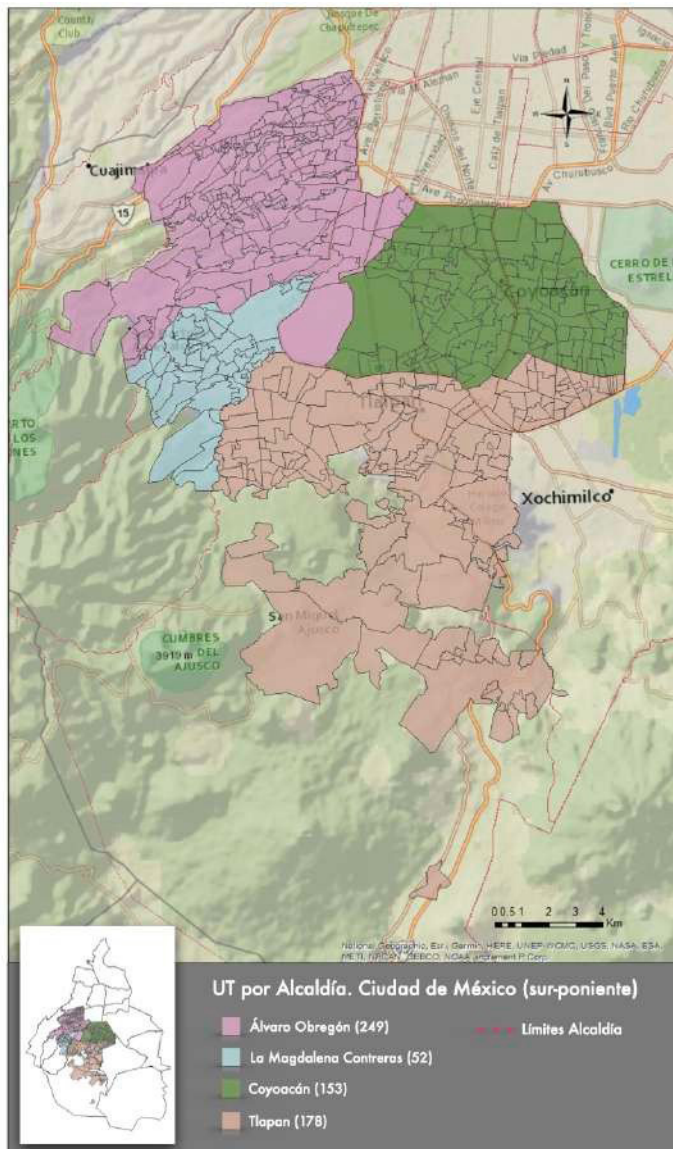
Los mapas 2, 3, 4 y 5 se diseñaron con la información disponible en la plataforma sobre las Unidades Territoriales de cada Alcaldía, en la página del Instituto Electoral de la Ciudad de México quien es responsable de organizar este proceso de consulta.

Mapa 2 - UT en cuatro Alcaldías del Nor-Oriente



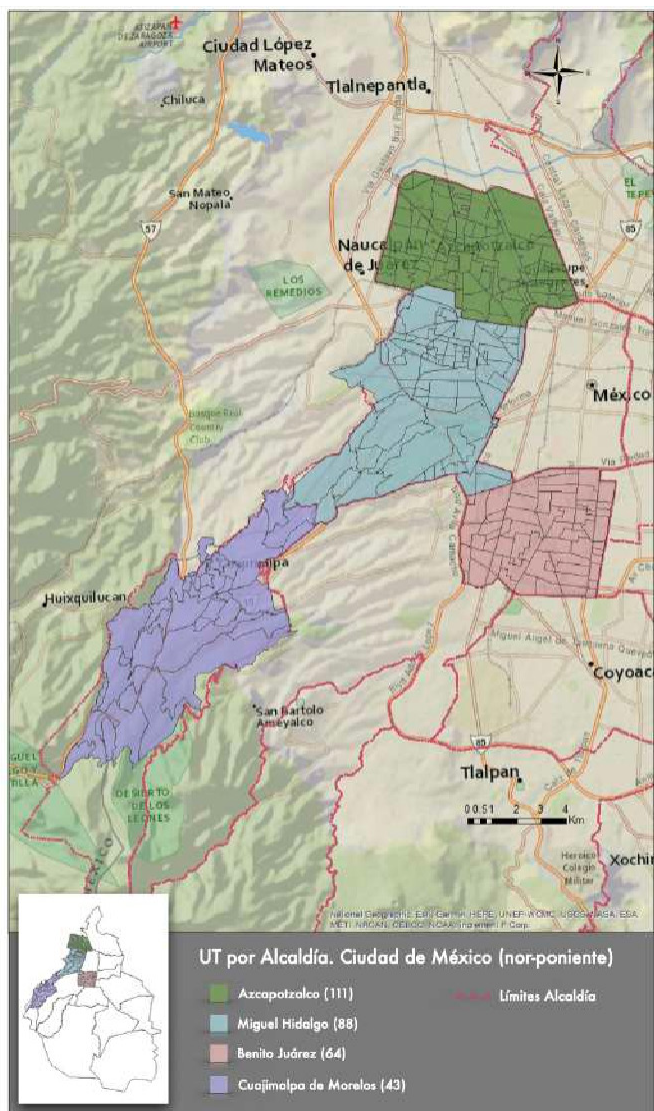
Elaboración en ArcGIS construido con la base de datos de Unidades Territoriales del Instituto Electoral de la Ciudad de México.

Mapa 3 - UT en cuatro Alcaldías del Sur-Poriente



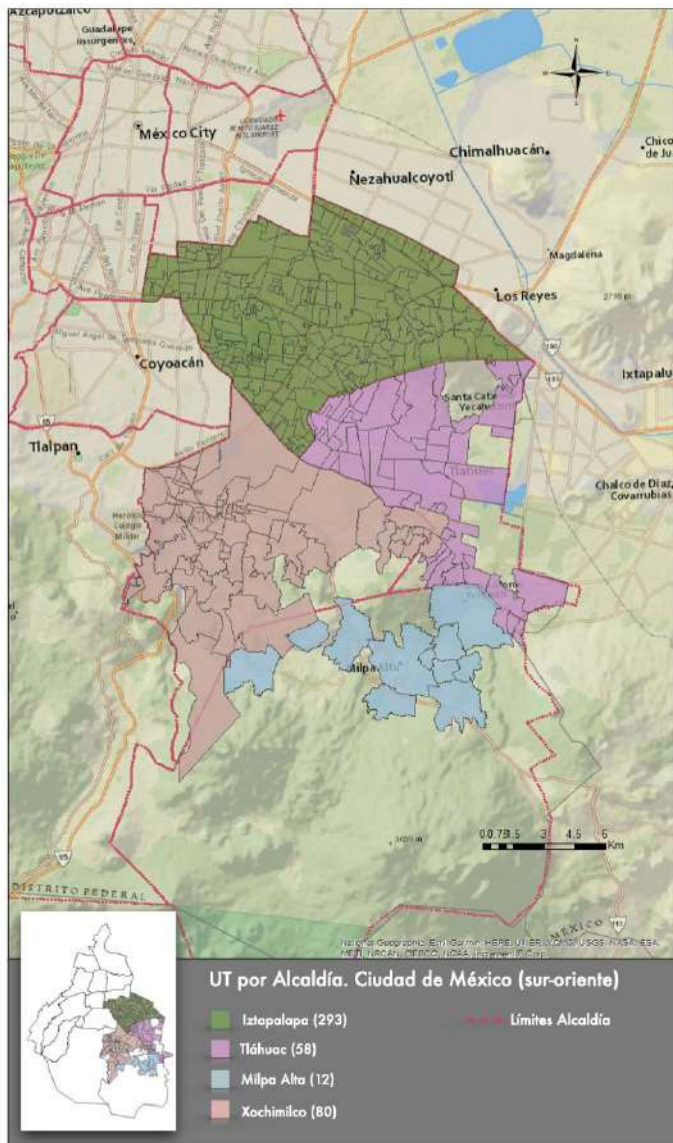
Elaboración en ArcGIS construido con la base de datos de Unidades Territoriales del Instituto Electoral de la Ciudad de México

Mapa 4 - UT en cuatro Alcaldías del Nor-Poniente



Elaboración en ArcGIS construido con la base de datos de Unidades Territoriales del Instituto Electoral de la Ciudad de México.

Mapa 5 - UT en cuatro Alcaldías del Sur-Oriente

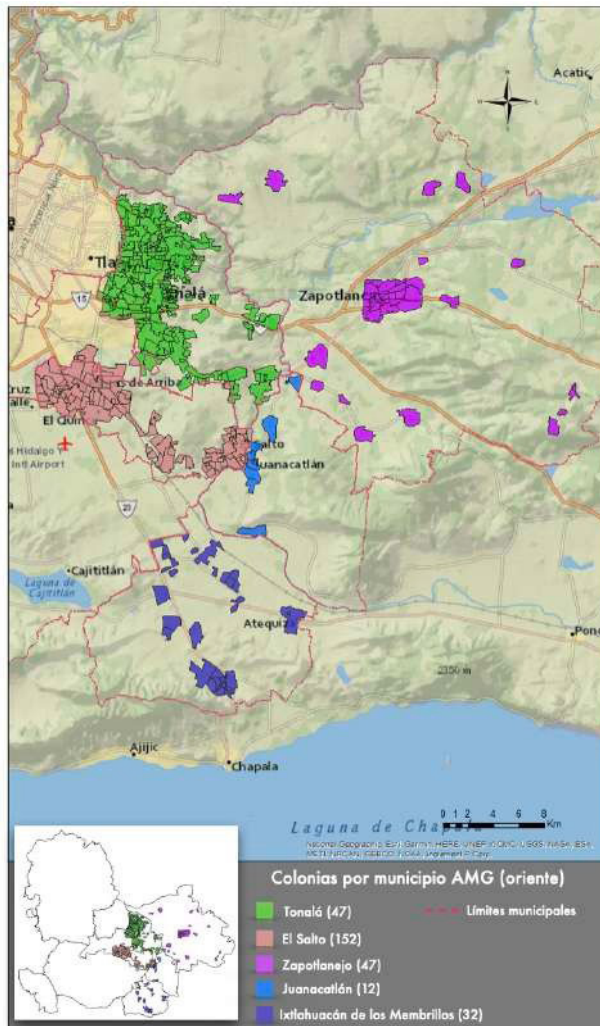


Elaboración en ArcGIS construido con la base de datos de Unidades Territoriales del Instituto Electoral de la Ciudad de México.

“El Área Metropolitana de Guadalajara se localiza en la parte central del estado de Jalisco y oficialmente la conforman ocho municipios, de los cuales seis se consideran como centrales y dos como exteriores, los cuales aunque son considerados dentro de el Área Metropolitana no forman parte de su continua mancha urbana, siendo estos los de Juanacatlán e Ixtlahuacán de los Membrillos.” (Gobierno del Estado de Jalisco, 2021).

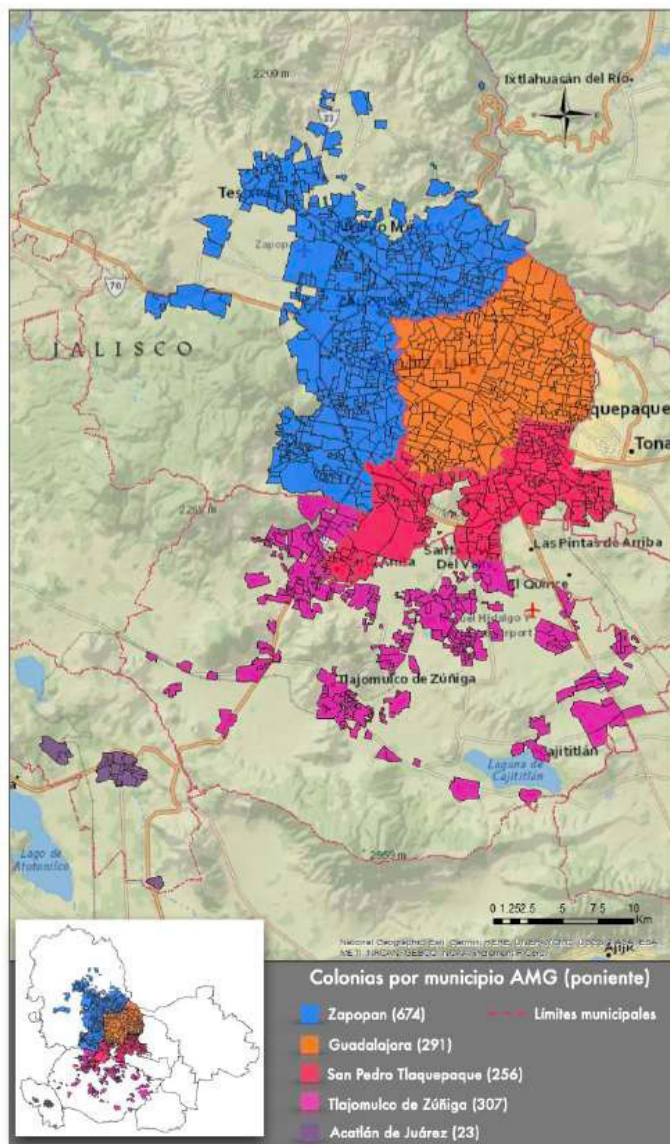
Los mapas 7 y 8 muestran los municipios del Área Metropolitana de Guadalajara, a partir del número de sus colonias visibilizando el espacio urbano, donde las marcaciones verdes y blancas significan los espacios naturales.

Mapa 7 - Municipios del Oriente del AMG



Elaboración en ArcGIS construido a partir del número de colonias, con el catálogo de la Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (CONABIO).

Mapa 8 - Municipios del Poniente del AMG



Elaboración en ArcGIS construido a partir del número de colonias, con el catálogo de la Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (CONABIO).

Discusión

Cada portal municipal en el Área Metropolitana de Guadalajara presenta información diferente sobre los presupuestos participativos. Incluso algunos Municipios informan desde Facebook y Twitter. No existe una homogeneidad en la información. Hay pocos datos y el acceso no es sencillo. Incluso, hay propuestas de aplicación sobre el presupuesto participativo que contemplan la ejecución por zonas, las zonas incluyen varias colonias, sin embargo, esta información no se muestra en los portales municipales.

La motivación para participar en las consultas de presupuesto participativo se conectó inicialmente, con el deber de realizar el pago anual del impuesto predial en los municipios de Jalisco. Circunstancia que matiza el análisis sobre los porcentajes de participación.

Por otra parte, la página del Instituto Electoral de la Ciudad de México contiene toda la información sobre el presupuesto participativo, no obstante, para tener acceso a los datos desagregados es necesario que el usuario ingrese un número de sección electoral. El despliegue de los datos por sección electoral obliga a emplear una gran cantidad de horas para informarse sobre el avance en cada lugar. A esto se añade, la falta de información sobre el histórico de cada presupuesto participativo durante el periodo 2011 a 2019, que fue la etapa de los primeros ejercicios de esta política pública desde la Ley de Participación Ciudadana del Distrito Federal.

La aplicación de cada presupuesto participativo en la Ciudad de México es por Unidad Territorial, sin embargo, para obtener información desagregada, el usuario tiene que ingresar el número de su sección electoral. ¿Cómo explicar fácilmente a un vecino potencialmente interesado en participar la diferencia entre sección

electoral, unidad territorial y colonia? A esto se añade el pulso ciudadano sobre el resultado de cada consulta de presupuesto participativo destacando la falta de su aplicación, los cambios al momento de la ejecución, y la débil transparencia.

Las experiencias de presupuesto participativo dieron inicio en 2011 como una implementación sistemática, tanto en Municipios de Jalisco, como en toda la Ciudad de México, sin embargo, el débil avance en la usabilidad de los datos y en los índices de transparencia, visibilizan la agenda pendiente.

Consideraciones finales

El capítulo inicia preguntando sobre la influencia del criterio geográfico en el diseño de la participación institucionalizada. Los esfuerzos se orientan en el papel de la usabilidad de los datos, y del índice de transparencia, concretamente en dos propuestas de presupuesto participativo: la municipal en el Área Metropolitana de Guadalajara y por Alcaldías en la Ciudad de México.

A través de los sistemas de información geográfica se han visibilizado los espacios de esta participación que involucra el uso del dinero público. El peso del diseño espacial en la implementación de presupuestos participativos, se combina con el acceso a los datos desagregados y completos para destinar montos económicos a tipos de propuestas de intervención de los habitantes de una organización político administrativa.

Hay tres tipos de características sobre la disponibilidad de la información: 1. La usabilidad de los datos es débil, 2. No hay una homogeneidad en la cartografía de los presupuestos participativos, 3. La transparencia es baja, sumado a un acceso y presentación

diferente de los datos, y difícil muestra de cifras. Tampoco hay una trayectoria histórica que destaca los resultados.

Las cifras para qué y cómo forman parte de la reflexión sobre la epistemología del dato, y la epistemología cartográfica con diseños espaciales y bancos disponibles que hasta el momento no se presentan de fácil consulta. Por tanto, el proceso de participación también tiene otra dimensión: la digital a través de la usabilidad de los datos y la transparencia de las cifras.

El presupuesto participativo tiene incentivos políticos y voluntad. Las metodologías de su implementación son distintas, flexibles y adaptables, esto explica las olas de experimentación, expansión y en algunos casos consolidación. Los conceptos que las dinamizan también son diferentes, y se ciñen a sus legislaciones y normas.

Para el caso de México ha sido implementado de manera sistemática en dos modelos de organización político administrativa diferente: los municipios en la Entidad Federativa que es también Estado, el de Jalisco; y en las alcaldías (antes delegaciones) en la Entidad Federativa Ciudad de México que no es Estado Federado.

A esta distinción política se suma la diferencia en los diseños de PP. En el caso de la Ciudad de México se ha implementado como una gobernanza electoral donde intervienen distintos Poderes e Instituciones. En tanto, en el Área Metropolitana de Guadalajara se impulsa desde los gobiernos Municipales, a partir de la reglamentación local, aunque el artículo 11 de la CPEJ incorpora al PP.

La cartografía digital muestra territorios distintos ubicando los espacios urbanos y las áreas naturales, donde potencialmente se aplican las propuestas de presupuesto desde algún motivador participativo.

Bibliografía

Alacio García, Rosa Ynés (2021), “Experiencias de presupuesto participativo: Jalisco, Puebla y Ciudad de México en 2018”, en *Regiones y desarrollo sustentable* Vol. 21 No. 41. México: El Colegio de Tlaxcala, pp. 307-337.

Alacio García, Rosa Ynés (2019), “Habitus ciudadano y formas de participación”, en Lidia de Oliveira Xavier, Carlos F. Domínguez Avila, Vicente Fonseca (Organizadores), *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa* Volume 4. Brasil: Red de Estudios de la calidad de la democracia en América Latina- ALACIP- IPSA AISP- Editora CRV, pp. 119-135.

Allett, C. Dennis, Don Ballman, Vivienne Begg, Harold H. Miller-Jacobs, Michael Muller, Jakob Nielsen, and Jared Spool (1993) “User involvement in the design process: why, when and how?”, *Conference on Human Factors in Computing Systems*. Amsterdam-New York: CHI’93 ACM, pp. 251-254.

Almeida Cunha Filgueiras, Cristina (2008), “Presupuesto Participativo y la población de favelas y de la calle”, *Revista Ciudades* No. 80 Vol. 20. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, pp. 2-16.

Alonso Urán Arenas, Omar (2009), “Participación ciudadana y transformación democrática del conflicto urbano: notas a propósito del Programa de Presupuesto Participativo en la Ciudad de Medellín”, en *Cadernos IPPUR/ Revistas UFRJ* Vol. 23 No. 1. Río de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 175-200.

Álvarez Henao, Diana Marcela y González Uribe, Yubinza Eliana (2014). *Presupuesto participativo, liderazgo comunitario y participación comunitaria, ejes articuladores para el desarrollo*

social: revisión documental. En Revista Colombiana de Ciencias Sociales, vol. 5 núm. 1, enero-junio. Fundación Universitaria Luis Amigó. Medellín. Pp. 99- 121.

Araujo, Ana Carolina, Lucas Reis y Rafael Cardoso Sampaio (2016), “Do transparency and open data walk together? An analysis of initiatives in five Brazilian Capitals”. *Medijske Studije Media Studies* Vol 7 No. 14. Republic to Croatia: Faculty of Political Science of the University of Zagreb, pp. 65-83.

Avritzer, Leonardo y Alfredo Ramos (2016), “Democracia, escala y participación: reflexiones desde las instituciones participativas Brasileñas”, *Revista Internacional de Sociología*, julio- septiembre Vol. 74 No 3. España: Instituto de Estudios Sociales Avanzados, pp. 1-15.

Banco Interamericano de Desarrollo (2005), *Evaluación del Presupuesto Participativo en Brasil*, BID Departamento de Desarrollo Sostenible. Washington D.C. EEUU: Departamento de Desarrollo Sustentable BID.

Cabannes, Yves (2019), “The contribution of partipatory budgeting to the achievement of the Sustainable Development Goals: lessons for policy in Commonwealth countries”, *Commonwealth Journal of Local Governance* Vol. 21. Reino Unido: Universidad de Cardiff- Centro de Gobierno Local de UTS, pp. 1-19.

CPEUM (2021), *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. CPEJ (2020), *Constitución Política del Estado de Jalisco*.

De la Garza Toledo, Enrique (2001), “La epistemología crítica y el concepto de configuración”, en *Revista Mexicana de Sociología*, enero- marzo Vol. 63 No. 1 Una Mirada Retrospectiva. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 109-127.

De la Garza Toledo, Enrique (1989), “Historia de la epistemología, la metodología y las técnicas de investigación en la sociología mexicana”, en *Revista Mexicana de Sociología*, enero- marzo Vol. 51 No. 1 Una Mirada Retrospectiva. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 103-133.

De Sousa Santos, Boaventura, y Leonardo Avritzer (2005), *Introducción: para ampliar el canon democrático*. En Boaventura De Sousa Santos. *Democratizar la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, pp.35-74.

Ganuzza, Ernesto y Gianpaolo Balocchi (2014), “Más allá de la línea: el presupuesto participativo como instrumento”. En Nelson Dias (editor) *Hope for Democracy. 25 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Portugal: Loco Association-Sigmasense Design Consultancy, pp. 65-75.

García, Rolando (2001), “Fundamentación de una epistemología en las ciencias sociales”, en *Estudios Sociológicos*, septiembre-diciembre Vol. 19 No. 57. México: El Colegio de México, pp. 615-620.

Gobierno del Estado de Jalisco (20 de agosto de 2021), “Área Metropolitana de Guadalajara”, portal. Disponible en: <https://www.jalisco.gob.mx/es/jalisco/guadalajara>

Goldfrank, Benjamin (2006), “Los procesos de ‘presupuesto participativo’ en América Latina: Éxito, fracaso y cambio”. *Revista de Ciencia Política*, Vol. 26 No. 2. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, pp. 3-28.

Habermas, Jürgen, Sara Lennox y Frank Lennox (1974), “The Public Sphere: An Encyclopedia Article”, *New German Critique* No. 3 Autumn. New German: Duke University Press, pp. 49-55.

Krug, Steve (2006), *No me hagas pensar. Aproximación a la usabilidad en la WEB*. Madrid, México, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Lima, Montevideo, San Juan, San José, Sao Paulo: Pearson Prentice Hall.

Ley de Participación Ciudadana de la Ciudad de México (12 de agosto de 2019), *Gaceta Oficial de la Ciudad de México*. México: Gobierno de la Ciudad de México.

Martín Serrano, Manuel (1978), “Bases para una epistemología general de las Ciencias Sociales”, en *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, julio- septiembre No. 3. España: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 17-55.

Montecinos, Egon (2014), “Diseño institucional y participación ciudadana en los presupuestos participativos. Los casos de Chile, Argentina, Perú, República Dominicana y Uruguay”, en *Política y Gobierno*, Vol. XXI No. 2. México: Centro de Investigación y Docencia Económica, pp. 359-376.

Norman, A. Donald, y Jakob Nielsen (2010), “Gestural interfaces: a step backward in usability”, *Interactions* Volume 17 Issue 5. New York: Association for Computing Machinery.

Pineda Nebot, Carmen, y Valdemir Pires (2017). ¿A qué llaman hoy presupuesto participativo? *Gobernanza y Gestión de Políticas Públicas* Vol. 4 No. 72-78. España: Grupo de Investigación en Gobierno y Políticas Públicas, pp. 435-449.

Pires, Valdemir, y Pineda Cristina (2008), *Presupuesto Participativo: una tipología para superar los límites de las definiciones demasiado amplias o restrictivas*. *REALA Revista de Estudios de la Administración Local y Autonómica* número 308. España: Instituto Nacional de Administración Pública Gobierno de España, pp. 207-244.

Prada, Raúl (1987), “Epistemología del dato”, en Revista Mexicana de Sociología, enero- marzo Vol. 49 No. 1 Método y Teoría del Conocimiento un Debate. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 307-334.

Ramelia, Sonia y Facundo Galván (2012), “¿Todos a votar? Participación ciudadana y sociedad civil en distintas experiencias de Presupuesto Participativo de gobiernos locales argentinos”, en Miríada Investigación en Ciencias Sociales, Vol. 4 No. 8. San Salvador: Universidad Del Salvador, pp. 191-208.

Sánchez, Walter (2011), “La usabilidad en Ingeniería del Software: definición y características”, en Revista Ing-Novación, agosto No 2. San Salvador: Universidad Don Bosco, pp. 7-22.

UN-Habitat (2004), “¿Qué es y cómo se hace el Presupuesto Participativo? 72 respuestas a Preguntas Frecuentes sobre Presupuestos Participativos Municipales”. Ecuador: Colección de Recursos sobre Gobernanza Urbana.

CAPÍTULO 5

TERRITORIALIDADES NEGRAS DA CIDADE DE SÃO PAULO: FORMAÇÃO, DESMANTELAMENTO E POTÊNCIA DOS TERRITÓRIOS NEGROS NA CIDADE SÃO PAULO

Claudia Rosalina Adão¹

“- Eu nasci no Bixiga, na rua onde hoje fica o Teatro Oficina!”

“- Sua avó filha, quando veio de Minas para São Paulo foi morar em um cortiço na Rua da Glória (região central da cidade)”;

“- Quando seus avós chegaram aqui na Vila Dalila só tinha mato.”²

Introdução

As três memórias acima colocadas são da minha família, a primeira de meu pai Claudio e as duas últimas de minha mãe Margarida, representam um pequeno recorte do deslocamento da população negra na cidade de São Paulo. Minha família e eu vivemos há muitas décadas na zona leste de São Paulo, mas, como no caso de tantas outras famílias negras, esse não é o nosso lugar de origem.

A história dos negros e negras na cidade de São Paulo é marcada pelo deslocamento/trânsito, segregação racial e urbana e pela construção de territórios de resistência. Diáspora africana e

1 Este artigo toma por base investigação em andamento no doutoramento de Claudia Rosalina Adão, no Programa de Pós-graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), sob orientação de Caio Santo Amore.

2 Falas de Margarida e Claudio, meus pais.

diáspora urbana, elementos que estão no cerne da constituição e desmantelamento dos territórios negros na cidade de São Paulo no pós-abolição. É sobre isso que vamos falar nesse texto.

Existe a hipótese de que a chegada do negro em São Paulo tenha relação com a importação de escravizados, em 1530, feita por Martin Afonso. Vinham do Reino e não diretamente da África (BASTIDE & FERNANDES, 2008). São Paulo, nesta época, era uma vila de população acanhada, somando, em 1535, 120 habitações. Poucos moradores possuíam escravos, os quais se ocupavam com os trabalhos da lavoura, havendo a predominância de escravos indígenas.

Algumas hipóteses justificam o baixo número de negros escravizados, a saber: 1) a pobreza dos moradores de São Paulo que não tinham recursos para competir com os senhores de engenho do norte da Colônia na compra de escravos; 2) uma das principais fontes de renda dos paulistas era a venda ou escambo de índios, capturados nas chamadas “guerras justas” e transformados em escravizados. As relações raciais, no decorrer do século XVII, em São Paulo foram profundamente alteradas pelo descobrimento das minas auríferas, fomentadoras das transformações no sistema econômico. Nesse período, começa a formar-se um primeiro fluxo regular de escravizados negros (DOMINGUES, 2005).

Na história deste estado, o negro não é tão importante pelo papel que desempenhou no período de mineração, mas pela representação na constituição e desenvolvimento da “grande lavoura”. O desenvolvimento de São Paulo seria inconcebível sem o trabalho escravo negro, agente promotor da desagregação do antigo sistema econômico, favorecendo um tipo de exploração econômica mais complexa. A expansão econômica e o desenvolvimento da

grande lavoura provocaram o aumento das correntes demográficas de negros africanos e de escravos procedentes do norte. A necessidade de renovação constante da mão de obra escrava que trabalhava na lavoura, considerando-se sua vida útil de apenas 10 anos (BASTIDE & FERNANDES, 2008), provocou o aumento da presença de negros em São Paulo.

O crescimento da grande lavoura, em São Paulo, coincide com o período de colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil, ocorrido por pressão da Inglaterra que objetivava impedir qualquer restrição aos seus produtos. A abolição da escravatura relaciona-se, portanto, ao intento de expandir o seu mercado consumidor, impulsionado pela Revolução Industrial. A proibição do tráfico de escravos, em 1850, e a Abolição da Escravatura, em 1888, são marcos desse processo: “(...) A renovação ilimitada do ‘braço negro’ tornara-se praticamente impossível, desde a cessação do tráfico (...) o trabalho escravo se revelava cada vez mais dispendioso e de aquisição mais difícil (BASTIDE & FERNANDES, 2008, p. 58). A opção dos fazendeiros, para corrigir a limitação do mercado interno de trabalho e substituir a mão de obra escrava pela livre, foi a importação de trabalhadores brancos europeus. Neste período, São Paulo já se configura como uma cidade agroexportadora e sede administrativa da produção cafeeira: “a expansão cafeeira, associada ao surgimento de uma indústria ainda incipiente, iriam ser determinantes para seu crescimento acelerado, que a consolidaria como a maior cidade do país já nas primeiras décadas do século XX” (FERREIRA, 2005, p.6.)

Territórios negros

Estudar os territórios negros nos remete ao entendimento da noção de território, nesse sentido dialogaremos com o geógrafo Milton Santos na busca por uma conceituação do termo. O autor afirma que o território em si não se refere a um conceito:

O território em si para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2002, p. 22)

A noção de território se constitui a partir da relação entre ele ou entre o primeiro e as pessoas que se utilizam do mesmo, estabelecendo-se uma relação inseparável entre ambos. Dessa forma, o território diz respeito a realidade da vida coletiva concretizando diversas relações, quais sejam: sociais, vizinhança, solidariedade e de poder e é nele também que as desigualdades sociais se tornam evidentes (KOGA, 2003).

Tratar dos territórios que eram ocupados pela população negra, no fim da escravidão e pós-abolição, engloba a dimensão das vivências, relações sociais, cultura, resistência e reprodução de desigualdades sócio territoriais. Aos negros e negras foram destinadas as piores localizações da cidade, corroborando o lugar que estes ocupavam na divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 2013).

O trabalho na grande lavoura, os serviços domésticos e o pequeno comércio eram majoritariamente exercidos pela população negra. A circulação dos negros pelas ruas como escravizados e/ou

libertos, seja como vendedores, quitadeiras, escravos de tabuleiro ou mesmo pessoas em trânsito para os trabalhos domésticos nas casas senhoriais, fazia parte da dinâmica/cenário no centro velho da cidade, já que próximo a essa região concentravam-se as áreas de moradia das elites e o centro era local favorável para o comércio³.

Havia uma relação entre os lugares de moradia com a ocupação dos escravos e execra-vos na cidade de São Paulo (ROLNIK, 1989). A presença do negro no serviço doméstico, seja como cativo, seja como liberto, definia a contiguidade do território negro em relação ao espaço senhorial. O espaço das fontes, bicas d'água e rios, onde os escravos domésticos iam buscar água e as escravas e forras iam lavar roupa, constituíam também nódulos de um território de múltiplos pontos de conexão, que acabavam por desenhar um fio invisível ao redor do espaço das casas senhoriais: Sul da Sé, Largo da Foca, Paredão do Piques, Bica do Largo do Carmo, Várzea do Carmo, Mercado do Acu, Largo do Rosário, Tanque do Zunega (ROLNIK, 1989).

Além dos locais de comércio e moradia, configuravam-se também como territórios negros, da época, os quilombos urbanos como os Campos do Bexiga – na época Mata do Saracura - e as irmandades. As regiões de Santa Efigênia, Barra Funda e Lavapés constituíam os territórios negros da cidade de São Paulo, área delimitada como Centro Velho. A população negra continuou habitando essa região no pós- abolição, viviam em porões e cortiços,

3 O comércio tem grande importância para a subsistência da população negra tanto na escravidão quanto após, o comércio era meio de troca de informações, de contato e, culturalmente, era importante para a população negra também. Tanto que na Primeira República é um dos pontos de “melhoramento urbano” propostos por Antônio Prado, assim retira-se a população negra dos mercados. O mercadinho da São João, por exemplo, perde investimentos municipais e era um local conhecidamente ocupado por negro.

já que essa era a única opção barata de moradia no centro.

A proibição de instalar cortiços na zona central, definida pelas Posturas de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias fora da aglomeração urbana, fez com que se constituísse um mercado imobiliário dual, estopim para o processo de periferização da cidade de São Paulo.

“A cidade não para a cidade só cresce e o de cima sobe e o de baixo desce”⁴

Concomitante às atividades da economia cafeeira, acontece a primeira fase da industrialização no Brasil e a produção industrial de São Paulo supera a de todos os estados brasileiros, por esse motivo São Paulo foi a cidade que mais se urbanizou. A diferenciação urbana e a produção social do espaço são importantes para compreender o contexto de urbanização em São Paulo e o deslocamento da população negra.

O espaço urbano é produto do trabalho social humano e esse produto é apropriado de forma diferenciada, sendo o produto dessa apropriação diferenciada, a terra-localização ou localização (VILLAÇA, 2015) e diferenciado a partir de sua localização, composta pela infraestrutura urbana, as construções e a facilidade para acessá-lo. O Estado tem papel crucial na produção de localizações.

A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais de dotação de recursos naturais e vantagens de localização, também são produzidas pelas maneiras

4 Música A cidade de Chico Science.

desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares, como decorrência de relações assimétricas de troca. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja mais vantajoso para ele (HARVEY, 2014). Na cidade de São Paulo o Estado também operou de forma articulada com a iniciativa privada.

O “modelo São Paulo” de expansão da cidade que iniciou-se na virada do séc. XIX para o século XX se constituiu como uma cultura anti densidade e anti diversidade, gerando as condições para a modalidade de crescimento urbano que a cidade sofrerá no séc. XX. Esse modelo, de expansão da cidade, fez com que São Paulo deixasse para trás a sua urbanidade, ou em outras palavras, produziu uma “urbanidade frouxa” (Oliva & Fonseca, 2016). O Estado e a iniciativa privada tiveram papel de destaque nesse modelo de expansão.

O modelo de expansão de São Paulo combinado com o capitalismo industrial acentuou a divisão social do espaço: era quase natural que as classes dominantes continuassem a apropriar-se dos setores urbanos mais valorizados, justamente por sua localização privilegiada, por sua acessibilidade, e pela infraestrutura disponível, deixando os bairros com menor infraestrutura urbana para as populações pobres e negras.

O Brás e a Lapa eram os bairros operários, tanto pela proximidade da estrada de ferro inglesa, que tornava interessante a implantação das fábricas, quanto por serem as várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, com forte ocorrência de alagamento e, portanto, pouco interessantes ao assentamento habitacional das elites. Estas concentravam-se nos “bairros nobres”, para os quais a

intervenção estatal não foi tímida: a construção do Viaduto do Chá, que ligava o “centro velho” à cidade nova, a abertura da Avenida Paulista, ainda na última década do século XIX e a implantação de infraestrutura básica no bairro de Higienópolis, nas encostas arborizadas e agradáveis do espigão da cidade.

Da “desmontagem” dos territórios negros à formação das periferias

“Que aqui onde agora está
Esse edifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assobradado”.
(BARBOSA,1951)⁵

Na administração do prefeito Antônio Prado (1899-1911) foram realizados os chamados “trabalhos de melhoramentos da cidade”, que consistiam em: alargamento e construção de ruas, construção de praças, transferência e demolições de mercados. Neste período, a população negra foi desalojada de seus territórios.

Os “trabalhos de melhoramentos da cidade” inseriram-se nos planos urbanísticos, forma pela qual o Estado exercia o seu controle sobre a produção do espaço urbano. As relações de poder se estabeleciam no âmbito urbano, por um lado, em torno do privilégio dado às elites, no direcionamento dos recursos públicos e na construção de seus bairros, e, de outro, pela exclusão que atingia a população urbana mais pobre.

Estes trabalhos culminam com o processo de periferização

⁵ Música “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa.

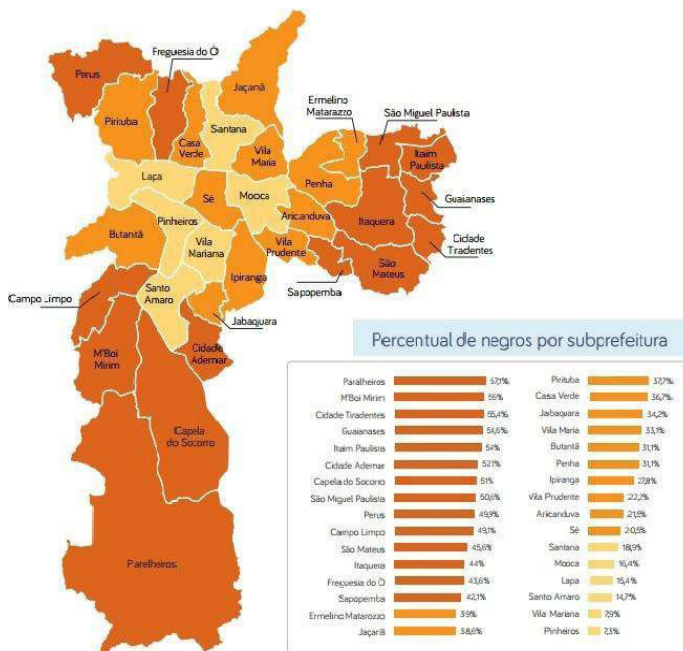
das classes populares (abertura de loteamentos, autoconstrução em bairros distantes das áreas equipadas pela rede de transporte público da cidade, segundo uma lógica de higienização). Amparadas pela ideia de higienização dos bairros mais pobres – espaços em que se verificava uma relação direta entre insalubridade e doenças como a febre amarela, entre outras – as intervenções da época aproveitavam tal justificativa para promoverem a expulsão da população mais pobre das áreas centrais e renovar esses bairros com novos padrões de ocupação. Em São Paulo, a origem da intervenção do poder público, no controle da produção do espaço urbano e da habitação, deu-se por meio de medidas urbanísticas higienistas.

A autoconstrução de casas, na qual os próprios habitantes construíam as suas moradias, em loteamentos irregulares ou em favelas, e a pressão daqueles para que o Estado reconhecesse estas áreas e instalasse serviços públicos, foi o padrão de formação das periferias da cidade de São Paulo, representando o símbolo de padrão de segregação centro-periferia, predominante durante o desenvolvimento da cidade dos anos 40 aos 80 (CALDEIRA, 2013).

O Código de Obras de São Paulo, de 1932, permitia o reconhecimento dos loteamentos irregulares da periferia sem, no entanto, estabelecer os critérios norteadores, deixando-os a cargo dos técnicos municipais e da Diretoria de Obras, o que deu ao Estado condições de selecionar, muitas vezes, segundo interesses eleitorais e imobiliários, as áreas a serem urbanizadas, marcando a constituição desses territórios pelo descaso do Poder Público, no que tange à garantia de condições dignas de vida e infraestrutura de acordo com as necessidades dos habitantes destas localidades. A segregação negra está atrelada ao processo de zoneamento social.

Olhar para a composição étnica da população da cidade de São Paulo e para as regiões que cada segmento habita, demonstra que a segregação também é racial. A população negra representa 37% dos habitantes da cidade de São Paulo, brancos representam 60.6%, e amarelos, 2,2%⁶. Parelheiros, M’Boi Mirim e Cidade Tiradentes, localizadas nos extremos da cidade, são as três subprefeituras com maior percentual de negros, 57%, 56% e 54% respectivamente, em contraste com as subprefeituras de Vila Mariana e Pinheiros, localizadas no quadrante sudoeste, ambas com um percentual de 7% de negros⁷.

Figura 1 - Distribuição Racial por subprefeitura.



Fonte: Relatório SP Diverso

As áreas destacadas em laranja escuro no mapa relacionam-se às regiões com maior concentração negra, localizadas nas

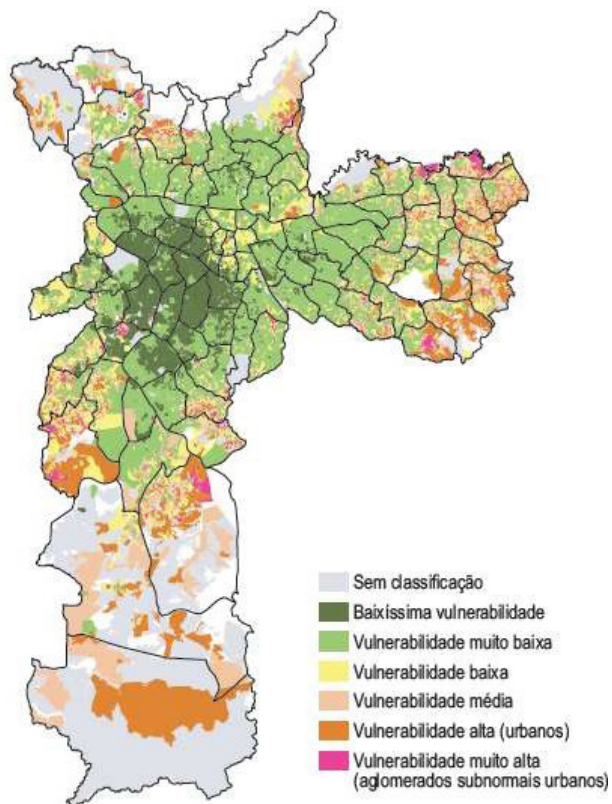
periferias da cidade.

Caminhos desiguais

Com o objetivo identificar a localização espacial dos territórios com maior vulnerabilidade social dos municípios de São Paulo, foi criado pela Fundação SEADE o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) com grupos enumerados de 1 a 7, quanto maior o número, pior a condição de vida, apresentando os seguintes níveis: baixíssima, muito baixa, baixa, média, alta, muito alta e muito alta rural. As regiões com maior vulnerabilidade social estão concentradas nos extremos da cidade, e, as de menor, na região do quadrante sudoeste.

Em 2010, 70,1% da população da cidade de São Paulo vivia em áreas de baixa, muito baixa ou baixíssima vulnerabilidade social e 7,5% da população residia em territórios de alta vulnerabilidade social. Os grupos de menor vulnerabilidade social concentram-se nas subprefeituras da Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Butantã. Nos extremos do município, nas subprefeituras de Campo Limpo, Capela do Socorro, São Miguel, Guaianases e Parelheiros, há a concentração dos grupos de alta e muito alta vulnerabilidade.

Figura 2 - Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo 2010



Fonte: Fundação SEADE - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

As áreas destacadas em laranja escuro no mapa relacionam-se às regiões com maior concentração negra, localizadas nas periferias da cidade.

Periferia Ameericana

A autoconstrução das periferias e a constante organização e mobilização social para que as populações desses territórios tenham acesso aos direitos sociais oferece uma chave de interpretação interessante do histórico de organização política, solidariedade, articulação e potência dos territórios periféricos mesmo diante da permanente negligência do Estado.

Em 2020, as desigualdades de raça, gênero e classe foram explicitadas com a pandemia da Covid-19 a qual potencializou a crise política, social, econômica e ambiental. As populações periféricas, moradoras de favelas e comunidades, e que se encontram em vulnerabilidade social, tiveram as suas condições de vida precarizadas com a ausência de políticas públicas efetivas e demora de ações do Estado para mitigar os efeitos da pandemia.

O Geledés – Instituto da Mulher Negra e a Rede Conhecimento Social - e um grupo de coletivos e movimentos sociais, realizaram uma pesquisa sobre as formas de atuação e enfrentamento à pandemia da Covid-19 protagonizadas pela sociedade civil na região metropolitana de São Paulo, os resultados preliminares demonstram que nas periferias da cidade de São Paulo, as entidades comunitárias são as os principais agentes de ações de auxílio às pessoas mais vulnerabilizadas pela pandemia, seja de forma direta ou como intermediárias de grandes organizações.

Um outro dado relevante da pesquisa é o de que 74% das pessoas respondentes (representantes das entidades participantes da pesquisa) são mulheres e 62% são negras, o que demonstra o protagonismo de mulheres negras nas ações de combate à pandemia. As ações de solidariedade e de organização e mobilização social

e cultural desenvolvidas nas periferias podem oferecer subsídios fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas.

Os territórios periféricos costumam ser enquadrados dentro do paradigma da ausência, o qual não reconhece estratégias criadas pelas populações desses territórios para lidar com problemas, superar obstáculos, resistir à pressão e desigualdade e produzir novas sociabilidades e significações.

É importante considerar o paradigma/modelo da potência o qual considera o poder de inventivo das Periferias e capacidade de gerar respostas práticas e legítimas, as quais se configuram como formas contra hegemônicas de vida em sociedade.

A proposta é que possamos também nos debruçar sobre as estratégias de resistências e existências das populações periféricas que são majoritariamente negra e para esse exercício podemos contar com uma importante categoria criada por Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira (1935 – 1994), cunhou no final dos anos de 1980 a categoria Amefricanidade para se referir à experiência de negras, negros e indígenas contra a dominação colonial e propõe outra forma de pensar e produzir conhecimentos a partir das subalternas, excluídas e marginalizadas

Gonzalez afirma que desde a época escravista a amefricanidade já estava presente “nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre”. (Gonzalez, 2001). A amefricanidade busca recuperar as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. (CARDOSO, 2014).

A expertise da sobrevivência que é própria da existências

das populações negras e periféricas é necessário compreender a sua presença na cidade a partir de suas próprias experiências, não apenas pela ótica do problema, considerando dessa forma a sua dimensão amefricanana.

Bibliografia

BARBOSA, Adoniran. Saudosa Maloca. São Paulo, 1951.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Global, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CALDEIRA. Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós- abolição. São Paulo: Editora Senac, 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. LABHAB, 2005. Disponível em <goo. gl/kQyM6Y> Acesso em: 20 jan. 2016.

Gonzalez, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, Brasil, n. 1, p. 12-21, 2001.

_____. Racismo e Sexismo na Cultura brasileira. In: Vozes Insurgentes de Mulheres Negras. Belo Horizonte: Mazza edições, 2019.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KUVASNEY, Eliane. A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX: os mapas como operadores na construção da cidade espalhada. 2017. 493 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 65, p. 20-56, dez. 2016.

OLIVA, Jaime; Esquema Jaime. Conceito de Segregação. Aula 8. IEB 5025

_____ ; A cidade como ator social – a força da urbanidade. Aula 3. IEB 5025

OLIVEIRA. Reginaldo José de (org.). A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro), Estudos afro-asiáticos. Rio de Janeiro, n.17, p. 29-41, 1989.

_____. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial –Relatório igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios – Relatório SP Diverso. São Paulo, 2014. Disponível:<http://>

www.prefeitura.sp.gov/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivosRelatorio_Final_Virtual.pdf Acesso em: 25 out. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento – Município em mapas: índices sociais, 2004. Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/indice5_1.pdf.> Acesso em :28 abr 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre territórios. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCIENCE. Chico. A cidade. Álbum da Lama ao Caos – Nação Zumbi. 1994

Territórios negros e periféricos no enfrentamento à pandemia da COVID-19: um estudo sobre as ações desenvolvidas na região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/territorios-negros-perifericos-enfrentamento-pandemia-covid-19-regiao-metropololitana-de-sao-paulo/> Acesso em 29 jun. 21.

TOSOLD, Léa. Autodeterminação em três movimentos: a politização de diferenças sob a perspectiva da (des)naturalização da violência. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-05022019-135424. Acesso em: 2021-06-29.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. In: Margem esquerda. São Paulo: Boimtempo. v. 24, p. 31-36, 2015.

CAPÍTULO 6

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA SUJEITOS LGBTQIA+ NA EDUCAÇÃO: AVANÇOS, RECUOS E DESAFIOS

Luiz Aparecido Alves de Souza
Gleybson de Assis e Silva

Algumas palavras iniciais...

No estágio de produção desse texto, chegou uma matéria informando-nos o assassinato do militante e professor gay Lindolfo Kolmaski, ligado ao Movimento Sem Terra no interior do estado do Paraná, segundo as autoridades policiais, motivados por crime de homofobia. Esse texto, também se coloca em voz e na prerrogativa de denunciar as essas práticas sociais que são incentivadas também, pela atual orientação política que se ocupa nesse país. Lindolfo Kolmaski, presente!¹

Essa notícia compõe-se, lamentavelmente, aos dados que se somam ao Relatório do Observatório de mortes violentas LGBTQIA+2 (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e + grupos e variações de sexualidade e gênero que fogem da heterocisnormatividade) no Brasil referente ao ano de 2020.³ Segundo o Relatório o quantitativo de sujeitos

1 O jovem professor da rede estadual de educação, Lindolfo Kosmaski, ativista LGBT, atuava junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), foi encontrado carbonizado na noite do último sábado (01/08/21), no município de São João do Triunfo, no Paraná. Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/05/homossexual-ligado-mst-carbonizado-parana.html> . Acesso em: 03_mai-21

2 A partir de agora utilizaremos as siglas na tessitura textual das nossas reflexões.

3 Disponível no site do Grupo Gay da Bahia: RELATÓRIO Acesso em 14. jun.2021

de sexualidades dissidentes que morreram nos dois últimos meses, materializa o quanto a nossa formação social carece de formação para a convivência com a diversidade e com a pluralidade em todas as dimensões e esferas da sociabilidade humana. Isso posto, exige considerar que as causas LGBTQIA+ é uma questão que percorre a arena política no país e requer que interroguemos as agendas políticas no curso do desenvolvimento do estado republicano e, em particular, ao campo da educação, e da nossa tutelada democracia brasileira. Conforme explicita Toitio (2019) quando trazemos o debate acerca da luta pela diversidade sexual e de gênero, no contexto do estado capitalista, há de se considerar em termos brasileiros que com

a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 rompeu, definitivamente, a relação do movimento LGBT com o Executivo. Essa relação iniciada (...) no governo de Fernando Henrique Cardoso e que conheceu o auge no governo Luís Inácio Lula da Silva, estava enfraquecida desde o governo de Dilma Rousseff (...) diante da ofensiva conservadora organizada no Congresso Nacional pela Bancada Evangélica. (p. 32).

O retrocesso configurado pela atual agenda, na esfera política, e que, tem ocupado o aparelho de Estado, remete elucidarmos primeiramente, que essa agenda é resultado dos processos históricos que a constitui. Exige recuo histórico e apropriação dos conceitos do neoconservadorismo e neoliberalismo, em que, a política atual, ganha status e tem se sustentado. Nesse sentido, a ideologia neoconservadora, possui múltiplas concepções. Tomaremos a matriz do conservadorismo clássico, no sentido de

apenas sinalizarmos, nas contribuições de Edmundo Burke⁴, Joseph de Maistre⁵ e Louis de Bonald⁶ e o que os põe em comum: a defesa dos valores e instituições tradicionais diante da ameaça trazida pelas tendências liberais, em particular, as materializadas pelas revoluções americana e francesa.

De acordo com Almeida (2018), a bandeira hasteada pelos conservadores clássicos tinha como intuito “conservar valores e instituições - como a monarquia e a religião cristã - considerados como pilares fundamentais da civilização e da cultura ocidentais” (p.27).

Sempre que o capital se põe em crise e, essas são históricas e recorrentes, na medida que materializam as contradições mais agudas do processo de exploração das relações de trabalho e, conseqüentemente, das relações de produção, a onda conservadora se movimenta político-econômica e socialmente.

A crise do sistema capitalista mundial só pode ser entendida como um curso histórico de décadas desdobrando-se em espasmos: períodos de crise latente, caracterizados por montanhas de dívidas e bolhas especulativas cada vez maiores, culminam em surtos manifestos nos quais as bolhas estouram, crises monetárias ou de dívida soberana fogem ao controle e depressões devastam economias

4 Edmundo Burke (1729-1797), irlandês, expoente da teoria política. Em seus escritos filosóficos defendeu amplamente o conservadorismo moderno.

5 Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), francês, filósofo do pensamento contrarrevolucionário na França pós-revolução. Defensor da restauração da monarquia e da suprema autoridade papal também em matérias políticas.

6 Louis-Gabriel Ambroise de Bonald (1754-1840), francês, filósofo, adversário do Iluminismo. Suas contribuições circunscrevem o campo da filosofia política e se tornou um dos expoentes da filosofia católica contrarrevolucionária no seu tempo histórico.

inteiras. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.34)

Contradições que remontam às questões ambientais, sociais, políticas, econômicas na medida que o neoliberalismo se apresenta como uma racionalidade que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17). Nesse sentido, os autores afirmam que essa racionalidade posta em trabalho, para atender aos interesses do capital, se ancora no princípio universal da concorrência. Enfatizam uma racionalidade econômica que demanda para a política uma racionalidade governamental.

Ainda, é preciso registrar que desde o início de 2019, as ameaças de ataques terroristas em particular, nas instituições escolares brasileiras, são fatos. Segundo Ribeiro (2020), “Essas ameaças são frutos de um discurso que legitima a violência como forma de proteção, de uma naturalização do extermínio, de microviolências que se perpetuam no cotidiano escolar e que tomam proporções alarmantes”. (p. 113).

Nesse sentido, o capítulo encontra-se organizado em três seções, a saber: 1) contextualização das lutas dos movimentos sociais LGBTQIA+ no processo de disputas pela agenda política, associada à política econômica de tendência neoliberal e seus pontos de tensionamentos com agentes políticos ultra conservadores e reacionários, resultantes da ascensão dessa fração nas esferas do aparelho de Estado; 2) problematização das disputas nos marcos regulatórios exarados pelos aparelhos de Estado (CNE/MEC; SEED-PR) e como essas diretrizes vão assumindo forma objetiva-real nos espaços escolares da educação básica e 3) a objetivação das práticas escolares, tendo em vista o compromisso com um projeto

político pedagógico de inclusão dos sujeitos LGBTQIA+, no sentido de conferir visibilidade e espaços emancipatórios.

A proposta deste estudo se coloca firmemente no campo crítico da educação e, reafirma que a Escola é campo de disputa e de tensionamentos por frações sociais, que dela se ocuparam e ocupam historicamente, como por exemplo, a particularidade atual do Projeto Escola Sem Partido e do Homeschooling.

Movimentos sociais LGBTQIA+: processo de disputas pela agenda política neoliberal e tensionamentos

Para pensarmos a articulação dos movimentos sociais LGBTQIA+ na agenda neoliberal é preciso recuarmos temporalmente às décadas de 1970 e 1980 e recuperarmos a institucionalidade que se coloca para a política, economia e sociedade de ajuste estrutural nos processos produtivos do capital. Essa estrutura encontra-se sustentada pelos mecanismos da privatização generalizada e, em particular, dos direitos sociais subjetivos e da intensificação do capital que tem se materializado pelas suas crises cíclicas, de acordo com Marx (1974)⁷.

Agendas conservadoras como as de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979), Ronaldo Reagan, nos Estados Unidos (1980) e, no Brasil, nos governos militares (1964-1985), nos lembram que a expressão conservadora no país, não tenha findado com o fim dos governos autoritários. Em termos da América Latina: Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), também assumiram tais políticas e, portanto, os processos de internacionalização

⁷ Max discorre sobre as crises cíclicas que assaltam o capital na obra *O Capital*. Cf. MAX. Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

da economia, em entrelaçamento com aos interesses de frações sociais conservadoras, foram, de certa forma, costuradas com a fração religiosa em franca ascensão no país.

De acordo com Silveira (2019),

Mészáros (2004), Bensaid (2008), Hobsbawm (2013) remetem a gênese da onda conservadora para os anos de 1960, período em que houve: (i) o ressurgimento da religião que faz dela, hoje, uma importante força política, com a expansão do islamismo, do protestantismo, do pentecostalismo que deu origem, na década de 1970, ao neopentecostalismo; (ii) a virada para a direita de intelectuais que transitavam nas universidades, partidos políticos e sindicatos; (iii) a produção de teses, por eles defendidas, sobre o aburguesamento da classe trabalhadora, o fim do trabalho, o fim da ideologia e, até mesmo, o fim da História; (iv) o transformismo de partidos políticos e sindicatos que deixam de ser combativos e passam a propositivos (p. 19).

Ainda sob esse espectro conservador, eleva-se dos pântanos fascistas e nazistas, os movimentos nacionalistas e patriotas, com clara explicitação do “chauvinismo (patriotismo exacerbado), à xenofobia, à exacerbação do racismo, aos conflitos étnicos e confessionais, à generofobia e, ainda, ao anticomunismo” (SILVEIRA, 2019, p. 21). Concomitante a isso, o empobrecimento estrutural da fração trabalhadora, resultante da superexploração e intensificação do trabalho, tem levado à formação de movimentos sociais LGBTQIA+ na particularidade brasileira, como vemos a seguir.

Quadro 1- ONGs e Projetos LGBTQIA+ Brasileiros

Amazonas	Casa Miga Acolhimento LGBT+ Manifesta LGBT+
Distrito Federal	Casa Rosa LGBTIQ
Minas Gerais	TransVest
Mato Grosso do Sul	Casa Satine
Paraná	Projeto Camargo Grupo Dignidade
Pernambuco	Instituto TransViver
Rio de Janeiro	Casa Nem Casinha
São Paulo	Casarão Brasil-Associação LGBTI Centro de Cidadania LGBTI- Luiz Carlos Ruas Centro de Cidadania LGBTI- Laura Vermont Centro de Cidadania LGBTI- Laura Barbosa dos Reis Centro de Cidadania LGBTI- Edson Neris Casa Chama Casa Sem Preconceitos Casa Florescer Eternamente Sou Casa 1

Fonte: Site lgbt.org. Organização dos autores, 2021.

É preciso reconhecer que a produção do conhecimento acumulada historicamente, em função das pesquisas em torno dos movimentos sociais LGBTQIA+, no modo de produção da existência humana, sob a égide do capital, não foram constituídas, na sua expressão maior, no circuito do debate das lutas de classe, e sim, na perspectiva dos movimentos identitários. No entanto, como nos lembra Toitio (2019), o movimento sempre foi construído por trabalhadores e trabalhadoras, ainda que muitas das principais lideranças, tenham pertencimento da classe média, mas não da chamada classe média tradicional.

A relevância das leituras críticas das múltiplas faces da opressão, cuja expressão é a própria materialidade de como é produzida a vida humana, afetam diretamente corpos, sexualidades e desejos em função da ancestralidade e da singular trajetória de vida. Acompanhemos o relato breve de uma biografia⁸, como expressão das lutas identitárias no âmbito das relações de classes:

Sou um homem negro (lido como pardo/mulato), de ancestralidade guineense, cabo-verdiana e portuguesa, nascido em Portugal e criado numa família monoparental de classe baixa. É verdade que parte da minha família lutou e foi presa na luta contra o colonialismo português, que ao longo da minha vida senti na pele a violência do racismo (de forma crua ou condescendente) bem como a precariedade financeira numa casa que, durante muito tempo, se sustentou com o ordenado mínimo da minha mãe. No entanto, tenho consciência de que me beneficiei de vários elementos de privilégio relativo: por ser homem, cresci praticamente dispensado de tarefas domésticas, tempo que pude dedicar ao lazer e aos livros (acredito que teria sido muito diferente se fosse uma filha e não um filho); por viver no centro da cidade de Coimbra, nunca enfrentei os desafios de viver na periferia e frequentei o ensino médio numa das mais reputadas escolas públicas do país, por ser heterossexual e cisgênero nunca me confrontei com as violências e angústias trazidas pela homofobia ou transfobia; por viver em Portugal, um país europeu com um relativo

8 O professor e pesquisador Bruno Sena Martins é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. Os seus temas de interesse incluem o corpo, deficiência, direitos humanos, racismo e colonialismo.

Estado social garantista, pode ter acesso a um ensino público de qualidade, a bolsas de estudo e a cuidados de saúde gratuitos. (MARTINS, 2021, p.123)

O relato que antecede, remete a defendermos que são nas condições de existência, que a categoria diferenças, devem se colocar como campo epistemológico de investigação, para o campo da política pública e da formação social que nela se encontra. É salutar considerarmos as condições de vida constituídas no seio de uma desigualdade, de dimensão planetária instaurada por processos coloniais e imperiais, que ainda definiram os termos da exploração neoliberal à escala global, de acordo com Santos (2006).

O movimento LGBTQIA+ teve sua articulação e crescimento nos idos das décadas de 1990 e 2000 como “reflexo do aumento do financiamento público para as pautas da diversidade sexual e de gênero, muitos e muitas militantes, passaram a trabalhar com as ações governamentais que envolviam a sociedade civil” (TOITIO, 2019, p. 33).

Ao visualizarmos o quadro 1, que remete à organização de ONGs que trabalham em função da desapropriação dos sujeitos LGBTQIA+ da sua dignidade de seres humanos, no modo de produção da existência humana no capitalismo, é possível explicitarmos o quanto as tensões ideológicas do capital de que o “mundo moderno havia sido o primeiro a ultrapassar os limites de lealdades locais restritas e ao proclamar a irmandade universal dos homens” (WALLERSTEIN, 2021, p.65), se tornam alardes proclamados, no percurso histórico do século XX.

A explicitação dos direitos civis, dos direitos da cidadania, permanece restritos ao aspecto estreito e formal da lei. Davis (2019)

afirma que

(...) os direitos tendem a ser separados do acesso aos recursos que precisaríamos para gozar de tais direitos. O direito de ser livre de discriminação no local de trabalho- que ainda não está garantido a comunidades LGBT-foi desvinculado do próprio direito a um emprego. Elimina-se a discriminação de moradia, mas não se garante o direito à moradia a um preço acessível. Há atendimento à saúde, mas não o direito à saúde pública gratuita. Há educação, mas não o direito à educação pública gratuita. (p.59)

Diante de um Estado, na forma burguesa que, historicamente tem se constituído sob os fundamentos de uma moral cristianizada conservadora, os sujeitos LGBTQIA+ são expulsos das institucionalidades constituídas deste Estado, como a Família, a Escola, a Igreja, o Trabalho, o Lazer, a Saúde etc., impedindo-os de se comporem como cidadãos, homens e mulheres de direitos, numa sociedade desigual, como a que se quantifica como capitalista.

Nesse sentido, não há outro modo de ser e se constituir na sociedade capitalista, que não seja a busca pelas práticas associadas e revolucionárias, que se materializam nos movimentos sociais, que muitas vezes não recebem aportes financeiros do Estado e se arranjam por meio de doações espontâneas de sujeitos civis, particulares e da iniciativa privada.

Marcos regulatórios (CNE/MEC; SEED-PR): LGBTQIA+ e espaços escolares da educação básica

O campo dos Direitos Humanos, para o recorte Educação, exige recuperarmos, nos tratados internacionais, a Educação como Direito Social, como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no documento da Organização das Nações Unidas. Assim exara, no Art. XXVI do referido documento: “Todo ser humano tem direito à instrução (...) orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais”.

No mesmo sentido, nunca é demais materializarmos na escrita, para que os incautos das frações reacionárias, considerem que a Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Art. 6º, aponta para um elenco explicativo de direitos sociais, garantias fundamentais de seus direitos, visando a promoção de uma vida digna. Dentre esses direitos está garantida o Direito à Educação.

A Carta Magna designa também, no Art. 206 que um dos princípios centrais do Estado Democrático de Direito é a garantia a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito ao ensino regular. Esse direito também se encontra ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.

Souza (2020) defende que é a partir de 2000 que as políticas públicas para a agenda LGBTQIA+ tomam materialidade, primeiro enquanto marcos regulatórios e segundo pelo financiamento de projetos e ONGs, como vimos anteriormente.

Em 2004, foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia para o combate à violência

e à discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e de promoção da cidadania homossexual, que inclui entre suas ações o direito à educação com foco na promoção de valores de respeito à paz à não-discriminação por orientação sexual. (...) Em maio de 2008, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Políticas para LGBT; e em maio de 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, com diretrizes a serem transformadas em políticas de Estado, entre as quais o combate à homofobia institucional e a inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob a abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero. (p.57).

No sentido do que afirma Hofling (2001), de que a política pública social é a expressão maior do estado em ação, a presente agenda, citada por Souza (2020), aponta o quanto o Estado brasileiro nos anos de 2000 havia impulsionado o debate e, conseqüentemente, as políticas públicas para LGBTQIA+, dado as correlações de forças políticas que também tem disputado e tensionado os poderes legislativo, executivo e judiciário, na chamada democracia tutelada pelas frações burguesas e conservadoras do país.

Isso tem despertado mais do que nunca a resposta das frações religiosas de católicos, protestantes e neopentecostais que tem disputado conselhos, fóruns e organizações nas muitas ramificações institucionais na sociedade, a saber: Conselho Nacional de Juventude, Rede Fale, Aliança de Batistas no Brasil,

Católicas pelo Direito de Decidir, Diversidade Católica, entre outras.

Mas são os evangélicos, das frações ultraconservadoras, que mais incidentemente se colocam na arena das correlações de forças quando a questão são as políticas de gênero e diversidade sexual. A criação da Frente Evangélica Parlamentar, nas últimas décadas, teve como finalidade, a defesa dos valores da Família, da Pátria e de Deus; um slogan conhecido do período histórico do golpe civil-militar em 1964, que instalou esses valores na esteira do autoritarismo e do fascismo. A fala em 2012 do deputado e presidente da Frente Evangélica Parlamentar João Campos (PSDB-GO), expressa essa pauta:

Iremos articular a aprovação de requerimento que convoque o Ministro Palocci a vir a esta Casa para esclarecer aquilo que é de interesse da sociedade Brasileira. Ao mesmo tempo, iremos endereçar um requerimento à Presidenta Dilma pedindo a exoneração do Ministro Haddad por ter perdido a confiança da sociedade Brasileira. Não se admite que alguém que compõe a Alta República deste país minta para o Parlamento e para a sociedade! (...) A produção de um material financiado com dinheiro público para induzir os nossos filhos, utilizando a rede pública de ensino, a serem homossexuais. Não se pode permitir que o dinheiro público seja utilizado para impor o comportamento de uma minoria à maioria do Brasil. (CAMPOS, apud SILVEIRA, 2019, p.29).

São discursos que disputam e tensionam a formação do ponto de vista da sociedade civil e política no país, e que, não acompanham as pesquisas, como tão pouco qualificam o debate

em torno de corpos e sexualidades e se mantém, perpetuando uma concepção estreita sob o encarceramento da visão religiosa, pela qual tem conduzido o processo da formação social brasileira.

É diante do impulso que os movimentos sociais, articulados e associados às lutas no campo da política, que é possível olharmos o quadro 2 e observamos o quanto foi possível avançar e qualificar o debate, assim como, a materialização dos marcos regulatórios nas categorias gênero e diversidade sexual.

É importante registramos também, que, concomitante às essas lutas, a produção do conhecimento, ganha impulso em torno dessas categorias de conteúdo e de análises, nos programas de pós-graduação em educação, sociologia, antropologia, filosofia, ciências políticas etc., o que tem corroborado para que, o grande campo das Ciências Sociais e Humanas, venham recebendo constantes ataques, em especial, pelos que ocupam atualmente o quadro governamental.

Quadro 2 - Gênero e Diversidade Sexual - Marcos Legais- Federal

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências
PNEDH- 2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos- Ministério da Educação.
Nota Técnica 32/2015- CGDH	Diretrizes de Gênero e Orientação Sexual
Brasil Sem Homofobia	Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Decreto 5.397 de 22 de março de 2005	Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação-CNCD
Portaria nº 4032 de 24 de novembro de 2005	Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do ‘Programa Brasil Sem Homofobia’ no Ministério da Educação. Além de outras finalidades, esse GT propõe “a formulação de ações que garantam o direito à educação da população GLTTB e que promovam o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos sistemas educacionais.
Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018	Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.
Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, do Ministério da Saúde- MS, 2006	A carta baseia-se em seis princípios básicos de cidadania que juntos asseguram ao cidadão o direito básico ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados.
Marco Legal Saúde, um Direito de Adolescentes	O marco legal da saúde do adolescente apresenta a legislação que garante o direito destes atores.

Fonte: Site da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Paraná. 12.ago.2021. Organização dos autorer.

É diante de uma composição de marcos regulatórios como a que antecede a esse parágrafo para o campo da educação, que o Movimento Escola Sem Partido (MESP), tem atuado com um corpo de intelectuais conservadores, a serviço dos postulados religiosos e que, tem guiado inclusive, as recentes reformas educacionais, como

a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Questões de gênero e diversidade sexual não são contempladas nos itinerários formativos da educação básica, e a Reforma do Ensino Médio, se apresenta com o rebaixamento das disciplinas que compõem as Ciências Humanas no currículo.

Os religiosos conservadores são, de certo modo, céticos à produção do conhecimento crítico, entretanto para garantir espaço político, passam a relativizar a ideia de verdade (absoluta e inquestionável) da religião, de modo a disputar a concepção de verdade com a ciência. Assim, abre-se a possibilidade de pôr em xeque a autonomia do campo educacional. (SILVEIRA, 2019, p.31)

Nesse sentido, a década de 2000, caracteriza como a escalada de uma cruzada com recorrentes ataques ao Ministério da Educação em que, na época, o deputado Jair Bolsonaro, emprestou seus serviços parlamentares, para a Frente Ampla em Defesa da Família e do Movimento Escola Sem Partido, no sentido de inculcar no imaginário social brasileiro, o vetor da contaminação político-ideológico, por meio do uso midiático e panfletário do “kit gay” e da “ideologia de gênero”.

É necessário reafirmar o quanto esse debate, essa disputa, os tensionamentos bem como as lutas sociais emancipatórias, tem que se imporem na arena política e econômica, em função da estrutura do poder, das correlações de forças entre frações sociais e não se concentrarem, exclusivamente, nas suas expressões culturais.

O quadro 3 explicita, para o campo da educação escolar da

educação básica, na particularidade do estado do Paraná, que foi sob o contexto dos governos petistas e do governo de Roberto Requião (PMBD-PR) que o Departamento da Diversidade (DEDI), compunha enquanto desenho institucional, no organograma da Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná (SEED-PR), a função política-pedagógica de mediar os debates que chegaram até o cotidiano escolar, por meio dos dias pedagógicos e dos cursos de formação continuada para os profissionais da educação.

Quadro 3 - Gênero e Diversidade Sexual- Marcos Legais- Estadual Paraná

PEDH-PR- 2015	Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná
Fundamentação Legal para elaboração do Regimento Escolar- 2009	Trata-se do conjunto de Leis que as instituições escolares devem assegurar como garantias na elaboração do Regimento Escolar.
Orientação Conjunta nº 02/2017-SUED/SEED	Inclusão do nome social nos registros escolares internos do aluno e/ou da aluna menor de 18 (dezoito) anos.
Instrução Conjunta nº 02/2010-SEED/SUED/DAE	Instrui que o nome civil, constituído por prenome e sobrenome é um dos principais direitos de personalidade
Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010	Institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio.
Orientação Pedagógica nº 01/2010-DEDI/SEED	Orienta que os estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica, devem incluir, no ato da matrícula, o nome social de travestis e transexuais no campo destinado para esse registro no cadastro do aluno.
Parecer CP/CEE nº 1/2009	Solicita normatização para a inclusão do nome social nos registros escolares do aluno.

Parecer nº 2/2014-CAOPEduc	Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.012971-4 do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação (Área da Educação), sobre o uso do nome social nas instituições escolares para menores de 18 anos.
Parecer CP/CEE nº 3/2016	Inclusão do nome social nos registros escolares internos do aluno.
PEPDLGBT- 2015	Trata-se do Plano Estadual de Promoção de Políticas Públicas para promoção dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015	Conselho Nacional de Combate às Discriminações e promoções dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais CNCD/LGBT. Sobre o reconhecimento institucional da identidade de gênero.
Lei Estadual, de 18 de maio de 2009	Semana de orientação sobre gravidez na adolescência, 1ª semana de maio.
Lei 11734, de 28 de maio de 1997	Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná.
Lei 11733, de 28 de maio de 1997	Autoriza o Poder Executivo a implantar campanha sobre Educação Sexual, a serem veiculadas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Grau do Estado do Paraná.

Fonte: Site da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Paraná. 25.ago.2021. Organização dos autorer.

Conforme expressa Souza (2020, p. 64), há de se registrar que esses debates não foram pacíficos no cotidiano escolar: o currículo é campo de disputa por diferentes frações de forças

sociais que estão no contexto escolar. Nesse sentido, pela via da hostilização e da disseminação de falsas notícias, as ditas fakes News; universidades, escolas, professores e intelectuais, vem sendo recorrentemente, alvos constantes de ataques. Observa-se a tentativa de eliminação da discussão política do espaço escolar, contida nas proposições do Movimento Escola Sem Partido, com atuação da polícia federal invadindo universidades⁹.

De acordo com Barbosa (2019), as temáticas em torno do campo dos direitos humanos, são rebaixadas pelos partidários do Movimento Escola Sem Partido e do homescholling, desqualificando como “balbúrdia”. Segunda a autora, trata-se de discursos que se sustentam numa racionalidade autoritária, “que negligenciam a possibilidade de compreensão da realidade brasileira de profundo abismo social, reproduzindo as injustiças e desigualdades já cristalizadas sob o viés do preconceito e da intolerância”. (p.172).

Nesse sentido, a Escola se coloca como o espaço de possibilidades e de sociabilidades que possam tensionar e provocar o debate em torno das práticas preconceituosas, discriminatórias, em relação a identidade de gênero, orientação sexual, cor, origem, raça, etnia, religião, origem, idade, condição física e/ou mental que na formação social brasileira, remete à processualidade dos períodos da colonização portuguesa de confissão cristã-católica¹⁰.

9 Cf. Agentes do Estado invadem universidades em todo o país às vésperas do 2º turno Policiais federais, PMs e fiscais interrogam professores, vetam atividades, arrancam faixas e apreendem materiais. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/agentes-do-estado-invadem-universidades-em-todo-o-pais-as-vesperas-do-2o-turno/>. Acesso em: 12.ago.2021.

10 Autores como Gilbert Freyre (1900-1987) nas obras Casa-grande e Senzala e Sobrados e Mocambos; Darcy Ribeiro (1922-1997) em O povo Brasileiro e Florestan Fernandes (1920-1995) na obra A integração do negro na sociedade de classes, entre outros, trazem tessituras firme a respeito desses processos históricos.

O preconceito e a discriminação recebidos pelos sujeitos LGBTQIA+ no cotidiano das organizações escolares, bem como as formas e expressões com que a violência acontece, corroboram para que o desrespeito ao direito fundamental desses sujeitos de ter acesso e a permanência ao ensino regular não sejam garantidos.

Em Butler (2021),

(...) todas as vidas são igualmente enlutáveis e, portanto, que o mundo político deveria ser organizado de tal forma que esse princípio seja reafirmado pela vida econômica e institucional (...), chegamos a uma conclusão diferente e, talvez, a outra forma de abordar o problema da não violência. (p.57).

Embora a escola, a partir de 2016, passa a ser alvo do Movimento Escola Sem Partido, o assédio ao quadro do legislativo (vereadores, deputados e senadores) como também do executivo (prefeitos e governadores) a se comprometerem com pautas do movimento, vem acompanhada com o rebaixamento e o descrédito da instituição escolar, “colocando em xeque a confiança que a sociedade poderia ter em relação aos professores e sua credibilidade na difusão e produção do conhecimento científico”. (REZENDE, 2019, p.195).

LGBTQIA+: visibilidade e espaços emancipatórios.

Como promover espaços escolares em espaços emancipatórios para todos os sujeitos que dele participam e necessitam, nos limites de um modo de produção da existência, fundado no autoritarismo

e nas desigualdades em escalas universais? Essa é uma questão que se encarna nos processos constituidores da organização do trabalho pedagógico para as instituições escolares brasileiras.

Souza (2020) aponta que um caminho proposto pela agenda educacional nos idos de 2009 a 2012, pela Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR), foi o investimento na formação continuada dos profissionais da educação por meio da materialização dos seminários estaduais de igualdade de gênero e diversidade sexual, em três edições (2009, 2010 e 2012). Segundo o autor, os trabalhos ocorreram com a utilização de

Metodologia de oficinas com convidados externos e especialistas nas temáticas gênero e diversidade sexual e convidados internos da própria Secretaria de Educação e do quadro docente da rede estadual. Oportunizam-se os lançamentos de materiais de apoio pedagógico nas temáticas, com destaque para o lançamento do I Caderno Temático de Sexualidade, produzido pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS), importante documento que busca subsidiar o tratamento que os professores e educadores possam recorrer no processo educativo na escola. (SOUZA, 2020, p.69).

São esses eventos que colocam o Estado em ação (Hofling, 2001) e, portanto, como produção de políticas públicas. São essas políticas que impulsionam práticas pedagógicas em que estão tanto profissionais da educação quanto estudantes e seus familiares, sujeitos LGBTQIA+, protagonizando os debates e seu lugar de

fala¹¹, isto é, anunciando e constituindo visibilidade de seres humanos e potencializando espaços emancipatórios.

Ao retomarmos a morte do professor e militante Lindolfo Kolmaski e o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia, ambos mencionados na introdução deste capítulo, interroga-se uma pauta de construção de direitos civis, políticos e sociais, com garantias tácitas de segurança física e mental e, que muitas vezes, são condenados à morte nas esferas públicas e privadas, por “serem privados de voz ou reprimidos quando se manifestam por visibilidade” (PEREIRA, 2019, p. 127).

Não há de se esperar que sejam nas instituições Família e Igreja que a “conversa” sobre a identidade de gênero e diversidade sexual ocorram no interior dos pressupostos científicos acumulados historicamente pela humanidade. É certo, que a concepção e os fundamentos da família advêm das bases cristãs e, exclusivamente conduzidas historicamente, pela Igreja Católica e, mais recentemente, pelas frações neopentecostais ultraconservadores.

Também não é na instituição social Trabalho que iremos visualizar espaços para esses debates, haja vista que, o elemento de controle e as relações de poder que estão alojadas nesses espaços, são resultantes das mesmas bases das instituições sociais citadas anteriormente.

Cabe, nesse sentido, à instituição escolar, ainda que, na

11 De acordo com Andrea Peniche et al. (2021, p. 88)) “importa também esclarecer que o lugar de fala, conforme entendo, não tem como horizonte retirar o direito à palavra a ninguém, muito menos dizer que todos os discursos se equivalem ou que uns são mais relevantes do que outros, mas diversificar os lugares sociais de enunciação e os sujeitos até ao momento reconhecidos e legitimados esgotam e são panaceia de todas as possibilidades discursivas. Cf. PENICHE, Andrea et al. Não posso ser quem somos? Identidades e estratégia política da esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

forma limítrofe, o espaço a ser disputado e tensionado para que, minimamente tenham garantias constitucionais de que sejam resguardados o debate, o ensino e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade e, nesse sentido, o fortalecimento das visibilidades LGBTQIA+ e dos espaços de emancipação humana que é consequentemente, derivada da emancipação política¹².

O debate em torno da identidade de gênero e diversidade sexual é necessário ser colocado no campo da luta de classes ao pensarmos que os sujeitos LGBTQIA+ são excluídos politicamente, juridicamente e economicamente e, para isso, é necessário compreendermos esses tensionamentos nas relações sociais.

Compreendemos que nos debates durante o seminário de 2009 a 2012 promovidos pela SEED-PR, como registramos anteriormente, se materializou um avanço importante para apropriarmos dos desafios; da discriminação e de todo o processo de marginalização que sofrem a fração social LGBTQIA+ ao longo da História, pela qual seus sujeitos passam, cotidianamente, por todo tipo de violência e ações persecutória secularmente. Portanto, essa política educacional pública, teve um papel relevante para o entendimento ao combate contra o preconceito e a marginalização dos membros dessa fração social, bem como as reivindicações e as garantias de seus direitos civis.

São lutas que devem ser ancoradas no âmbito estrutural e não apenas conjuntural. E deve ser permanente e radical. É uma luta que adentra às vísceras das experiências históricas republicanas: da coisa pública, laica, dos direitos sociais universal e gratuito, na experiência acumulada da classe trabalhadora que tem no trabalho sua fonte de produção material e intelectual da existência humana. (LEITE FILHO, 2019).

12 Karl Marx trata dessas categorias na obra Sobre a Questão Judaica de 1843.

Considerações finais

Os estudos até aqui nos conduzem a elencarmos alguns apontamentos teórico-metodológicos acerca dos estudos e das lutas no campo dos movimentos sociais LGBTQIA+ para o campo da Educação, a saber:

i) a apropriação dos sentidos e significados que se atribuem às temáticas de gênero e diversidade sexual, na particularidade brasileira, são fortemente marcadas pelo caráter estrutural de dependência do capitalismo monopolista e financeiro (FERNANDES, 1976);

ii) as lutas e toda articulação advindas dos movimentos sociais para as questões do campo da diversidade, em geral, devem superar a perspectiva cultural e ser perquiridas no conjunto estruturante das agendas políticas, campo histórico dos tensionamentos e disputas pelas frações sociais que dela se ocupam que, em sua expressão visceral, são determinadas pelas forças econômicas mundiais e, no caso específico no Brasil, pela fração burguesa conservadora e dependente do capital estrangeiro;

iii) o escopo legal marcam historicamente que as políticas públicas sociais para os sujeitos LGBTQIA+ para a organização do trabalho pedagógico, nas instituições escolares, ocuparam a agenda dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores nos idos de 2003, até o golpe empresarial-jurídico-parlamentar-midiático de 2016, que trouxe do pântano social as forças reacionárias, ultra-direita e conservadora, negacionista da ciência e da produção do conhecimento, os espólios do que nunca foi superado na estrutura política-econômica-social desse país;

iv) na particularidade das políticas educacionais desenvolvidas no estado do Paraná, foi possível observar que as ações propostas pela Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR), materializou-

se com as condições objetivas destinada aos profissionais da educação, incluindo a formação continuada, no cômputo da jornada de trabalho, avanços nas progressões de carreira e salários e que, de 2015 em diante, houve recuos quanto a esses espaços formativos e, conseqüentemente, prejuízos pedagógicos nas tratativas desse temas nas instituições escolares e que

v) a partir dos idos dos anos 2000 houve um avanço sobre a construção de políticas públicas em defesa e combate às desigualdades, tantos nas esferas jurídicas, quanto nas esferas acadêmicas-econômicas-produtivas, criando dentro do espaço escolar, um ambiente com potencial de emancipação, nos limites do capital, oportunizando à comunidade escolar, o respeito às diferenças.

Ainda é preciso considerar que o conjunto de reflexões que trouxemos sobre os avanços, recuos e desafios que ainda se impõem para as políticas públicas sociais para a fração social dos sujeitos LGBTQIA+ para o campo educacional, numa perspectiva do campo materialista histórico-dialético, carece de outros mergulhos e inserções teóricas. Como afirma Ribeiro (2020), estaremos “à espreita dos encontros, em minha (nossa) dança pessoal ao som das polifonias daqueles que nunca tiveram suas vozes escutadas neste espaço-tempo de disparidades legitimadas” (p.116).]

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Renata Peres. Escola sem partido, balbúrdia ou semiformação generalizada. In: BELMIRO, Luiz; SILVA, Monica Ribeiro (Orgs.). Democracia em ruínas: Direitos em risco. Curitiba: CRV, 2019.

BUTLER, Judith. A força da não-violência: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. Justiça para comunidades lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras. In: LGBT. Revista Margem Esquerda. Revista da Boitempo. Volume 33, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001

LIMA FILHO, Domingo Leite. Contrarreforma social e reforma do ensino médio no contexto do golpe de 2016 no Brasil e seus desdobramentos. In: BELMIRO, Luiz; SILVA, Monica Ribeiro (Orgs.). Democracia em ruínas: Direitos em risco. Curitiba: CRV, 2019.

MARTINS, Bruno Senna. Lutas identitárias e transformação social: dignidades, corpos e alianças. In: PENICHE, Andrea; MARTINS, Bruno Sena; ROLDÃO, Cristina; LOUÇÃ, Francisco. Não posso ser quem somos? identidades e estratégia política da esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PENICHE, Andrea; MARTINS, Bruno Sena; ROLDÃO, Cristina; LOUÇÃ, Francisco. Não posso ser quem somos? identidades e estratégia política da esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PEREIRA, Luz Ismael. Contribuições de Mario Mieli para uma crítica LGBT+ do capitalismo. In: LGBT. Revista Margem Esquerda. Revista da Boitempo. Volume 33, 2019.

REZENDE, Douglas. Escola “sem partido”: a afirmação de uma ideologia política e criminalização docente. In: BELMIRO, Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da (Orgs.). Democracia em ruínas: direitos em risco. Curitiba, PR: Editora CRV, 2019.

RIBEIRO, Everton, A segurança escolar de estudantes LGBT na pauta da formação de professores: experiência estética e desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. P. 17-47

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. Trabalho docente e o debate da diversidade na escola. In: SOUZA, Luiz Aparecido Alves de Souza; JUNKES, Taysa Cristina Bedak; CARVALHO, Fernanda de Almeida; SILVA, Vanessa Maria Poteriko da. O verso e o reverso das práticas pedagógicas na educação básica. Curitiba: Bagai, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo. In: BALIBAR, Étienne;

WALLERSTEIN, Immanuel. Raça, nação, classe: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021.

TOITIO, Rafael Dias. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar? In: LGBT. Revista Margem Esquerda. Revista da Boitempo. Volume 33, 2019.

CAPÍTULO 7

CIDADÃO INVISÍVEL: UM OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE ARAGUAÍNA

Eliana dos Santos Andrade
Gecilane Ferreira (in memoria)
Severina Alves de Almeida

Eu Indigente

Eu, o resto sem eira nem beira, quem cata os restos na feira. Mais uma escória programada, mais uma história mal pichada, interpreto um papel maçado. Reciclo o papel passado. Um papelão: é o que faço. No papelão deito e me abraço.

Vender bala: meu ganha pão. Correr da bala: destinação. A indiferença: desperta minha dor. A sirene: meu despertador. A lua enche meu saco, com seu olhar pálido. Nem a terra absorve, meu olhar árido.

O sol nasce, minha pele frita. Minha voz trava, meu silêncio grita, E meu grito tomba. Varrido pelo vento, sou mais um excremento. Maltratado pelo tempo, dormir é meu passatempo. Abrigado na solidão, sou um eterno desvalido. Com o pensar comprimido e o latido reprimido.

Meu signo: cão de rua. Destino: viver no mundo da lua.
Guerra: encarar esse mundo insensível. Sonho: tirar essa
coleira invisível. Nome: Zé ninguém. Sobrenome: algum
alguém. Sem identidade, sem entidade, sem idade.
Cássio Jônatas.

Cássio Jônatas

Introdução

Não aceitem o que é de hábito como coisa natural, pois
em tempo de desordem sangrenta, de confusão organi-
zada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desu-
manizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer
impossível de mudar.

Bertolt Brecht

No que tange às Políticas direcionadas às Pessoas em Si-
tuação de Rua (PSR) é preciso que os gestores tenham um novo
olhar, já se passaram 10 (dez) anos desde a criação da Política Na-
cional para a População em Situação de Rua, criada na gestão do
ex-presidente Lula; ainda assim são muitos os relatos de omissão
e negligência pública para com estas pessoas; vítimas em geral do
sistema capitalista que as empurram para a rua.

Em razão disso, é preciso repensar as políticas estatais
voltadas a esse segmento populacional, uma vez que, o Estado em
vez de protegê-los viola direitos elementares como alimentação,
saúde e moradia, apesar de garantidos na Carta Magna de 1988;
muitas vezes o Estado não trabalha de forma preventiva, articulada

e nem escuta esse cidadão de forma adequada. Isto é corroborado pelo pensamento de Broide (2017, s/p.):

Uma forma que existe de evitar que situações como essa se alastrem, é o atendimento a essas famílias, um atendimento às periferias, um atendimento, um trabalho sério, vocês vejam que a situação das periferias nas grandes cidades, elas estão imersas, elas estão jogadas à terra de ninguém. [...] o Estado se retira, a visão mesmo a visão neoliberal do Estado, é que o Estado deve se retirar, o Estado ele tá presente nesses territórios muito mais como sócio, parceiro do tráfico ou como é como executor da violência do Estado, tá muito pouco como o Estado que escuta, o Estado que acolhe, o Estado que pensa essas relações no território, tá muito pouco nessa situação, então isso é uma questão de política pública, de política econômica e de política social.

Em razão disso deve ser feito em Araguaína um trabalho preventivo às famílias de risco social, cadastro real da condição vivida pela População de Rua (Pop Rua) de Araguaína - TO, porém não basta contar e cadastrar, é preciso que haja a interlocução e trabalho em rede para que essa população não seja violentada duas vezes, a primeira quando vai para a rua e a segunda quando não consegue acessar as políticas que lhe são de direito.

Durante a realização dessa pesquisa foi verificado que em Araguaína – TO, as políticas andaram lentamente no que tange à Pop Rua, pois o município teve a oportunidade de implantar equi-

pamentos públicos como o Centro Pop, a Casa de acolhimento, no entanto, a verba federal está parada e o município alega não haver co- financiamento para manutenção desses serviços; em vez de buscar saída junto à Pop Rua, à sociedade em geral e às ONGs. Após a aquisição do relatório do município e com as entrevistas realizadas nessa pesquisa, foi detectado que o município apresenta em torno de 85 (oitenta e cinco) moradores de rua. Porém no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) existem apenas 5 (cinco) cadastrados.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como foco apontar a latente invisibilidade das pessoas que vivem nas ruas de Araguaína - TO; pois, nos dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social elas aparecem em número diferente do real. Embora suas presenças nas praças e no mercado municipal de Araguaína sejam uma constante, quando são enxergadas, enfrentam estigmas e preconceitos de toda ordem, chegando mesmo a ser um empecilho para os comerciantes locais; sendo comum, inclusive, a equipe de serviço social ser chamada para retirar PSR de frente de estabelecimentos comerciais. “Não há como negar nossa existência; a nossa luta, hoje, é pela efetivação das políticas públicas e pela não violação de direitos que as pessoas em situação de rua sofrem o tempo inteiro” (PEREIRA, 2005 apud LAVOR, 2016, p. 20).

Vale ressaltar que, neste trabalho, muitas vezes, quando nos referirmos à Pop Rua, empregaremos o termo excluído ou desfilhado no lugar de vulnerável. O emprego de tais termos possuem, conforme Castel (2015), embasamento teórico, pois, segundo esse autor, quando uma pessoa perde seus vínculos sociais, econômicos e afetivos, ela ultrapassa a linha da vulnerabilidade, em consequên-

cia disso torna-se um excluído social. Nós entendemos que a PSR possui esses vínculos rompidos, portanto é uma pessoa excluída socialmente e não vulnerável, para Castel (2015), o vulnerável ainda possui vínculos, frágeis, “mas possui”.

Esta pesquisa utiliza também os conhecimentos de Amartya Sen (2010) como embasamento teórico, pois este autor traz a importância da liberdade como fator de desenvolvimento, uma vez que, quem é livre tem capacidade (ativos sociais) para enfrentar problemas e se desenvolver enquanto pessoa.

A invisibilidade de um grupo social

Após a revolução industrial, houve grandes transformações na sociedade, no modo de pensar a economia e o trabalho, e, conseqüentemente a grande massa de trabalhadores rurais partiram para a cidade, saindo da condição feudal para a condição de explorados na cidade. Como consequência, muitos se tornaram vulneráveis nessa nova vida, por não possuírem condições de acompanhar essas transformações (MARX; ENGELS, 2006).

Nesse sentido,

A revolução industrial provocou a mudança de milhões de europeus da zona rural para a cidade, onde iam trabalhar na manufatura de aço e na indústria têxtil. [...] Eram os novos pobres urbanos – Marx os identificou como ‘proletariado’ pela primeira vez no manifesto (MARX; ENGELS, 2006, p. 14, ênfase dos autores).

A sociedade moderna capitalista tinha necessidade de integrar o proletariado além de desenvolver a classe trabalhadora, observa-se assim, que o primeiro conflito dessa integração foi a luta pela moradia e também do controle da produção; a pobreza, portanto, se origina com o carimbo do que hoje conhecemos como urbano (LAVINAS, 2003).

Com essas diferenças de classe, surgiu a pobreza, que é uma característica própria das cidades, não somente em razão dos pobres viverem, em sua grande maioria nas cidades, e sim, porque a reprodução desta pobreza tem a ver com o modo urbano de se viver, pois engloba o trabalho, a proteção social e o pacto que organiza a coesão social, e isto é o que estrutura a tríade: Estado, sociedade civil e mercado (LAVINAS, 2003).

Para a contextualização do assunto, a Política Nacional para a População de Rua (PNPR) define o grupo dentro desse construto social como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia regular e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, s/p.)

Só em 2007, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi realizada a primeira pesquisa nacional sobre a Pop Rua, e os resultados demonstram

que a cidadania da Pessoa em Situação de Rua além de ameaçada, é vulnerável e/ou até mesmo excluída. Isto ocorre, por exemplo, quando a população de rua não é contabilizada durante censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois “no Brasil os censos demográficos não incluem a população em situação de rua, visto que a coleta de dados é realizada com base domiciliar” (GOMES; SANTOS, 2014, p. 05).

Esta exclusão também é percebida na alimentação de dados da Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação da cidade de Araguaína, norte do Tocantins, pois estão cadastrados no Ministério de Desenvolvimento Social apenas cinco pessoas em situação de rua, o que contraria a realidade, uma vez que durante a realização desta pesquisa foi detectado um número próximo de 85 moradores de rua, lembrando que pode ocorrer uma pequena flutuação para mais ou para menos. Isto se dá em razão da migração ser uma característica desse grupo populacional.

Políticas Públicas

Primeiramente vamos definir o que vem a ser política. Nas palavras de Rua (1988, p. 17), “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. A autora esclarece que políticas públicas (policy) são o resultado de atividade política, que pode ser entendido como a coleção da tomada de decisões e ações relacionadas a valores sociais.

Com efeito, Sousa (2015) relata que a população em situação de rua é considerada um fenômeno comum encontrado em

grandes centros urbanos, esse fato demonstra que as políticas públicas não estão comprometidas com as condições inerentes a qualquer política social, a saber: as intervenções no âmbito social, a justiça e a equidade social. Passemos agora a verificar a trajetória de acontecimentos que culminaram na criação da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), conforme figura abaixo, segue a Linha do Tempo dessa política:

Figura 1 – Cronologia da Política Nacional para População de Rua.



Fonte: Andrade, 2018.

A crença de mudar o país e a própria vida estão presentes na criação da Constituição Federal de 1988. Em razão de emendas populares, as propostas dos cidadãos brasileiros chegaram a ser temas de discussão pelos constituintes, dessa forma o poder do povo foi realizado por meio da participação (democracia participativa) e pela eleição (democracia representativa). A partir de muitos debates e participação política surgiu, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A luta por políticas sociais continuou e em 2003, ocorreu a IV Conferência Nacional onde ficou estabelecido as diretrizes para a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como marco de modelo de política social no país (BRASIL, 2006).

A evolução da criação das políticas públicas voltadas ao segmento da população em situação de rua, começa com a carta magna trazendo as garantias sociais a todos os brasileiros em seu artigo 6º; mas só em 2004 é que surgiu a Política Nacional de Assistência Social. Em 2005 houve uma alteração no parágrafo único do artigo 23 da LOAS, que passou a exigir amparo às pessoas que estão em situação de rua (BRASIL, 1993). Ainda em 2005 foi realizado no país o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua; em 2006 foi criado o decreto composto pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o escopo de criar estudos e ainda apresentar propostas de políticas públicas voltadas para os moradores em situação de rua (BRASIL, 2011, grifo nosso).

Segundo Brasil (2005), quanto à Política Nacional de Assistência Social, diz que nasceu em 2004 e está dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ela é fruto de discussões do Conselho Nacional de Assistência Social e da Secretaria Nacional de Assistência Social, dando continuidade à garantia de direitos sociais contemplados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Portanto: “A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção” (BRASIL, 2005, p. 16).

Isto posto, Costa (2013) afirma que o SUAS divide a oferta dos serviços de proteção social em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). O PSB é constituído pelos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

A figura 2, localizada a seguir, demonstra como deve ser a articulação entre os serviços sociais para atendimento à população de rua, dos serviços mostrados em Araguaína temos apenas o CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social, este não faz de forma efetiva a busca ativa de inclusão no Cadastro Único como preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a PNPR. Isto pode ser confirmado pelos relatórios sociais do ministério do MDS, visto que Araguaína tem cerca de 85 moradores de rua, porém apenas quatro moradores de rua aparecem nos cadastros do Ministério retromencionado.

Figura 2 – Fluxo de Serviço para a saída da Situação de Rua.



Fonte: Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – PR (2011).

Brasil (2008), ao se reportar à PNPR, recomenda que haja a instituição de Comitês Intergestores de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR, recomenda também que estes comitês possam ser integrados por diversas áreas que trabalham com esse público; ademais são necessários fóruns, participação de moradores de rua em movimentos e entidades representativas desse segmento populacional.

Os serviços voltados à Alta Complexidade da Proteção Especial são: Família Acolhedora; Família Substituta; Casa Lar; República; Atendimento Integral Institucional; Casa de Passagem; Albergue; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido. Os serviços relacionados à Proteção Social Especial de Alta complexidade são os que vão garantir a proteção integral, a saber: a alimentação; a moradia; a higienização e trabalho das pessoas que estão sem referência, em situação de ameaça e que necessitam ser retirados da convivência da família e/ou comunidade (BRASIL, 2005). Em Araguaína não são ofertados os serviços de Casa de Passagem, Albergue e República, estes serviços são direcionados à população em situação de rua.

Evolução das Políticas Públicas à PR de Araguaína de 2008 a 2018

Em Araguaína as políticas públicas voltadas à população de rua se deram na sequência descrita a seguir:

Figura 3 – Linha cronológica das ações voltadas à PSR em Araguaína



Fonte: Autora (2018).

Em 17 de janeiro de 2011, o então Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação de Araguaína, Jota Patrocínio relatou que medidas sobre a população em situação de rua na cidade estavam sendo tomadas; dentre essas medidas estava a criação da Casa Abrigo, ele estava dando respostas à inúmeras cobranças da sociedade local, que estava preocupada com o número crescente dessa população; o secretário relatou ainda:

O problema é público e notório, por isso, temos uma equipe de rua, formada por profissionais da área de Assistência Social e psicólogos para ir de encontro a essas pessoas de maneira permanente. Ano passado, fizemos um mapeamento e identificamos oito casos bem complicados, casos estes de mendigos que não aceitam ajuda alguma do município, dentre eles, pessoas envolvidas com o alcoolismo e uso de drogas que além de morarem nas ruas, querem continuar vivendo de esmolas. Muitas vezes eles tratam nossa equipe com agressividade e não podemos tirá-los da rua à força, tem a questão dos Direitos Humanos, portanto, o problema não é tão fácil de ser resolvido como a maioria da população pensa',

diz o secretário. Por outro lado, Jota Patrocínio explica que o trabalho da Secretaria tem dado certo em muitos casos: ‘Ano passado nossa equipe ajudou a fazer retornar às suas famílias, cerca de cinquenta moradores de rua. Portanto, temos combatido o problema como podemos. Se tivéssemos sendo omissos, Araguaína inteira estava tomada por eles’, observa (SECRETÁRIO in MARIA, 2011, p. 01).

Em dezembro de 2011, o site Portal Stylo (2011) trouxe matéria mostrando o incômodo da sociedade araguainense em relação aos moradores de rua:

Nas calçadas da Cônego João Lima, centro comercial e financeiro do município, é comum os pedestres se depararem com pessoas usando trapos, jogados pelo chão, muitas vezes dormindo em cima de papelões. Tanto quanto cresce a cidade, também cresce o sentimento de incômodo das pessoas com a presença de moradores de rua nos locais. Os comerciantes há muito tempo têm reclamado dos transtornos causados em frente as lojas. O mal cheiro e o desconforto estético são as principais reclamações (LIMA, 2011, p. 01).

Ainda de acordo com a matéria, o Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação de Araguaína da época, Jota Patrocínio instalou a Casa de Acolhimento em parceria com a Associação Divina Providência com escopo de retirar os “mendigos” das ruas; “Vamos colocá-los num lugar adequado para que eles não vivam em

condições sub- humanas pelas ruas da cidade”, disse (LIMA, 2011, p. 01). O site retromencionado (2011) trouxe a fala de um empresário da cidade Husthom Parente, onde este relata que a casa de acolhimento deveria oferecer tratamento para os casos do uso abusivo de álcool por parte de alguns moradores de rua, por se tratar de saúde pública e não de segurança; o empresário relata ainda que há moradores em situação de rua há mais de 15 anos:

A história de Matusalém, um senhor de aparentemente 60 anos, é o que mais surpreende Husthom. ‘Ele disse que chegou aqui faz uns 15 anos e que veio para trabalhar, ele é o exemplo de que é o álcool o responsável pela maioria dessas histórias, me contou que por causa do álcool perdeu o emprego e quando menos esperou já estava na rua, tentou voltar para o Piauí e não conseguiu’ (LIMA, 2011, p. 01, grifo nosso)

Ao acompanharmos a Linha do Tempo, sobre as Políticas Públicas de População de Rua de Araguaína, é que podemos perceber que caminhamos pouco na efetivação dessas políticas, visto que esse morador de rua chamado de Matusalém citado na matéria acima, ainda em 2018 se encontra em situação de rua.

Conforme relatos do Profissional da Ação Social 02 (2018, grifo nosso), a “Casa Reviver” foi implantada no município de Araguaína ,em 2011, com o objetivo de recolher a população em situação de rua, oferecer atendimento na área social, além de ofertar alimentação, local para descanso, com funcionamento em dias úteis, em período diurno; a casa era mantida por recursos municipais e funcionou até dezembro de 2012. Nesse período de funcionamento da Casa, havia um cardápio de ações: a) abordagem social; b) recambiamento e retorno ao município de origem; c)

encaminhamento para atendimento socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos, dentre outros; uma média de 886 moradores em situação de rua foram atendidos nessa época.

A Nova gestão municipal, no ano de 2013, após avaliação da prestação de serviços ofertadas pela casa, percebeu que a mesma não funcionava dentro dos moldes da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em razão dos poucos recursos financeiros. Em razão dos fatos retromencionados, a gestão decidiu por não reabrir a Casa (PROFISIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 02, 2018).

Em maio de 2013, o município de Araguaína voltou a debater sobre a população de rua, a Secretária de Trabalho e Ação Social Cleomar Ribeiro juntamente com entidades religiosas, instituições públicas, o objetivo da reunião era buscar apoio para implantação de políticas públicas voltadas aos moradores de rua. Na época dessa reunião Cleomar disse que em Araguaína havia cerca de 40 moradores de rua, ainda conforme a Secretária:

Nossos assistentes sociais estão em todas as partes da cidade para reunir o máximo de informações sobre este público. Mas a resistência deles tem sido grande e não podemos forçá-los a falar conosco', explica a secretária. O uso de álcool e drogas, em alguns casos, dificulta o contato com os moradores. Estas pessoas vêm de várias regiões do país como Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e até São Paulo, Ceará e Minas Gerais. Segundo a secretaria, os principais pontos de concentração de pessoas em situação de rua são a Praça das Nações, Feirinha e Rodoviária. (PORTAL O NORTE, 2013, s/p.)

A secretária executiva de Trabalho e Ação Social de Araguaína, Núbia Marinho, relatou que o município

implantar o Serviço especializado em População de Rua (CENTRO POP). Apesar de o CENTRO POP ser implantado apenas em municípios que tenham acima de 200 mil habitantes, substituirá a Casa de Acolhimento Reviver, que funcionou de 2011 a 2012. “Mas nós vamos elaborar uma proposta baseada na nossa realidade e pleitear junto ao governo federal uma adaptação deste programa para Araguaína”, esclareceu a secretária executiva de Trabalho e Ação Social, Núbia Marinho. (PORTAL O NORTE, 2013, s/p.)

Em agosto de 2013, através da Resolução 06/2013 foi publicado no Diário Oficial do Município de nº 405, o Termo de Aceite para implantação do Centro POP, conforme segue abaixo:

Dispõe sobre aprovação do Termo de Aceite 2013 / CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, em reunião realizada em 06 de agosto de 2013. A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, a Senhora Isabel

Cristina Bento Maranhão, no uso de suas atribuições legais em reunião ordinária, Ata nº 14.2013, realizada dia 06 de agosto de 2013, às 8 horas e 30 minutos, na Sala da Articulação dos Conselhos, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - SMTAS, de acordo com a Lei Municipal nº. 1790, de 17 de fevereiro de 1998, RESOLVE: Art.1º - Aprovar o Termo de Aceite 2013 CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação; Araguaína, 06 de agosto de 2013. Isabel

Cristina Bento Maranhão Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (PREFEITURA DE ARAGUAÍNA, 2013, p. 03, grifo nosso)

Em 2013, apesar da Gestão da Secretaria de Assistência Social de Araguaína ter assinado documentos formais e aceitado o cofinanciamento federal do MDS, para implantação do CENTRO POP com valor mensal de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e também do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) mensais; o município de Araguaína, no período compreendido entre 2014/2015 após análises técnicas, considerou esses valores baixos para a manutenção desses serviços (PROFISSIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 02, 2018).

Embora a gestão municipal tenha reconhecido a relevância da oferta desses serviços, a gestão acreditou ser inviável financeiramente a implantação do CENTRO POP em concomitância com o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, por entender que este último é serviço de alta complexidade, que exigia atendimento ininterrupto. A devolução desses recursos financeiros se deu com a concordância do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), por meio de reunião realizada na data de 27/05/2015 (PROFISSIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 02, 2018).

Em 10 de Setembro de 2015, houve a publicação do termo de Devolução dos recursos destinados ao CENTRO POP e Casa de Acolhimento no Diário Oficial de Araguaína nº 917, conforme abaixo:

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em Reunião ordinária realizada dia 27 de maio de 2015, às oito horas e trinta minutos, na Sala da Articulação dos Conselhos Municipais, Ata nº 06.2015, no uso da competência conferida pela a

Lei Municipal nº. 1772, de 29 de dezembro de 1997,
RESOLVE:

Art.1º - Tornar pública a devolução dos recursos para implementação dos Programas Federais Centro POP e Casa de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua, pelo Município de Araguaína - TO; Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação; Publique-se e cumpra-se. Araguaína- TO, 01 de junho de 2015. Kátia Menezes e Silva Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (ARAGUAÍNA, 2015, p. 03).

O município está com essa verba em conta, aguardando parecer do Ministério para devolução. Pelos fatos expostos sobre a linha do tempo das políticas públicas voltadas para a população de rua em Araguaína, percebemos que estas não são suficientes e efetivas, pois precisamos estudar mais sobre essa população, reconhecer suas vulnerabilidades e fazer com que seus direitos, já garantidos pela Constituição Federal, saiam do papel. Costa (2013) relata que a forma que o Poder Público trabalha a inclusão social da população de rua se mostra frágil e precária, aliado a isso, tem se um sistema econômico que inclui e exclui a seu bel prazer; desta feita os mais pobres são os que mais sofrem com esta exclusão, tornando assim dispensáveis.

Em Araguaína, as ações ofertadas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social à Pop Rua se reduzem ao Serviço de Abordagem, ações pontuais em alguns casos de pessoas em situação de rua; não oferece o serviço de Centro POP e nem casas de Acolhimento, isso atrapalha o devido fluxo de atendimento à Pop Rua, conforme preconiza a PNPR.

Araguaína: Universo da Pesquisa

No que tange a Araguaína, foi criada pela Lei Estadual nº 2.125, de 14 de novembro de 1958, e tendo sido instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959, o município de Araguaína está localizado na região Norte do Estado de Tocantins, na microrregião “Araguaína”, com área de 4.000 km². A cidade localiza-se a 380 km de Palmas e a 1.100 km da capital federal, Brasília. Conforme o último censo, de 2010, sua população era de 150.484 habitantes.

A revista *Veja*¹ ao realizar uma classificação nacional de grandes cidades, classificou Araguaína como uma das 20 grandes cidades do futuro. O censo do IBGE confirmou essa previsão, quando apontou um crescimento de 24,81%, ou seja, um grande índice que colocou Araguaína em posição de destaque em relação a outros municípios brasileiros. Em nível estadual a cidade é conhecida pelos tocantinenses como a capital com índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,752 (IBGE, 2016); tem uma população de 150.484 mil habitantes, apesar de todo esse destaque, paradoxalmente apresenta população em situação de rua expressiva.

Pessoas em Situação de Rua em Araguaína: cenário de vulnerabilidade social

Segundo o Relatório Sobre Bolsa família e Cadastro Único, é observado que das 27.004 famílias cadastradas em Araguaína 2.379 (duas mil trezentas e setenta e nove) famílias vivem com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00; 6.956 (seis mil novecentas e cinquenta e seis) vivem hoje com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 11.

1 Fonte: <<http://acervo.clebertoledo.com.br/negocios/2010/09/07/27090-araguaina-esta-entre-as-20-metropoles-do-futuro-de-quot-veja-quot-impulsionada-pelo-setor-de-servico>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

250 (onze mil duzentas e cinquenta) famílias sobrevivem com a renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; e 6.419 (seis mil quatrocentas e dezenove) famílias vivem com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo.

Neste relatório, consta que o cadastro da população em situação de rua não condiz com a realidade, pois temos aproximadamente 85 (oitenta e cinco) pessoas em situação de rua, mas no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estão cadastradas apenas 5 famílias; destas apenas 2 recebem bolsa família, denotando assim a invisibilidade da população de rua da nossa cidade econômica do Tocantins. Em janeiro de 2018 eram somente 3 famílias em situação de rua cadastradas; em maio de 2017 nenhuma família estava cadastrada, conforme se demonstra nos quadros 1, 2 e 3 abaixo mencionados:

Quadro 1 - Famílias em Situação de Rua

Famílias em Situação de Rua	Qtd.	Data
Famílias em Situação de rua cadastradas	0	Maio de 2017
Famílias em Situação de rua beneficiárias do Bolsa Família	0	Maio de 2017

Fonte: MDS (2018)

Quadro 2 - Famílias em Situação de Rua

Famílias em Situação de Rua	Qtd.	Data
Famílias em Situação de rua cadastradas	3	Janeiro 2018
Famílias em Situação de rua beneficiárias do Bolsa Família	3	Janeiro 2018

Fonte: MDS (2018).

Quadro 3 - Famílias em Situação de Rua

Famílias em Situação de Rua	Qtd.	Data
Famílias em Situação de rua cadastradas	5	Junho 2018
Famílias em Situação de rua beneficiárias do Bolsa Família	2	Junho 2018

Fonte: MDS (2018).

Considerando a expressiva quantidade de pessoas em situação de rua em Araguaína, no total de 85 (oitenta e cinco), buscamos em nossa pesquisa abarcar um quantitativo que fosse representativo, estendendo-se, também, aos profissionais que atuam em políticas públicas de atendimento a essas pessoas.

Nossa pesquisa realizou um estudo sobre a invisibilidade das pessoas que vivem nas ruas de Araguaína no Estado do Tocantins. Em dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), eles aparecem em número menor do que a realidade, uma vez que são 85 (oitenta e cinco) pessoas morando nas ruas, enquanto o MDS apresenta apenas 5 (cinco) famílias. Nesse sentido, e embora a presença das pessoas em situação de rua nas praças, rodoviária, mercado municipal e centro da cidade seja uma constante, percebemos que nas poucas vezes em que são enxergadas, essas pessoas enfrentam estigmas e preconceitos de toda

ordem, chegando mesmo a ser um empecilho ou um problema que deve ser tirado desses locais.

Nesse sentido, e considerando que existem 85 (oitenta e cinco) pessoas morando nas ruas de Araguaína, mapeamos essa população, a qual, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (2018), pode ser encontrada nos seguintes pontos conforme quadro 4 a seguir. Quere-mos ressaltar que chegamos a essa totalidade de oitenta e cinco pessoas vivendo em situação de rua, em razão da Secretaria de Assistência Social, por meio do Serviço de abordagem, ter nos entregue relatório por e-mail. No relatório estavam cadastrados e nomeados 65 moradores de rua; os outros 20 foram abordados e contados por mim com a ajuda do morador de rua Louva-a-Deus.

Quadro 4 - Local de maior frequência das PSR de Araguaína

ORDEM	LOCAL	QTD
01	Posto Boiadeiros	01
02	Bradesco do Entroncamento	02
03	Av. Tibúrcio Dantas	05
04	Rodoviária	15
05	CAPS AD	15
06	Rua 25 De Dezembro	03
07	Parque Cimba	01
08	Mercado Municipal	09
09	Praça São Luiz Orione	04
10	Praça Das Bandeiras	01
11	Rua Ademar Vicente Ferreira	01
12	Av. Marginal Neblina	01
13	Setor Jk	01

14	Vila Azul I	01
15	Feirinha	01
16	Bairro Santa Terezinha	01
17	Outros	23

Fonte: Autora (2018).

Como podemos perceber, a população que mora nas ruas em Araguaína-TO, se dispersa por locais que estão no centro, ou em seu entorno. Entretanto, alguns encontram-se em locais mais afastados, como o Bairro Santa Terezinha, Setor JK e Vila Azul.

Perfil dos Participantes da Pesquisa

Decidimos entrevistar 19 pessoas de diversas áreas: 4 (quatro) profissionais da Saúde, 5 (cinco) profissionais da Assistência Social; 1 (um) representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; 1 (uma) pessoa ligada aos conselhos Municipais: da Mulher, do Idoso, da Criança e Adolescente, de Combate às Drogas; 1 (um) representante do Conselho Municipal da Saúde; 2 (dois) profissionais da área do Direito; 3 (três) profissionais da área da Psicologia; 2 religiosos. Enfim, escolhemos indivíduos da sociedade que de alguma forma estão vinculados à pessoas em situação de rua (PSR). Essas entrevistas duraram em média 15 minutos.

Desses indivíduos entrevistados 8 (oito) são do sexo feminino e 11 (onze) são do sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade 03 (três) têm formação de nível médio; 16 (dezesesseis) têm formação de nível superior; 5 (cinco) têm pós-graduação stricto sensu e 10 (dez) têm pós-gradua-

ção lato sensu. Nenhum dos profissionais teve seu nome identificado, seus nomes foram substituídos pela área de atuação.

No que concerne à População em Situação de Rua, optamos por entrevistar 7 (sete) pessoas que estão em situação de rua na cidade de Araguaína; as entrevistas duraram por volta de vinte e nove minutos, a variação de idade é de 19 (dezenove) anos a 78 (setenta e oito) anos; a escolaridade das pessoas entrevistadas, varia entre analfabetismo, ensino fundamental e médio; seis são do sexo masculino e só uma pessoa é do sexo feminino; quanto à cor das pessoas em situação de rua, 3 (três) são negras e 4 (quatro) são pardas; quanto à questão de documentos apenas 4 (quatro) possuem documentação.

Apesar das 7 (sete) pessoas entrevistadas se enquadrarem dentro dos critérios da Política Nacional de População em Situação de Rua para receberem benefícios do governo, nenhuma delas estava cadastrada no Cadastro Único pelo serviço de abordagem municipal nem informada sobre seus direitos, conforme demonstrado no quadro abaixo (Quadro 5):

Quadro 5 – Pessoa em situação de rua que concedeu entrevista (PSR) em Araguaína - TO

ENTREVISTADO	CODINOME	IDADE	ESCOLARIDADE	SEXO	COR	DOCUMENTOS	BENEFÍCIOS DO GOVERNO
PSR 1	Maria	53	Ensino Fundamental	F	Negra	Possui	Não Possui
PSR 2	Cidadão de Papel	78	Analfabeto	M	Pardo	Não Possui	Não Possui
PSR 3	Ovelha Negra	22	Ensino Fundamental Incompleto	M	Negro	Não Possui	Não Possui

PSR 4	Jardineiro	35	Ensino Fundamental Incompleto	M	Negro	Não Possui	Não Possui
PSR 5	Louva-a-Deus	44	Ensino médio	M	Pardo	Possui	Não Possui
PSR 6	Coração de Estudante	19	Ensino médio	M	Pardo	Possui	Não Possui
PSR 7	Severino	35	Ensino Fundamental Incompleto	M	Pardo	Possui	Não Possui

Fonte: Autora (2018).

No que se refere à alimentação, todas as 7 (sete) PSR conseguem ao menos uma refeição por dia ou porque ganharam ou compraram do dinheiro que conseguem por vigiarem carros; no tocante à discriminação todos os 7 (sete) relataram algum tipo discriminação; Cada um dos entrevistados receberam um codinome que tem, de alguma modo, sincronia com seu perfil. No quadro a seguir descrevemos os sete participantes, os quais são identificados como pessoas em situação de rua (PSR), bem como os motivos que os levaram a viver nas ruas, conforme informações contidas no quadro 6:

Quadro 6– Motivos que levaram a viver nas ruas

ENTREVISTADO	CODINOME	MOTIVOS
PSR 1	Maria	Desavença Familiar /Uso de Substâncias Psicoativas
PSR 2	Cidadão de Papel	Desavença Familiar / Perdas Financeiras
PSR 3	Ovelha Negra	Desavença Familiar / Uso de Substâncias Psicoativas
PSR 4	Jardineiro	Desavença Familiar
PSR 5	Louva-a-Deus	Perseguição de Traficantes/ Uso de Substâncias Psicoativas
PSR 6	Coração de Estudante	Desavença Familiar / uso de substâncias psicoativas
PSR 7	Severino	Desavença Familiar

Fonte: Autora (2018).

Das 7 (sete) pessoas entrevistadas só uma tem relacionamento estável com outra pessoa em situação de rua, as demais são solteiras; quanto à saúde das 7 (sete) PSRs entrevistadas, todas tinham algum tipo de comprometimento, as 7 (sete) possuíam problemas de ordem bucal; 1 (uma) demonstrava ter transtorno mental; 1 (uma) apresentava dermatite; 1 (uma) apresentava dores de cabeça recorrentes; as condições de higiene eram precárias em 5 (cinco) delas; só 2 (duas) pessoas faziam higiene corporal de forma adequada, para isso uma utilizava o banheiro de um estabelecimento vinculado à uma Instituição religiosa e a outra usava o CAPS AD III; todas as 7 (sete) PSRs entrevistadas fazem uso do espaço público para dormir; quanto à questão financeira só 3 (três) PSRs tinham algum tipo de ocupação (por exemplo: catar latas; guardar carros e/ou motos; venda de canetas); as outras 4 (quatro) vivem de doações; quanto à participação em movimentos sociais, nenhuma das 7 (sete) PSRs não tem a prática de participação popular e nenhuma participa de movimentos sociais. No que concerne ao exercício da democracia, só 1 (uma) das 7 (sete) PSR decla-

rou ter votado na última eleição.

Ademais, nossa pesquisa realizou-se com 7 (sete) pessoas em situação de rua (PSR). Considerando que o total de PSR de Araguaína são 85, alcançamos 8% do total. As entrevistas duraram cerca de meia hora.

Com efeito, nossa pesquisa teve como foco a latente invisibilidade das pessoas que vivem nas ruas de Araguaína no Estado do Tocantins. Em dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), eles aparecem em número menor do que a realidade, uma vez que são 85 pessoas morando nas ruas, enquanto o MDS apresenta apenas 5 (cinco) famílias.

Nesse sentido, e embora a presença das PSRs nas praças, rodoviária, mercado municipal e centro da cidade seja uma constante, percebemos que quando são enxergadas essas pessoas enfrentam estigmas e preconceitos de toda ordem, chegando mesmo a ser um empecilho ou um problema que deve ser tirado desses locais. A seguir, descrevemos o perfil dos participantes da pesquisa e, simultaneamente, suas respostas ao questionário que aplicamos. Ademais, organizamos suas falas em excertos, o que favorece uma melhor compreensão.

PSR Maria

A PSR Maria tem 53 anos, é de Xambioá, tem um companheiro também PSR e não apresenta data precisa de quando saiu de casa, mas ela acha que faz mais ou menos um ano que está em situação de rua. Salienciamos que o nome “Maria” deu-se a partir do momento em que houve uma identificação, por analogia, com outra “Maria”, a da música de Fernando Brant e Milton Nascimento. Isso porque, durante nossas conversas, nossa “Maria”, reiteradamente, se apresentava como uma pessoa desiludida e desanimada, sem sonhos. Isso pode ser constatado, por analogia, quando um verso da “Maria” da música diz que: “Maria, Maria é um dom,

uma certa magia uma força que nos alerta, uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta”. Vejamos o perfil de nossa “Maria” no excerto a seguir.

Excerto 1. Maria

Fui morar na rua porque a minha mãe morava aqui e foi embora pro Goiás, aí meus filhos também, aí com minhas irmãs eu não dou certo e cada qual com suas famílias[...] É difícil demais morar na rua, porque você precisa tomar um banho, não tô escovando o dente... na rodoviária não tem chuveiro, tem que depender da boa vontade do dono do hotel Viana [...] só que ele deixava era aberto né, tinha acesso todo mundo, os meninos aqui da praça, todo mundo ia lá e tomava banho e tudo, mas aí teve uns que foram lá e roubaram, porque lá é hotel né e tem a menina que lava os lençol, toalha ai estende lá, ai quando entraram uns lá, ai sujou a barra dos outros. [...] Mas aqui na rodoviária a gente não pode ficar do lado de dentro... tem um mudo que ele trabalha aí, e ele pega muito no pé das pessoas[...] Direto o Coordenador da rodoviária oferece passagem pra nós, pra onde a gente quiser ir, mas não vou não [...] Não tenho sonho mais não[...]tem hora que eu fico pensando assim, se eu não conhecesse o evangelho, nem a palavra de Deus, eu acho que eu já tinha até me suicidado, mas Deus é bom né? Tem muita gente que ora pela gente... graças a Deus. “Aí o inimigo afasta né, que Deus não deixa (Entrevista, 2018).

É comum a presença de três características da Pop Rua: exclusão social, morte civil e violência simbólica (Trinômio da Pop Rua). A fala de Maria expõe de forma escancarada essa tríade; como exemplo disso

temos a violência simbólica vivida, porém não sentida por nossa “Maria”:

Antes de vir pra cá pra rodoviária a gente ficava na pracinha da igreja matriz... foi a polícia que mandou o pessoal sair, que não era pra ficar lá, é, não era pra ficar lá... por que lá não tem aquela piscina?! Aí os morador de rua tavam tomando banho, tavam lavando roupa, e ali não pode né, é tipo um cartão postal da cidade né? (Entrevista, 2018).

Além da violência simbólica, nossa Maria passa por exclusão social quando não tem sequer um lugar para tomar banho e escovar os dentes; ainda tem que estar a todo momento dizendo ao Coordenador da Rodoviária que não quer sair de Araguaína, embora seja comum as reiteradas ofertas para mudar daqui. A tríade violência simbólica, exclusão social e morte civil de Maria se completa quando ela nos relata que não participou das últimas eleições e nem de movimentos sociais. A história de Maria denuncia a falta de Programas Sociais que trabalhem em rede com outras secretarias, com objetivo de construir projetos de vida para a Pop Rua.

PSR Cidadão de papel

A PSR Cidadão de Papel é do sexo masculino, tem 78 anos, é do interior do Pará e, assim como “Maria”, não sabe precisamente desde quando está na rua, a escolha do nome “Cidadão de Papel”, está vinculada ao fato dele não ter nenhum documento que o identifique e o faça cidadão de fato, com seus direitos respeitados e minimamente uma condição de vida digna. “Cidadão de Papel” é uma expressão usada por Gilberto Dimenstein, jornalista e escritor, em seus escritos sobre pessoas em situação

de rua na cidade de São Paulo, pelo Jornal Folha de São Paulo.

Excerto 2: Cidadão de Papel

Fui criado por minha vó, ela faleceu,...eu tive uma família com 17 anos , eu tive uma mulher, uma filha... me separei...depois de um tempo vim pra rua...porque não tinha lugar pra ficar...pra comprar casa...eu tinha um sonho de pissuir minhas coisas, minha família... mas não deu certo [...] To bem...só esse olho do lado direito que eu não enxergo, porque uma vez que os bandidos botaram em mim no Nova Araguaína eu tava dormindo...ô pancada do diabo saiu sangue pela venta; do nada eles me bateram [...]eu tava quieto, tava dormindo...meus dentes aqui acolá dói, mas não serve pra mais nada [...] e esse povo da prefeitura não ajuda ninguém não (Entrevista, 2018).

O Cidadão de papel foi a primeira PSR que entrevistei em Araguaína. Durante nossos contatos e entrevistas, percebi uma ausência do Estado na vida dele; porque ele tem quase 80 anos, a equipe de abordagem social do município já esteve em contato com ele. E quando abordado por servidoras deste serviço, foi pedido a ele e a outra PSR (Louva-a-Deus) que saíssem da frente de uma loja. As servidoras deixaram de usar este momento para escuta qualificada e estabelecimento de vínculos, deixaram também de fazer esclarecimentos de quais direitos sociais essas PSRs tinham. Pelo contrário, intensificaram a política higienista, tão comum na maioria dos serviços assistenciais no Brasil, isto acontece porque essas servidoras não foram devidamente preparadas para lidar com esse tipo de demanda social.

No geral, a dificuldade do Cidadão de Papel em mensurar quanto tempo está nas ruas se dá em razão de não haver uma noção sobre o tempo e espaço. Por isso que a PSR ao ser perguntada várias vezes sobre quanto tempo está nas ruas, ela responderá datas diferentes. “A noção de tempo se embaralha e ele ou ela muitas vezes diz: ‘foi quando me separei, ou quando minha mãe morreu, ou quando mudei de cidade, ou quando perdi o emprego’” (VELOSO, 2017, s/p.).

Cidadão de papel atende todos os requisitos necessários para participar de Programas habitacionais do governo e também do recebimento de transferência de renda - Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entanto, nunca foi passado para ele sobre esses direitos. Nesse sentido, trazemos a ideia de Gibbs e Amazonas (2015, p. 06): “[...], a inclusão da população de rua em programas de transferência de renda como o BPC e Bolsa Família, como preconizado na Política, são de extrema valia porque colaboram para atenuar os efeitos da extrema pobreza e aperfeiçoar o sistema de proteção social”.

Em nossas pesquisas percebemos que o município de Araguaína deverá aumentar a cobertura dos benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e bolsa família para a Pop Rua, pois o número de cadastros com BPC não condiz com números de PSRs na cidade. Em razão do exposto, fica claro que Cidadão traz em sua história, a exclusão social, a violência simbólica e a morte civil.

PSR Ovelha negra

O Participante da pesquisa “Ovelha Negra” é um jovem de 22 anos, que veio para as ruas há mais ou menos cinco anos, quando, usuário de substâncias químicas, envolveu-se numa situação que o levou a ser

recolhido no Sistema Prisional de Araguaína. Quando foi libertado voltou a ser morador de rua. O nome “Ovelha Negra” tem a ver com o fato de ele ter saído de casa porque seus familiares não aceitavam seu tipo de vida, quando ele se sentia uma ovelha negra no seio familiar. Ademais, tem o fato de o Estado não ter fornecido acolhimento, notadamente em relação às políticas existentes, que poderiam ter dado suporte para que ele viesse a reverter a situação em que se encontrava. Dentre essas políticas, destacamos: Política Nacional para População de Rua e Política Antidrogas.

É comum a maioria das cidades brasileiras não apresentar uma política efetiva de apoio aos egressos do sistema prisional, isto intensifica as chances desse egresso sair da prisão e ir direto para a rua, geralmente ele adota na rua o jeito de viver aprendido quando encarcerado. Como explica Broide (2017, s/p.):

A população de rua aumentou muito nesses anos e teve uma aumento significativo da população de rua oriunda do sistema penitenciário, não existe política pública pro sistema penitenciário, o sujeito sai do sistema penitenciário, muitas vezes ele é preso por tráfico de drogas numa quantidade

pequena, ele sai do sistema e ele já não tem, não há menor possibilidade de reinserção, ele aprendeu a conviver no sistema dentro das regras do sistema, que nós sabemos como funciona, por uma forma de sobrevivência, [...] quando o juiz dá a sentença de tráfico de drogas, ele geralmente dá uma multa, como é que esse sujeito vai pagar essa multa? E depois se ele não paga a multa ele não consegue tirar todos os documentos dele, o cara tá sentenciado a ficar nessa situação sempre, mesmo que ele queira profundamente sair, ele não consegue ter toda documentação e ele não tem outra forma de se

organizar que não seja seguindo as regras do sistema penitenciário, [...] Então veja, isso é política pública, são questões da política pública, são questões que a nossa escuta pode levantar e a partir dessa escuta a gente tá pensando em soluções que algumas vezes são da maior complexidade e outras vezes da menor simplicidade.

Isto posto observamos que PSR oriunda do sistema carcerário costuma passar questões complexas que vão desde discriminação até “(DES)Assistência” do Estado. Ao sair da prisão o egresso percebe que a sociedade criou um muro invisível, pois esta o discrimina e não o perdoa, mesmo que ele não deva mais nada. Em razão disso, a ovelha negra viveu a morte civil e exclusão social.

Excerto 3: PSR Ovelha Negra

Fui morar nas ruas por drogas e problemas familiares [...] É isso aí, foi um dos motivos e depois são vários motivos, a família, os parentes já ficava assim com receio, já começou a não dar mais a mão, a família ajuda mas a pessoa apronta demais, bebe... hoje não bebo mais, , eu bebia... no começo meu fui morar na rua em marabá, e dali fui pra Belém...em Belém fiquei um bom tempo no ver o peso...depois peguei uma carona e fui pra Goiânia, lá eu fiquei dois anos da minha vida na cracolândia na Av. Independência, onde eu acabei de acabar com minha vida mesmo foi Brasília, aí voltei pra Araguaína... Araguaína eu fui pra feirinha, fiquei lá de 2015 até esses tempos agora... passei só essa cadeia lá né...peguei através

da feirinha, primeiramente quando fui pra feirinha, fui pra lá acho que era em 2013, aí peguei essa cadeia e saí em 2015, 2015 não 2016 e aí voltei pra feirinha [...] A prefeitura e o Estado eles têm uma programação [...] parece que eles já fizeram uma programação gravada [...] É o prefeito não tem verba, nós sabemos que temos... todos nós sabemos, eu não sou besta, todo mundo sabe que tem a verba pra isso, não tem? [...] até o atendimento médico é difícil [...] Fui na UPA, mas disse que sem documento não entrava, quer dizer se eu tiver doente vou ter que esperar tirar minha identidade, meus documentos pra ser atendido [...] quem me acudiu foi um dono de farmácia [...] Os skatistas, os evangélicos, os católicos conversam com a gente... o resto é discriminação total [...] chega momento que dá raiva, que a pessoa tá na rua, a mulher passa pro outro lado da calçada com medo da gente (Entrevista, 2018).

Conheci o PSR Ovelha Negra num domingo, seu depoimento nos mostra a falta de acompanhamento de políticas públicas à Pop Rua, ele estava angustiado porque deveria se apresentar ao Juiz na manhã seguinte à entrevista para pegar a segunda via de seus documentos, mas não tinha uma calça para vestir; porque no Fórum não pode entrar de bermuda. E se ele não comparecesse ficaria em dívida com a justiça. A partir da história de Ovelha Negra, percebe-se o quanto a política de apoio ao egresso é frágil, portanto, o egresso sem apoio do Estado tem como única alternativa ir morar nas ruas.

PSR Jardineiro

O PSR Jardineiro é natural de Xambioá-TO, tem 35 anos e mora na rua do Fórum na cidade de Araguaína. Em nossas conversas, observamos que ele apresenta algum transtorno mental, isso pode ser constatado, em suas falas que não eram muito coerentes. Disse uma vez: “Só vou embora daqui depois que construir o Parque Sansão e Dalila” (PSR Jardineiro - Entrevista, 2018). O nome Jardineiro deu-se em função de o mesmo manter uma relação com as plantas ao redor da Rua Castelo Branco, onde ele vive. Isso porque, segundo ele, as plantas servem para curar as pessoas e por isso precisam de cuidado, e é isso que ele faz.

O primeiro contato com Jardineiro foi realizado no início de 2018, em março soube que ele estava nos registros da equipe de abordagem do município, porém nenhuma medida sócio assistencial fora dirigida a ele; percebi que a saúde também não deu assistência ao Jardineiro. Em setembro do corrente ano, Jardineiro entrou em surto e passou a agredir alguns transeuntes da cidade; em razão disso o SAMU foi chamado. Apesar de Jardineiro ter sido internado, não houve nenhum projeto terapêutico de acompanhamento a ele. Ele saiu do hospital e se encontra em situação de rua novamente; o curioso e irônico na história de Jardineiro é que ele mora num local que fica próximo do Fórum da cidade de Araguaína; de um Centro Espírita; de uma Igreja Evangélica; de uma Escola Estadual; e de uma Universidade Federal. Segue a fala de Jardineiro:

Excerto 4. Jardineiro

Eles pegaram, fizeram uma bagunça, um pessoal comigo, a carteira ficou com os documentos, na Rua

Nossa Senhora Aparecida... Setor Alto Bonito [...]a outra já é do postinho aí teve uma confusão [...] aí saí, subi por cima desci depois disso, não voltei mais pro lugar que morava [...] a casa ficou toda quebrada [...] Vieram aqui falar de documentos...Fui na defensoria ali, na delegacia federal, aí deu foi outro erro, levei uma chave, chamado osso milenar, antiga, mas por lealdade né?, ela era cassada por negócio de dinheiro e acho que a polícia descobriu q eu tava [...] fizeram um erro, ela é um osso tipo coisada assim [...] mas ela é de uma história antiga sobre a liga da justiça [...] e tem um ferro nele, da humildade [...] disse que eles sempre assim ...televisão , satélite, celular, eu peguei que ele tava valendo de promoção dum dinheiro antigo ...aí por conta disso passei uns dias armaram uma coisa de dentro da cadeia alguém que queria brigar comigo ...meteram um murro... assim...me defendi meti um murro assim no queixo do cara...passei lá só detido mesmo...por erro judicial... quando a polícia erra...a pessoa quando é humilde da por erro judicial...é vida , mas...sobre a herança que é minha aqui da serra da andorinha eu luto por isso sozinho...em questão das plantas peguei esse ensino dentro da serra da andorinha e falaram que nessa época que o povo podia ta precisando que faria refinaria testar o sumo da anestesia dela quando ta fazendo o cigarro ...to sem documento...Já trabalhei na SUPAR, tenho filho ...de doze anos ...ta vindo passar férias [...] tem discussão na família. é da primeira família que eu morava...mais alto ...parecido comigo tem um defeito no coração dele ... uma doença...aí eu acho que eles queria fazer um erro comigo...pra mim ...judicial... rancar o coração e ele continuar... ele tem o coração na mão...essa planta aqui o cara ta com uma anfetamina...e o cara engolisse a moeda... ela limpa o poro da veia do coração...o sangue volta a bombear normal...limpei esse lote todinho...essas

planta nasceu...plantei essa semente...antes de vir pra cá fiquei em Xambioá na serra da andorinha...aqui em Araguaína vim em 2002, morava com uma família aí descobri que essa família podia ser uma família prima...não tem o mesmo sangue...aí aqui trabalhei em vários serviço, trabalhava em serviço braçal...na Supar...na canalização...batia marreta de 20 kilos...às vezes pagava 100 reais...cento e pouco...trabalhei só que assim mas por assinatura mesmo...minha leitura num...eu sei ler tudo...aí eu acordei ...no meio desse povo...se tinha algum nome algum documento...Se você tivesse o mapa do tesouro...É tipo um casarão tem 40 metros ... só que foi a guerra que teve os terrorista e estourado as bomba as pedras caíram e tamparam tudo...na Serra das Andorinha...um tesouro Romério antigo...2014 me apartei do povo...morei na rua em xambioá São Geraldo...vila cigana...rodei de pé mermo...não quero confusão nem nada...eles tão com o menino tipo segurando tão pra lá... só não quero que venha mexer comigo...eles pegam o menino pra lá eles se dão como parente...só que o sangue deles é PO negativo sangue censário, que era família dos Perseu da nossa Senhora Aparecida... e o meu não é PAB negativo descendência em algarismo romano.

Esse participante mostra em sua entrevista, uma fragilidade psíquica notada facilmente mesmo para pessoas leigas na área da Psicologia, isto ocorre porque o viver nas ruas provoca um adoecimento, aliada a isso há uma falta de política pública eficiente na área da saúde voltada à Pop Rua. Mesmo que Araguaína não tenha o Consultório na rua, isto não é fator impeditivo de atendimento pela equipe de saúde da família da Unidade Básica de Saúde próxima do local da PSR.

Ademais vemos que há uma quebra na de rede de atendimento, pois Jardineiro depois de ser atendido no hospital deveria receber suporte

das equipes de saúde da família para dar sequência ao seu tratamento. Mas isto não ocorreu. Isto demonstra que a exclusão social e morte civil é uma constante na vida de Jardineiro. Apesar do atendimento à saúde ser uma garantia descrita no artigo 196 da carta magna em que diz que “a saúde é direito de todos e dever do estado”.

Na prática, vimos que esse direito à saúde não chega de forma efetiva à Pop Rua, pois esta população está à margem de todo o processo de inclusão, em consequência disso há aumento da sua vulnerabilidade e exclusão social (PAIVA et al., 2018).

PSR Louva-a-Deus

Nosso participante da pesquisa PSR Louva-a-Deus é do sexo masculino, tem 39 anos de idade, natural de Belém no Pará e vive em situação de rua desde 2012, portanto há dez anos. Ele é uma pessoa esclarecida, quer estudar e, em 2017 fez o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) conseguindo fazer 560 (quinhentos e sessenta pontos). Ele almeja ser professor de Língua Portuguesa. O nome “Louva-a-Deus” foi escolhido porque em nosso primeiro contato, percebemos que ele tem algumas qualidades que lembram esse artrópode, cujas características são uma posição em que suas pernas dianteiras passam a ideia de que ele está rezando, ou seja, conversando com Deus. É conhecido, também, como “Esperança”, por sua cor verde. quando afirmou que:

Excerto 5. Louva a Deus

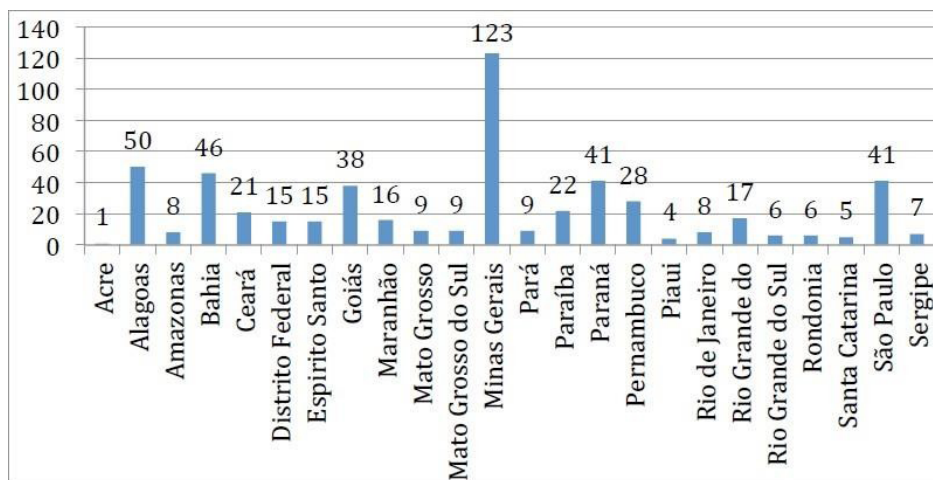
[...] a força vem de Deus né, a esperança, eu acredito que a gente tem que ter humildade primeiramente e mansidão, porque a humildade é pra gente reconhecer

Deus e a mansidão é pra gente esperar em Deus. Não que a gente vai ficar parado olhando pro céu, esperando cair do céu, mas esperar em Deus que ele vai ajudar a gente” (Entrevista, 2018).

Em suas falas nosso “Louva-a-Deus” demonstrou um estreito relacionamento com Deus, nos relatou em entrevista que o motivo que o levou a morar nas ruas foi devido a uma perseguição de um traficante na cidade de Belém, como foi ameaçado de morte, veio embora para Araguaína. Fez pequenos bicos, com muito esforço, e ajuda de uma amiga em particular conseguiu alugar um quatinho em 2014, mas teve que voltar a viver nas ruas em razão da falta de dinheiro; nunca teve nenhum apoio do governo municipal. Relatou já sofrer discriminação e presenciou violência física a moradores de rua que frequentam o Mercado Municipal: “[...] Já vi também muitas pessoas aparentemente de bem pra sociedade, sair de noite por aí batendo, espancando, até matando morador de rua, além da P2, têm pessoas que se acham no direito de sair fazendo essas coisas[...]” (Louva a Deus - Entrevista, 2018).

Relatou também que em Araguaína já houve assassinatos de PSR. Interessante ressaltar sobre esses crimes, pois a Pop Rua de Araguaína é tão invisível que muitas vezes não é contabilizada em dados do MDS e nem nos dados da tabela de homicídios da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDDH) apresentada por Bastos (2013). Como podemos observar na figura 4, abaixo:

Figura 4 - Homicídios da população em situação de rua por Estado



Fonte: CNDDH em Bastos (2013).

Louva a Deus citou que no ano de 2018 foi abordado por pessoas da Assistência Social, pedindo que ele e a PSR Cidadão de Papel saíssem da frente de um comércio, alegando que receberam uma denúncia e eles não poderiam ficar naquele local. A narração de Louva a Deus nos mostra o quanto ainda está arraigado nos profissionais da Assistência à “política higienista”, além da falta de despreparo da equipe profissional, porque este era um momento que poderia ser usado para escuta qualificada; estabelecimento de vínculos; divulgação dos direitos da Pop Rua; bem como sobre o funcionamento dos serviços públicos ofertados pelo município a essa população. O interessante é que as PSRs receberam apenas discriminação, evidenciando assim as características do trinômio da Pop Rua: Violência Simbólica; Morte Civil e Exclusão Social, vejamos como essa tríade aparece na fala de Louva a Deus:

Pra muitas pessoas o morador de rua é pessoa que usa droga, pessoa que rouba, eles pensam

isso, só porque o cara está na rua, é porque não quer trabalhar, pensam que a pessoa está ali porque quer, mas não é, a pessoa está naquela situação por vários motivos, várias situações que levou a pessoa chegar naquele ponto ali já teve situação até de cara puxar a arma [...] lá da faculdade católica e o guarda da praça, aí eles chegaram assim de repente, bora 'vagabundo', levanta daí, seus bando de vagabundo, não é pra dormir aí não [...] ó quem ajuda muito essas pessoas de rua são o pessoal da igreja... ah o governo não, de maneira nenhuma. O que eu vejo mesmo é que tem o CAPS que ajuda, mas o CAPS é de você ficar de dia, ali eu não sei o que eles fazem lá que eu nunca fui lá, aí parece que só dá uma comida, o pessoal fica por lá ouvindo umas palestras [...] aí de noite o camarada tá na rua, que é o mais difícil, que a gente quer ter um lugarzinho pra dormir, pra de manhã ir procurar trabalhar, fazer alguma coisa né, não tem, aí não compensava pra mim não, aí eu não fui pra lá não. Eu não uso droga né, não tenho esses vícios [...] porque na verdade tudo o que agente quer é ter um emprego, é ter uma boa moradia, ser útil para a sociedade, é o que a gente quer, mas por parte do governo aqui em Araguaína não tem isso daí não [...] pelo contrário, morador de rua aqui ele é discriminado e é um povo que ninguém quer enxergar, passa assim e finge que não vê (Entrevista, 2018).

O depoimento de louva a Deus nos mostra a prática da discriminação, violência e política higienista que a PSR sofre. Paiva et al. (2016) afirmam que historicamente há uma ideia enraizada de que a PSR tem como características a vadiagem ou ainda a indigência. Em razão disso é muito comum a violência contra Pop Rua como uma espécie de higiene das cidades, de forma que essa população é expulsa para locais invisíveis. Nesse sentido, surge a figura do Estado que faz uso de mecanismos opressores a indivíduos que não estão nos moldes da lógica neoliberal por isso em suas ações de fiscalização, pegam documentos da Pop Rua, desmontam suas barracas, com efeito dificultam a existência da Pop Rua e assim sua situação de vulnerabilidade é aumentada.

PSR Coração de estudante

Coração de Estudante é um PSR jovem com idade de 19 anos. Natural de Xambioá-TO, e está em situação de rua há menos de um ano. A escolha do nome de “Coração de Estudante”, deu-se em função de termos percebido seus anseios em relação à uma fase de sua vida, onde ele poderia ter estudado. Além disso, ele está envolvido com drogas. Portanto, assim como na Música de Milton Nascimento e Wagner Tiso “Coração de Estudante”, percebemos que: “Já podaram seus momentos, Desviaram seu destino, Seu sorriso de menino, Quantas vezes se escondeu, Mas renova-se a esperança, Nova aurora a cada dia, E há que se cuidar do broto, Pra que a vida nos dê Flor, e Fruto”.

Excerto 6. Coração de Estudante

Estou há 8 meses morando na rua...tinha briga, muita briga em casa, muita discussão, aí eu saí de casa

[...] Posso documentos, mas não votei na última eleição[...] não recebo nenhum tipo de benefício do governo[...]pra sobreviver vendo caneta... pego em um mercadinho perto da rodoviária, um homem me fornece umas canetas, aí ele me dá uma porcentagem, aí todo dia eu acerto com ele[...] Para dormir às vezes vou pra praça ou rodoviária [...] Quando estou doente procuro a saúde através do CAPS, porque por aqui é mais fácil eles me arrumarem consulta do que eu ir pra UPA [...] Mas essa vida [...] nem sei dizer [...] um monte de coisas, coisas demais... se for pra pensar, tem que pensar demais, pensar na família né? Toda hora pensando na família, é saudade [...] e eu também tenho uma filha, a saudade é grande[...]ela tem um ano [...] a saudade é em dobro [...] Ainda bem que até hoje não sofri, me tratam normalmente, todo mundo me trata com respeito, até agora nunca passei por um constrangimento não (Entrevista, 2018).

A fala da PSR Coração de Estudante é muito reveladora, pois temos um jovem de apenas 19 anos fora da escola, fora do mercado de trabalho que não percebe que sofre violência simbólica, quando diz que nunca teve constrangimento apesar de estar na rua, não consegue perceber que o fato de estar em situação de rua já é por si só é uma rejeição da sociedade e Estado para com ele.

PSR Severino

A PSR Severino é um senhor de 38 anos de idade, é natural do interior do Nordeste e vive em situação de rua há aproximadamente 10 (dez) anos. Inicialmente, ele ficou em situação de rua em São Paulo, e chegou

em Araguaína há aproximadamente um ano antes da entrevista (2019). O nome “Severino” é associado ao “Severino” de João Cabral de Melo Neto, em seu poema “Morte e Vida Severina”. Isso porque, assim como o “Severino” de Cabral, o nosso “Severino” é um retirante, que como tantos outros nordestinos, migraram de sua terra natal para uma cidade em busca de sobrevivência. Atualmente cata e vende latinhas para sobreviver.

Excerto 7. Severino

Eu sou do Nordeste, do interior do Maranhão, moro nas ruas há uns 10 anos... em Araguaína estou há um mês [...] Não quero falar sobre o motivo que me levou à rua porque mexe com coisa que aconteceu faz tempo[...]existe o morador de rua que vem pra rua porque foi obrigado, é diferente dos hippies que escolhem viver de cidadeem cidade [...] Geralmente a gente fica nas praças pública pra passar o dia...eu uso o banheiro do mercado para fazer número 1 e 2, mas lá não tem para banho [...] fiquei internado lá em São Paulo, tava sozinho internado no hospital , foi ruim, tava sozinho [...] quem me tirou do hospital foi um ex-patrão [...] Você percebe quando a pessoa olha pra você e faz aquele gesto [...] faz de conta que a gente é um animal, um cachorro...já passei por isso aí e não foi só uma vez não!!! Essa classe nossa nós não estamos no meio, nós estamos fora da sociedade [...] Cem por cento só dez por cento olha pra gente de longe...eu ando por aí [...] Logo assim eu procuro não me expor tanto, porque tô numa situação que não é a melhor, procuro me afastar...Eu tinha um sonho de comprar uma casa pra mim, a casa é o único lugar que a gente pode ficar sossegado [...] antes de cair nessa vida eu era sossegado, eu tinha tudo na minha casa [...] eu e minha esposa [...] eu tenho um filho

(Entrevista, 2018).

O depoimento de Severino mostra em sua fala, com olhos marejados sobre como é difícil viver nas ruas e perceber a indiferença do outro, e diz claramente que a classe PSR está fora da sociedade e é pouco vista por ela. Nesse sentido, temos:

A existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo. São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua. (MATOS; FERREIRA 2004, p. 47).

Ainda segundo esses autores a sociedade tende a olhar com maus olhos quem não tem um emprego formal, então a PSR é vista como fora do exigido como normal, assim quem não se encaixa nesse perfil é vagabundo, visto que o emprego formalizado e a carteira assinada servem para legitimar a identidade do trabalhador, embora é sabido que quase a metade das pessoas que trabalham estejam na informalidade (MATOS; FERREIRA, 2004).

Trinômio da Pop Rua que Intensificam a Invisibilidade dessa população

Após a leitura detalhada das enunciações dos entrevistados, que compõem a Pop Rua de Araguaína, foi possível identificar um trinômio dessa população, a saber: exclusão social; violência simbólica e morte civil. Este trinômio reforça a invisibilidade da Pop Rua, conforme figura 5 a seguir:

Figura 5 - Trinômio da Pop Rua.



Fonte: Autora, 2018.

Exclusão social, violência simbólica e morte civil, fazem parte de um mesmo arcabouço teórico que apresenta o que de pior existe nas relações intersubjetivas, com menosprezo à ética do ser humano. Cada uma dessas categorias se corresponde responsivamente, uma vez que uma, inevitavelmente, associa-se a outra. A exclusão social é, simultaneamente, causa e efeito da violência simbólica que gera uma morte civil, e as pessoas em situações de rua são as mais afetadas por esse trinômio.

Exclusão social como manifestação do descaso com pessoas em situação de rua

Segundo Ramos (2013), quando nos reportamos a pessoas em situação de rua, inevitavelmente pensamos acerca dos sistemas de Proteção Social e, conseqüentemente, sobre Políticas de Bem Estar Social. Para essa autora (2013, p. 02), “as pessoas moradoras na e/em situação colocam em xeque o sistema de proteção social público, uma vez que demonstram a incapacidade deste em evitar tal situação e de promover o alcance e o exercício de direitos de cidadania”. Nesse sentido, ao falarmos

dessa expressão da questão social, estamos nos referindo ao processo de exclusão social que as pessoas em situação de rua vêm sofrendo.

Ramos (2013) argumenta acerca da dificuldade de conceituar quem é considerado morador de rua, ou mesmo quem está em situação de rua, chamando atenção para o fato de que até mesmo a análise das reais chances de se sair dessa situação traz questões complexas para a análise tanto do perfil desse segmento quanto das formas e práticas de atendimento. “Conforme consta na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNISPSR, 2008), esse segmento encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação” (RAMOS, 2013, p. 03).

Nesse sentido, teóricos como Alcock (1997) e Castel (2015) entendem que a exclusão social tem relação direta com rupturas que envolvem as relações familiares e afetivas, há também uma separação com o mercado de trabalho de forma parcial ou total e ainda uma participação social ineficaz; sendo mesmo invisíveis ao olhar da sociedade hegemônica.

Violência simbólica e Morte civil

Agregada à exclusão social, a violência simbólica e a morte civil fecham o trinômio aqui discutido. A primeira ocorre de forma ardilosa e sem uma conotação clara do que está acontecendo, notadamente em relação à pessoa vítima dessa situação. Segundo Bourdieu, (1997, p. 204),

[...] violência simbólica é toda e qualquer forma de coerção que só se constitui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou

para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural.

Nessa perspectiva, a violência simbólica, pode ser considerado uma violência psicológica, social ou econômica em que o dominado acorda com a violência do dominador sem perceber esse processo; É, também, uma violência que se manifesta no imaginário do processo de socialização, que leva a pessoa a se posicionar no espaço social, seguindo os padrões e costumes do discurso e, sendo assim, nesse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é a manifestação desse conhecimento por meio do reconhecimento da legitimidade desse discurso proferido pela sociedade dominante e hegemônica.

No tocante à morte civil, Farah (2009, p. 01), “desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e continuando na Idade Moderna, até o século XVIII, existiu na Europa uma penalidade criminal brutal conhecida como morte civil”. Com efeito a pessoa apenada com a morte civil, além da perda dos seus direitos (civis e políticos), sofria a pena duplamente, pois era civilmente reconhecida, tornando assim um morto civil. Ainda de acordo com esse autor, “Ele não era condenado à morte física nem mantido preso, mas, para todos os efeitos jurídicos, era tido como morto, cessando por completo sua participação na vida política e civil da comunidade” (FARAH, 2009, p. 01).

A morte civil não acarretava só a perda de direitos políticos como os de votar e de exercer funções públicas, mas também a perda de direitos civis básicos.

Por exemplo, fazia desaparecer todos os laços de família: o condenado perdia o pátrio poder sobre os filhos e tinha seu casamento desfeito, podendo sua esposa contrair novo matrimônio como se solteira ou viúva fosse. O infeliz também perdia todos os direitos patrimoniais, abrindo-se sua sucessão em favor dos herdeiros. Ele tampouco podia adquirir qualquer bem ou recebê-lo por doação entre vivos ou por herança. O condenado ficava ainda proibido de manter qualquer emprego, público ou privado, e de exercer qualquer ofício em sua comunidade. Ninguém podia dar-lhe comida, abrigo, dinheiro ou qualquer tipo de apoio. Quem o fizesse também seria processado criminalmente, correndo o risco de receber a mesma pena (FARAH, 2009, p. 01).

É ainda desse autor a argumentação de que qualquer cidadão da época poderia matar um morto civil e não ser penalizado por isso, ou seja, a morte civil poderia levar à morte realmente; e isto era uma situação frequente. Porém, se a pessoa condenada mantivesse formalmente o direito à vida e à liberdade, ela garantia de direitos ofertados pelo Estado, isto posto, ela não poderia buscar proteção das autoridades públicas.

Não obstante, apesar da pena de morte civil não existir em nosso país, Farah (2009, p.01) relata que “existem certas categorias de pessoas que se encontram, de fato, e injustamente, em situação muito próxima disso, por omissão da sociedade. Uma dessas categorias é a dos mendigos, pessoas em situação de rua, que vivem isolados”. Pessoas nessas condições sofrem com as disrupções sociais, pois não têm habitação nem documentos; ademais estão com seus vínculos sociais e familiares rompidos, portanto estão desfilados, onde a exclusão social é uma constante.

Com efeito, essas pessoas acabam não enxergando a si mesmas, a ponto de esquecerem seu próprio nome ou ainda de fatos correspondentes ao seu nascimento. Em geral, a sobrevivência desses indivíduos se dá a partir da doação não rotineira de Instituições ou pessoas que lhe fornecem suprimentos ou abrigo (FARAH, 2009).

Ademais, esse autor acredita que se uma pessoa que vive nas ruas, solitária, for assassinada de madrugada, seu agressor não será punido. O trabalho de investigação policial será dificultado em razão desse tipo de vítima não ter identificação e estar em uma condição de vida solitária; provavelmente não haverá testemunhas e o motivo do crime dificilmente será revelado. A pressão popular no que tange à opinião pública sobre esse tipo de caso será ínfima; conseqüentemente com o decurso do tempo isto contribuirá para o esquecimento dessa situação.

Diante do exposto concluímos que o trinômio exclusão social, violência simbólica e morte civil, faz com que a Pop Rua tenha como característica base a “invisibilidade”, situação confirmada por nós durante a realização deste trabalho.

Considerações Finais

No final desse estudo, que traz o título: Cidadão invisível: um olhar sobre a População em Situação de Rua de Araguaína, percebemos que há muito a caminhar no que tange às políticas públicas voltadas à esta população, pois esta se encontra em condição de exclusão social, morte civil, pois muitos direitos prescritos na Carta Magna de 1988 não chegam até ela; além de sofrer constantemente com a violência simbólica exercida ora pela sociedade, ora pelo Estado; assim essas condições reforçam a sua invisibilidade.

As discussões trazidas nesta pesquisa, demonstraram que muitos serviços não chegam a Pop Rua, ademais o fato de não existir comitê gestor e inexpressiva atuação do Conselho Municipal de saúde para cobrar ações dos gestores, deixam esta situação ainda pior. É necessário que os conselhos de saúde saiam do texto da lei e ocupem efetivamente o seu papel, pois os conselhos municipais de saúde são instâncias de controle social que servem para fiscalizar e deliberar sobre assuntos referentes à saúde, nesse sentido, Rolim; Cruz e Sampaio (2013, p. 142), confirmam:

Ao transferir poderes a seus representantes, o cidadão define uma carga de participação da sociedade nas decisões sobre as políticas públicas, ressaltando que estes responderão não apenas aos interesses pessoais e sim do coletivo. Isto, por consequência, exige a superação da tradicional. Assim, ao falar de controle social não se pretende apenas que se consigam implantar mecanismos que reduzam, eliminem ou previnam os desperdícios, os desvios e as malversações na aplicação dos recursos públicos. Busca-se assegurar que os gestores públicos se comprometam com a excelência na concepção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços de saúde. De um lado, portanto, o controle tem um sentido de vigilância e responsabilização. Do outro, tem o sentido de efetividade e compromisso com a coisa pública.

Portanto há pouco controle social e participação popular no que concerne à políticas voltadas à Pop Rua. Outra fragilidade observada foi a falta de Consultório na Rua em Araguaína, os profissionais das Secretarias de Saúde e Assistência Social alegam que esse serviço não foi implantado

na cidade porque o município tem menos de 80 (oitenta) moradores de rua e, 80 (oitenta) é o quantitativo mínimo exigido pela lei que determina sobre esse serviço. Ocorre que juntando o número levantado pela equipe de abordagem e por nossa pesquisa, o número de PSR em Araguaína ultrapassa esse teto de 80 (oitenta) pessoas morando nas ruas da nossa cidade.

Caso a Secretaria Municipal de Saúde não consiga implantar o Consultório na Rua, convém ao menos implantar dentro das Unidades Básicas de saúde (UBS) equipes de Estratégia Saúde sem Domicílio, esta equipe poderia atuar nas ações de prevenção às doenças e distribuição de medicamentos, bem como encaminhamento aos equipamentos públicos de saúde conforme a necessidade da população de rua atendida. Durante essa pesquisa foi observada junto à população de rua entrevistada as seguintes situações: presença de piolhos; problema de pele; saúde bucal precária; gravidez; uso abusivo de álcool e de outras drogas; transtorno mental; além de relatos pessoais de PSR reclamando de fortes dores de cabeça.

Nesse sentido, trago o pensamento de Boff (1999) que diz o que nos torna humano é o cuidado com o outro, quanto mais eu cuido, mais eu sou humano, quanto mais cuidado eu sou, mais humano eu me torno; quando não recebo e não dou esse cuidado, então eu vou perdendo a qualidade de humano. E em se tratando da PSR percebemos esta falta de cuidado em todas as esferas: familiar, social e estatal. Este autor traz ainda que a sociedade atual, tão ligada ao mundo virtual, perdeu o contato com a realidade, com o cheiro e com as cores.

Isto posto, é necessário refletirmos sobre a problemática da invisibilidade desse grupo populacional “moradores em situação de rua”, uma

vez que há um dever moral de toda sociedade e gestores para com os excluídos. Ademais, as pessoas em situação de rua não podem ficar atreladas apenas como participantes de pesquisa, mas como receptores de toda ação efetiva das políticas públicas. Esperamos que esta pesquisa, sirva de orientação para implementação das políticas públicas voltadas à Pop Rua de Araguaína e sirva também como base para novos estudos dessa temática na cidade.

Reessaltamos que esta pesquisa foi realizada em 2018 e mexeu muito conosco, em razão disso, em 2019 procuramos a Defensoria Pública e conversamos com o Defensor Público Pablo Mendonça Chaer, a partir desse diálogo foi criado o Comitê Pop Rua. Fazem parte desse Comitê as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, bem como, representantes de Instituições de Ensino Superior, Instituições Religiosas e representantes da sociedade civil. A articulação desse comitê com as secretarias retromencionadas, para buscar soluções para essa problemática, resultou em ações positivas como: Programa Banho Solidário (2020); Implantação do Consultório na Rua (2021); Escrita de proposta de Lei municipal voltada à população em situação de rua (2021); Audiência Pública para enfrentamento das questões voltadas à pop rua (03/12/21).

Referências

- ALCOCK, P. Understanding Poverty. 2nd ed. Basingstoke: Palgrave, 1997.
- ARAÚJO, A. Moradora de rua dá à luz. AFnoticias, Araguaína, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://afnoticias.com.br/central-190/moradora-de-rua-da-a-luz-em-calcada-no-centro-de-araguaina-durante-a-madrugada>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- ARAÚJO, A. Morador de rua morre. AF notícias, Araguaína, 17 ago. 2016.

Disponível em: <<https://afnoticias.com.br/central-190/morador-de-rua-morre-no-centro-de-araguaina-apos-passar-mal-durante-tres-dias-seguidos>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ARAGUAÍNA. Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE). 2013. Disponível em:<<http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ARAGUAÍNA. Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. 2018-2021. 2017. BASTOS, C. S. Análise da Política Nacional Para População em Situação de Rua. Brasília: UnB, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11454/1/2013_CarineBastosSousa.pdf> Acesso em: 17 set. 2018.

BERTOLDBRECHT. Pensar Contemporâneo. 119 anos de Bertold Brecht, um dos maiores poetas do século XX. Disponível em <<https://www.pensarcontemporaneo.com/119-anos-de-bertolt-brecht-um-dos-maiores-poetas-do-seculo-xx/>> Acesso em: 25 set 2018.

BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes. 2002.

BOGDAN, R.; TAYLOR, S. Introduction to qualitative research methods: a phenomenological approach to the social sciences. New York: J. Wiley. 1975.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único População de Rua e seus direitos. [200-?]. Disponível em: <<http://www.>

mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/pop_ruas.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Assistência Social. Perguntas e Respostas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua CENTROPOP. Brasília: MDS, 2011a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua- impressao.dez.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2011b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/ Guia Cadastramento de Pessoas em Situacao de Rua.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/ Guia Cadastramento de Pessoas em Situacao de Rua.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Consultório na Rua. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientação acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social. Brasília: MDS, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SUAS>

[Orientac oes conselhos controlesocial.pdf](#)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BROIDE, J. Exclusão social e a psicanálise nas ruas. Youtube, 27 ago. 2017.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgIL0NpQkrw>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.

Petrópolis: Vozes, 2015.

CASTRO, F. S. O conceito de trabalho e a Psicologia Histórico-Cultural. Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar, Maringá, n. 28, p. 123-128, maio/out. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Uru-tagua/article/view/16414/11224>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

COSTA, A. P. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, n. 04, dez. 2005.

FARAH, F. A morte civil dos brasileiros. JUS, out. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13613/a-morte-civil-dos-brasileiros/1>>. Acesso em: 17 set. 2018.

GOMES, T. C. S.; SANTOS, T. G. D. Os invisíveis que eles querem esconder: a luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=84>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

IBGE. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>> Acesso em 14 julho 2018.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, v. 04, n. 01, p. 25-59, 2003.

LAVOR, A. População em Situação de Rua: à margem de direitos efetivos. Radis, v. 165, jun. 2016. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LIMA, E. Moradores de rua causam transtornos em Araguaína: problema já é de saúde pública. Portal Stylo, Palmas, 07 dez. 2011. Disponível em: <<http://>

www1.portalstylo.com.br/noticia-19954-moradores-de-rua-causam-trans-tornos-em-araguaina>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MARX, k.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. Tradução D. Boylee D. Landsberg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MATTOS R. M.; R. F. FERREIRA. Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 02, p. 47-58, maio/ago. 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. Cartilha para formação política. 2010. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PAIVA, I. K. S. et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 08, p. 2595-2606, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2595.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

PORTAL O NORTE. Segundo levantamento, há mais de 40 moradores de ruas na cidade. Disponível em: <http://www.portalonorte.com.br/araguaina-56191-segundo-levantamento-ha-mais-de-40-moradores-de-ruas-na-cidade.html>. Acesso em 05 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. Resolução nº 06 de agosto de 2013. Dispõe sobre aprovação do Termo de Aceite 2013/CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, em reunião realizada em 06 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficial/pdf/405.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. Resolução nº. 17 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficial/pdf/917.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. Novo ambulatório municipal de

especialidades oferece mais comodidade a servidores e pacientes. 2018. Disponível em: <<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=3109>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

RAMOS, A. M. F. Pobreza e Exclusão Social: Binômio contido no segmento População em Situação de Rua. CONGRESSO ALAS CHILE, 29., 2013, Santiago do Chile. Crises e emergências sociais na América Latina. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_FornazieroRamos.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

ROLIM, L. B; CRUZ, R. de S. B. L. C; SAMPAIO, K. J. A. de J. S; Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate • Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA M. A. de. População em situação de rua e direitos socioassistenciais no contexto do SUAS: uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP no município de São Luís/MA. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/populacao-em-situacao-de-rua-e-direitos-socioassistenciais-no-contexto-do-suas-uma-analise-sobre-o-centro-de-referencia-especializado-para.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Agmar Bento Teodoro

Professor do Departamento de Engenharia de Transportes do CEFET/ MG. Doutor em Estudos de Linguagem pelo CEGET-MG. Mestre em Geotecnia e Transportes UFMG. Graduado em Geografia pela PUC/ MG.

E-mail: agmarbento@cefetmg.br

César Avilla

Especialista em Desenvolvimento Urbano pela Universidade de Los Andes (Bogotá) e Engenheiro de Transportes pela Universidade Pedagógica e Tecnológica da Colômbia. Atua como consultor em mobilidade na Secretaria Distrital de Mobilidade de Bogotá e é responsável por desenhar políticas públicas que visam a melhoria da segurança viária para populações vulneráveis.

E-mail: cmacesar@gmail.com

Claudia Rosalina Adão

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo FAU/USP. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política EACH/USP. Graduação em Serviço Social PUC/SP. Doula.

E-mail: clauclaudia579@gmail.com

Eliana dos Santos Andrade

Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Graduada em Direito pela Faculdade Católica do Tocantins e em Odontologia pela Universidade de Uberaba.

E-mail: profelianasandrade@gmail.com

Gecilane Ferreira (in memoria)

Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Mato Grosso.

Gleybson de Assis e Silva

Licenciado Pleno em Filosofia (PUC-PR), pós-graduado em Educação de jovens e adultos (IBPEX). Professor de História e Sociologia da rede pública de educação do estado do Paraná (SEED-PR).

E-mail: gleybsonoliveira72@gmail.com

Juliana Zambrano

Designer urbana com ampla atuação em temas do espaço público tanto no setor público como nos setores privado e acadêmico. Atualmente trabalha na Secretaria Distrital de Mobilidade de Bogotá, onde coordena projetos e políticas públicas com foco em melhorias na mobilidade de pedestres.

E-mail: juliana.zambrano@gmail.com

Leandro Cardoso

Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, leciona nos cursos de graduação em Engenharia Civil e Engenharia Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Geotecnia e Transportes (GEOTRANS/UFMG) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/IGC/ UFMG). É pesquisador integrante dos grupos de pesquisa Geografia Aplicada (IGC/UFMG), Processos Espaciais e Socioambientais: Análise Urbana e Regional e Dinâmica Populacional (IGC/UFMG) e Núcleo de Pesquisa em Transportes (NUCLETRANS/EE/UFMG). Atua nas áreas de Engenharia de Transportes e de Geografia, com pesquisas focadas em Planejamento de Transportes, Mobilidade Urbana Sustentável, Planejamento Urbano e Desigualdades Socioespaciais. É membro pesquisador do grupo SONHANDO A PÉ (https://www.instagram.com/_sonhandoape/).

E-mail: leandrocardoso@ufmg.br

Luciana Ribeiro da Cruz

Professora da Rede Municipal de Ensino de Araguaína/TO, atua na cátedra de Coordenadora pedagógica da Diretoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação do Município de Araguaína/ TO. Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Graduada em Ciências Matemática pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e em Pedagogia pela Faculdade Pan Americana - FPA.

E-mail: cruz.luciana@mail.uft.edu.br

Luisa Bibiana Rubio Villamil

Engenheira de Transportes na Secretaria de Mobilidade de Bogotá, gerencia o programa “Niñas y Niños Primeiro”, sendo responsável pelo planejamento estratégico, acompanhamento e promoção de projetos de mobilidade escolar segura como “Ciempiés Caminos Seguros” e “Al Colegio en Bici”.

E-mail: luisarubio24@gmail.com

Luiz Aparecido Alves de Souza

Graduado em Filosofia (PUC-PR), mestrado e doutorado em Educação (UTP). Servidor público no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e professor de História da rede pública de educação do estado do Paraná (SEED-PR).

E-mail: pesquisadorsouza.luiz@gmail.com

Rosa Ynés Alácio Garcia

Profesora Investigadora en la Universidad Autonoma de la Ciudad de México. Doctora en Estudios Sociales con Línea en Procesos Políticos. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores nivel I del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología en México.

E-mail: rosa.ynes.alacio@uacm.edu.mx

Ryane Moreira Barros

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG. Mestre em Geotecnia e transportes pela UFMG, com ênfase na área de transportes. Graduada em Engenharia ambiental pela UFMG e em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário Estácio de Sá. Atua principalmente em pesquisas nos seguintes temas: Mobilidade Urbana, Transporte Ativo e Caminhabilidade.

E-mail: ryane.moreira@hotmail.com

Severina Alves de Almeida

Professora da Faculdade de Ciências do Tocantins. Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília/UNB. Mestre em Língua e Literatura e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: sissi@faculadefacit.edu.br

Thelma Pontes Borges

Docente do Programa de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e do Curso de Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduada em Psicologia pela UNESP/Assis.

E-mail: thelmapontes@uft.edu.br

Wallace Rodrigues

Docente do Programa de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e do Curso de Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor em Humanidades e Mestre em Estudos Latino-americanos e Ameríndios pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Graduado em Educação Artística pela UERJ.

E-mail: walace@mail.uft.edu.br

Título

Cidade para Diversidade

Organizadores

Thelma Pontes Borges
Wallace Rodrigues

Imagens

Capa: – Luta pela moradia e as redes sociais na metrópole urbanoribeirinha
(Bartoli, 2020)

Seção 1: Mais sério e atento que cachorro em proa de canoa (Bartoli, 2020)

Seção 2: Batelões como casas dos pescadores (Bartoli, 2019)

Revisão

João Victor Ferreira dos Santos Silva

Diagramação

Vinícius Henrique Brandão

Formato

148 x 210 mm - A5

Número de páginas

280 páginas

Tipografia

Helvética Regular, 10

ISBN: 978-65-5390-009-7

ORL



9 786553 900097